

Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Comunicação Social
Mestrado em Comunicação

Kelly Scoralick

**MÍDIA E CIDADANIA:
A REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO
TELEJORNALISMO**

Juiz de Fora
2011

Kelly Scoralick

**Mídia e cidadania:
A representação das pessoas com deficiências no telejornalismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora , como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Lahni

Juiz de Fora
2011

Ficha catalográfica

Scoralick, Kelly.

Mídia e Cidadania: a representação das pessoas com deficiências no telejornalismo/Kelly Scoralick. – 2011. 197f.:II

Dissertação (mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Comunicação. 2. Telejornalismo. 3. Pessoas com deficiência. I. Título.

Kelly Scoralick

**Mídia e cidadania:
A representação das pessoas com deficiências no telejornalismo**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção parcial do título de Mestre em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Lahni

Dissertação aprovada em 18/03/2011 pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Lahni (UFJF) - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Cristina Ferraz Musse (UFJF) - Convidada

Prof^a. Dr^a. Daniela Auad (Unifesp) - Convidada

Conceito obtido: _____

Juiz de Fora
Março de 2011

À minha pequena princesa Erika, por estar comigo dia-a-dia e ser a principal inspiração para minhas qualificações profissionais. Flor de maracujá, estrela da manhã, meu grande amor, obrigada. Obrigada, filha, por entender minha ausência quando o dever me chamava. Amo você incondicionalmente!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que guia meus passos;

À minha mãe, fonte maior de amor, que me acalenta todos os dias e me ensina a caminhar, sempre acreditando nos meus ideais, sem jamais perder a ternura. Obrigada pelo amor incondicional e também pelas intermináveis correções de textos;

Às minhas queridas irmãs Karla e Kátia e ao meu querido irmão Klinger, sempre presentes e orgulhosos das minhas conquistas. A menininha dos discursos à mesa levou mais uma!;

Ao meu saudoso pai, sempre incentivador dos nossos estudos, grande sonhador, este é um sonho do qual você ficaria orgulhoso;

Aos meus amados sobrinhos Yuri e Lucas por trazerem alegria ao meu viver e aos dias cansativos de estudo!;

À minha família e aos meus queridos amigos, pelo amor, carinho, amizade e pela torcida por esta vitória;

À minha orientadora Cláudia Regina Lahni, grande Mestra, que me inspirou e me inseriu na luta por atitudes mais cidadãs, que incluam todas e todos. E que me fez acreditar que a utopia é possível!;

Ao querido e saudoso professor Carlos Alberto Marques, o Beto, por ter me mostrado como somos medíocres em nossos preconceitos. Obrigada por ter sido fonte de inspiração deste trabalho e por ter apresentado a mim a grandeza das pessoas com deficiência, ainda tão renegadas;

À professora Luciana Pacheco Marques, pela doçura e atenção de sempre e pelas contribuições valiosas no exame de Qualificação. Caminhemos pela inclusão;

À professora Cristina Musse, pelos ensinamentos e pela presença carinhosa no exame de Qualificação e agora em minha banca de defesa da Dissertação;

À professora Daniela Auad, por aceitar, de imediato, compor a banca de examinadoras deste estudo e participar, assim, de uma importante etapa do meu crescimento profissional;

Ao professor Aluizio Ramos Trinta, por também fazer parte deste fragmento da minha história. Obrigada ainda por apresentar conhecimentos ao meu “mundo televisivo” em suas aulas, cheias de gentilezas;

À professora Malu Fontes, por também aceitar compor a banca de examinadoras deste estudo, ciente de nossas afinidades em pesquisa na área das pessoas com deficiência;

Aos coordenadores e professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF, pelos muitos ensinamentos que também estão expressados neste trabalho;

Aos colegas do Mestrado, pelos debates enriquecedores. E, claro, pelas risadas que não paravam nunca, muitas vezes, em momentos impróprios, se é que me entendem;

À Gilze, querida amiga, com quem pude dividir minhas angústias desde o primeiro processo seletivo para o Mestrado (foram três!), com quem compartilhei momentos adoráveis em sala de aula (era um sonho, lembra?), fora os outros tantos no trabalho. Sem falar na viagem inesquecível para o Intercom. Minha representante pelos congressos afora e minha companheira de todas as horas, essa vitória preciso compartilhar com você porque também é parte dela!

Há momentos da vida em que a questão de saber se
podemos pensar de outro modo que não pensamos e
perceber de outro modo que não vemos é
indispensável para continuar a olhar e refletir.

Michel Foucault

Resumo:

Nosso estudo é direcionado à representação das pessoas com deficiência no telejornalismo. Em percepção anterior a este trabalho, temos que o tema ainda é envolto de preconceito e desconhecimento, inclusive por parte dos jornalistas. A proposta do trabalho, portanto, é de verificar como essa minoria é apresentada nas notícias do telejornalismo e como isso pode afetar a construção da identidade desses sujeitos. E ainda como o telejornal, meio de grande visibilidade e propagador de conhecimento para a maioria dos brasileiros, influencia no fortalecimento da cidadania desses sujeitos com deficiência. Fazemos também uma análise de como a telenovela pauta o telejornalismo, estabelecendo a influência direta da novela *Viver a Vida*, da TV Globo, que trouxe uma cadeirante como protagonista, nas notícias dos telejornais. Stuart Hall, Tomás Tadeu Silva, Veet Vivarta, Victor Gentilli, Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl, principalmente, são as referências para nossa fundamentação teórica. Para validar nosso estudo, analisamos por dois períodos distintos, o material exibido no *SBT Brasil*, do SBT, acompanhando a abordagem dada às pessoas com qualquer tipo de deficiência. A investigação conclui que há uma representação desta minoria nos telejornais, ainda que pequena, e que, com algumas ressalvas, é feita de forma positiva, contribuindo para a reconstrução da identidade dessas minorias, historicamente segregadas da sociedade. E ainda obtemos como conclusão que a telenovela é forte referência para as pautas dos telejornais, ampliando a divulgação de assuntos abordados nos folhetins, aqui especificamente, da temática sobre as pessoas com deficiência.

Palavras-chave:

Comunicação. Telejornalismo. Pessoas com deficiência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IDENTIDADE, CIDADANIA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	17
2.1 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E MINORIAS	17
2.2 COMUNICAÇÃO, JORNALISMO, ÉTICA E CIDADANIA	26
2.3 SUJEITO COM DEFICIÊNCIA	47
2.3.1 Conceitos sociais da deficiência	51
2.3.2 Radiografia da população brasileira com deficiência	60
3 MÍDIA, TV E REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES	71
3.1 A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO - PODER E CONTROLE SOCIAL	79
3.2 A TV NO BRASIL	84
3.2.1 Telejornalismo e informação de serviço público	89
3.2.2 Telenovela e identificação	100
3.3 TELEJORNALISMO E TELENÓVELA	107
3.4 A NOVELA <i>VIVER A VIDA</i>	109
4 SBT – SEGUNDO LUGAR NO ÍNDICE DE AUDIÊNCIA	114
4.1 O JORNALISMO NO SBT	119
4.2 <i>SBT BRASIL E A VICE-LIDERANÇA</i>	123
5 UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TELEJORNALISMO	127
5.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO <i>SBT BRASIL</i>	128

5.2 ANÁLISE QUALITATIVA, IDENTIDADE E CIDADANIA	137
6 PALAVRAS FINAIS	170
BIBLIOGRAFIA	175
APÊNDICE	180
ANEXO	197

1 INTRODUÇÃO

A temática da deficiência ganha fórum em nosso estudo. Para dissertarmos sobre o motivo desta pesquisa, nos remetemos a abril de 2004 quando essa pesquisadora se inscreveu na especialização de “Mídia e deficiência” na Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada em Comunicação há um ano, essa pesquisadora visualizou na pós-graduação a possibilidade de alcançar mais um degrau na titulação acadêmica, ainda que o tema não fosse de interesse diretamente pessoal. Entretanto, quando as aulas se iniciaram, tudo mudou. O primeiro professor em sala foi o saudoso Carlos Alberto Marques, o Beto. Professor da Educação, havia realizado Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que pesquisou “A imagem da alteridade na mídia”. Beto era cego desde os cinco anos, deficiência causada pela diabetes. Até então, não compreendíamos como poderia ministrar uma aula diante sua deficiência.

Ao longo de três meses, nossa questão foi sendo desvendada e outra realidade era apontada. Beto tinha total desenvoltura e independência em sala. Estabelecemos uma grande admiração pelo professor Beto – remetemos a ele a possibilidade de passar a ver o mundo de outra forma, distante do modelo-padrão de indivíduo – que, mais que nosso mestre, tornou-se fonte de inspiração para pesquisas futuras como esta. Portanto, desde então, esse mundo marginalizado começou a ganhar novas dimensões sob nosso olhar e incessantes desejos de aprofundamento sobre o tema surgiram.

Esta pesquisadora, que é jornalista, logo percebeu um elo entre a profissão e o tema anunciado. Ora, se até então nossa única visão do mundo das pessoas com deficiência era do que víamos essencialmente na TV, nosso posicionamento preconceituoso tinha origem aí, em um veículo que dá significado às relações com a realidade, às percepções de espaço e

de lugar e dá visibilidade aos temas que são anunciados em seus produtos. Promove representações que carregam consigo definições e determinações de identidades. Obviamente, as relações sociais também nos dizem muita coisa e, por vezes, estão refletidas no discurso midiático. A sociedade, de um modo geral, é cheia de estigmas, inclusive quanto se trate de deficiência. O pouco conhecimento que tínhamos, oriundos de conversas em família e com amigos, nunca nos mostrava exemplos como do Beto, de pessoas com deficiência com vidas comuns. E também quase nada era noticiado na mídia sobre deficiência.

Primeiramente, desenvolvemos um trabalho de conclusão da especialização sobre a divulgação em três jornais impressos – local, estadual e nacional – das Paraolimpíadas de Atlanta. Nossa primeira conclusão era de uma mídia preconceituosa e desinformada, que apresentava as pessoas com deficiência ora como “coitadinhos” ora como “super-heróis”.

Em 2006, outro fato volta a nos chamar atenção. A novela *Páginas da Vida*, da Rede Globo, traz como protagonista uma garota com síndrome de Down, nomeada Clara, interpretada por Joana Mocarzel, de 7 anos. O preconceito sobre a deficiência ganha dimensão nacional em um formato de grande paixão e repercussão entre os brasileiros: a telenovela.

No mesmo ano, tem início o processo de seleção para a primeira turma de Mestrado em Comunicação na UFJF. E a vontade de prosseguir estudando o tema nos invade. A telenovela era nosso principal enfoque, estabelecendo como a representação de personagens com algum tipo de deficiência influenciava na construção e fortalecimento da identidade dessas pessoas. Foram três participações em seleções para o Mestrado e, ao longo do tempo, nossos estudos foram ganhando outras preferências. Após concluir a disciplina isolada com a professora Cláudia Lahni “Comunicação, Intervenção Social e Cidadania”, nos chama ainda mais atenção o direito considerado como de segunda geração, que é o direito do ser humano em suas diferenças e necessidades. E é forte também nossa referência sobre a influência do papel desempenhado pelos meios de comunicação no processo de intervenção social, de

divulgação e prevalência dos direitos dos cidadãos, além do papel do jornalista como representante do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos.

Na época, já trabalhávamos há mais de cinco anos como jornalista – nos setores de produção, reportagem e edição – participando na elaboração de telejornal diário em uma emissora de televisão vice-líder de audiência, o SBT, em Juiz de Fora transmitido pela TV Alterosa. A televisão sempre foi uma grande paixão nossa e acreditamos em seu significativo papel de responsabilidade social, face aos conteúdos que gera para os cidadãos, através do seu poder de visibilidade, proporcionando novas formas de interação social e produzindo informação, especificamente através de seus telejornais.

Entendemos ainda que o jornalismo televisivo tem um grande poder de representação e que não deve ser considerado apenas como mais um meio que comunica. Deve ser visto como um dos principais veículos de conhecimento e produção de sentido sobre a realidade existente no nosso cotidiano.

Assim, em 2009, ao ingressarmos no Mestrado em Comunicação, demos ênfase aos nossos estudos voltados para o telejornalismo, também influenciadas pela profissão.

Neste contexto, propomos aqui a realização de um estudo sobre a representação das pessoas com deficiência no telejornal, este que é a principal fonte de informação dos brasileiros. Nosso produto analisado será o *SBT Brasil*, exibido pelo SBT. O motivo desta escolha se dá por considerarmos que o *Jornal Nacional*, telejornal mais popular do Brasil, já foi tomado como objeto de estudo em diversas pesquisas acadêmicas. E o *SBT Brasil* é o telejornal de uma emissora vice-líder de audiência e está na concorrência direta com a TV Globo pela conquista de um público fiel, uma vez que o produto é exibido no horário nobre, quando muitos trabalhadores estão em suas casas antenados com o noticiário televisivo, obtendo aquela que, muitas vezes, é a única fonte de informação destas pessoas, além de muitos já estarem conectados esperando o início da novela, vedete dos brasileiros. Buscamos,

assim, um novo olhar telejornalístico, com a expectativa de contribuir para um conhecimento ainda pouco explorado.

Em meio a nossa pesquisa, precisamente em dezembro de 2009, um fato relevante se apresenta com a exibição da telenovela *Viver a Vida*, da Rede Globo, que trazia o tema da deficiência para o debate em nível nacional com uma protagonista cadeirante. Não poderíamos abstrair de nosso estudo a influência que a telenovela tem sobre a sociedade brasileira e ainda a relação direta que exerce sobre o jornalismo. Assim, incluímos aqui mais esse tópico como forma de refletir como os capítulos e discussões de *Viver a Vida* se relacionavam com os temas apresentados nas matérias dos telejornais. E mais ainda, tratamos da questão do *agenda setting*, com o agendamento da mídia dos temas que serão alvo de debate público, com um meio de comunicação se baseando em outro, sempre ocorrendo a procura pelo que o concorrente está noticiando. Como nossa fonte de análise era de um jornal do SBT e a novela que mencionamos era da Rede Globo, o estudo ficou bem característico sob este ponto de vista.

Assim, o enfoque de nossa pesquisa é se há representação das pessoas com deficiência no telejornalismo – especificamente do *SBT Brasil* - e de que modo esta representação é feita. A proposta é verificar como essa minoria é apresentada nas notícias do telejornalismo e como isso pode afetar a construção da identidade desses sujeitos, fazendo valer sua cidadania, com seus direitos e deveres representados. Refletimos também qual a influência da telenovela *Viver a Vida* nas notícias do jornalismo televisivo. Queremos abordar como a exibição da novela modificou o modo de abordagem do assunto deficiência, tanto quantitativamente como qualitativamente. Para tanto, fizemos períodos distintos de análise do *SBT Brasil*: com a novela sendo exibida, quando foi encerrada e dois meses após seu término.

Nossa hipótese é de que o assunto no telejornalismo seja carregado de termos pejorativos e preconceituosos, muitas vezes por falta de conhecimento e entrosamento dos

jornalistas com a questão. E que a novela favoreça o aumento da divulgação de matérias sobre o tema, fazendo com que os telejornais busquem pauta nas histórias das telenovelas, fundamentando nossa outra hipótese. Entendemos que essas notícias dadas de forma errônea reduzam o valor do cidadão com deficiência e se encontrem distante do que se espera de uma representação que respeite a cidadania destas pessoas.

Esclarecendo, de antemão, que quando nos dirigirmos ao grupo em questão, utilizaremos a expressão *peçoas com deficiência* por acreditarmos ser o termo mais correto e desprovido de preconceitos. Ainda que, por vezes, a linguagem se apresente repetida, é esta a forma que iremos nos referir às pessoas em estudo.

O que se busca aqui é ampliar a discussão no campo jornalístico sobre a mudança de certas visões e conceituações com relação aos sujeitos com deficiência. Pretendemos ainda reforçar nossa fundamentação sobre identidade e cidadania, telejornalismo e telenovela. Teremos por base o pressuposto de que a construção da identidade dos sujeitos seja feita a partir da relação com a sociedade na qual se inserem. Hoje, os meios de comunicação também fazem parte desse processo, da construção das identidades. E seu produto *telejornal* está inserido nesta relação.

Nesse sentido, iniciamos o trabalho apresentando as bases teóricas e conceituais do estudo realizado, fazendo um breve relato sobre a construção das identidades, o que classifica as minorias, com destaque para os processos de como a comunicação pode contribuir para o exercício da cidadania e fortalecimento das identidades marginalizadas, aqui tratada das pessoas com deficiência. Apresentamos histórico da política de integração, segregação e inclusão, além de dados e classificações sobre as 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência no Brasil.

No capítulo seguinte, destacamos a importância da TV no Brasil, influenciando, inclusive, a configuração das identidades. Discutimos sobre a televisão e, conseqüentemente,

os jornais, como meio público que deveria atender aos interesses do público, nas suas mais variadas abrangências. Portanto, abordamos que todas as pessoas devem estar representadas e devem ser tema de matérias a serem exibidas no jornalismo da TV, em prol do exercício de seus direitos e deveres. E também como função primordial da televisão de cumprimento do serviço público. Abordamos o papel dos telejornais enquanto principal programa de informação televisiva diária e como meio de possível representação dos cidadãos, especialmente das minorias excluídas da sociedade. A reflexão envolve questões como colocar em prática o direito à informação como direito de cidadania. Apresentamos também a função da telenovela no processo de identificação e projeção nos telespectadores, instigado, principalmente, pela figura do personagem, e apontamos essa influência nas notícias dos telejornais. Essencialmente, citamos o caso de *Viver a Vida* com a personagem Luciana, de Alinne Moraes, que reforçou a ligação existente entre telenovela e jornalismo, pautando as matérias para o jornal.

Em seguida, apresentamos um histórico do SBT, vice-líder de audiência no Brasil e as características do jornalismo ao longo da trajetória da emissora, que passou por fortes mudanças a partir de agosto de 2005. Entre elas, a criação do SBT Brasil, apresentado hoje como o telejornal de destaque da rede, diante de grande popularidade e credibilidade do apresentador âncora Carlos Nascimento, que divide a bancada com a jornalista Karyn Bravo.

No capítulo adiante, temos nossa análise do *SBT Brasil* que acompanhamos diariamente de abril a junho e, em uma segunda etapa, de agosto a setembro. O universo desta pesquisa envolve todas as matérias de conteúdo sobre pessoas com deficiências, sejam elas de altas habilidades, condutas típicas ou portadores de deficiências. Averiguamos como a fala e a imagem traziam a representação delas. Confrontamos os resultados obtidos nas duas etapas de análise do telejornal, associando à bibliografia pesquisada e apresentada nos capítulos desta

dissertação. Além disso, fizemos uma análise sobre a influência de *Viver a Vida* no telejornal, avaliando os períodos sem e com exibição da telenovela.

Nossa proposta foi, portanto, de colaborar com a construção de um pensamento crítico sobre o tema deficiência para aperfeiçoar o trabalho de jornalistas e auxiliar a sociedade em geral, além de verificar o papel da comunicação como forma eficaz de fortalecimento da identidade das pessoas com deficiência, utilizando dela para ampliar a inclusão social.

Trabalhamos aqui na busca da cidadania dos sujeitos através da mídia, atuando de forma a contemplar as expectativas de transformação social e de participação política oriundas dos grupos marginalizados.

Especificamente, buscamos ressaltar a representação das pessoas com deficiência na mídia televisiva. Em um país onde, segundo o Censo 2000 do IBGE, 14,5% da população brasileira apresenta ao menos alguma deficiência física, mental, auditiva ou visual, acreditamos que o tema ainda é envolto de desconhecimento das pessoas e da mídia, de uma forma geral. E isso se reflete no principal meio de transmissão de informação da TV e de fonte de instrução da maioria da população: os telejornais.

2 IDENTIDADE, CIDADANIA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Iniciamos nossas reflexões com um debate crucial no campo científico: a questão da identidade. Como as identidades são construídas? Como podem ganhar novos significados? Para pensar sobre o assunto recorreremos a outro, de interesse direto em nossa pesquisa. Como velhas identidades entram em declínio e dão origem a novas identidades, essencialmente daquelas minorias até então marginalizadas na sociedade? Nossa intenção, neste capítulo, é mostrar como funcionam as políticas de identidade surgidas em meio a essas discussões do sujeito.

Nosso indivíduo em questão é aquele que tem alguma deficiência. Alvo de rejeição, discriminação e tido, muitas vezes, como ser inferior. Neste estudo apresentamos a história da pessoa com deficiência, com dados desta população no Brasil e conceitos que caracterizam as mais variadas deficiências.

Mas e qual o papel da comunicação e do jornalismo com a luta desses grupos minoritários? E a cidadania, qual sua relação com o assunto? A partir destes questionamentos é que desenvolveremos as reflexões a seguir.

2.1 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E MINORIAS

A construção da identidade - processo que leva o homem e a mulher a ser aquilo que é, agir e apresentar-se de determinada forma - tem sido tema de debate.

Stuart Hall, uma das figuras mais importantes da área de estudo sociais, apresenta seu conceito:

Utilizo o termo 'identidade' para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interperlar', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar'. As identidades são, pois, pontos de apegos temporários às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem sucedida articulação ou 'fixação' do sujeito ao fluxo do discurso [...] Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, de apego, embora 'sabendo', sempre, que elas são representações (HALL, 2005, p. 111-112).

Para o sociólogo polonês Zigmunt Bauman, "a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado" (2005, p. 84).

Frente à globalização, sinônimo de descontinuidade, ruptura e deslocamento, há o fenômeno da homogeneização cultural. O indivíduo, por sua vez, torna-se um sujeito fragmentado. Daí a chamada crise de identidade na atualidade.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2005a, p. 09).

Para entendermos as mudanças desse sujeito, tratemos, então, aqui as concepções de identidade a partir de três formas de compreender o indivíduo e o mundo, de acordo com Hall (2005a): o sujeito do Iluminismo, o sociológico e o pós-moderno, já citado aqui.

O sujeito do Iluminismo era um indivíduo totalmente centrado e unificado, marcado pela crença na racionalidade. Seu núcleo interior, seu "centro", emergia quando o sujeito nascia e assim permanecia por toda a sua existência.

Por sua vez, o sujeito sociológico tinha seu núcleo interior formado na relação com o outro, na mediação social de valores, sentidos e símbolos, nas trocas culturais. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2005a, p. 11). Nessa concepção sociológica, caberia à identidade o papel de fazer a costura do sujeito à estrutura social e cultural na qual sua vida se insere.

Nos dias atuais, em pleno 2011, a identidade vem como um recurso fundamental de compreensão dos sujeitos e das formações sociais. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades.

Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2005, p.110).

Um ponto importante a ser considerado aqui: somos o que fazemos em determinado momento, em cada papel que desempenhamos. Cada atividade toma forma a partir de um “personagem”, que temos nas diversas situações de nossas vidas. As identidades são sempre uma representação de nós mesmos. Tomando as idéias de Thomas Luckmann e Peter L. Berger (1985), temos que a realidade é construída socialmente. Homens e mulheres constroem e constituem os fenômenos sociais coletivamente. As identidades, por sua vez, são também construídas pelas interações sociais.

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 228).

Em um período marcado por **mudanças estruturais e institucionais** RESTRUTURAR do mundo, o sujeito pós-moderno apresenta-se não mais como tendo uma

identidade fixa, essencial ou permanente. “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005a, p. 12). A identidade desse sujeito é estabelecida historicamente, ao invés de ser determinada de forma biológica ou social, sendo possível assumir identidades diferentes ao longo do tempo. O sujeito é tido, então, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2005a, p. 11).

Um dos fatores de influência para a consolidação deste sujeito de múltiplas identidades, como já citamos, é o fenômeno da globalização que produz na sociedade moderna mudanças constantes e rápidas. Ocorre transformação nos conceitos de *tempo* e *espaço*, que refletem na estrutura do *eu interior* do sujeito. É a crise do pertencimento, usando um termo de Bauman. Hall também reflete sobre essas variações conceituais.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente” (HALL, 2005a, p. 75).

Uma das consequências da globalização é o declínio das velhas identidades, com o fortalecimento de identidades locais ou a produção de novas identidades. Algumas destas novas identidades surgem como forma de marcar a diferença como unidade, apresentando identidades mais plurais, menos fixas e unificadas. Dentre os fatores de deslocamento deste sujeito, podemos citar como precursor o movimento feminista, organizado por volta dos anos 60 no Brasil. O slogan do feminismo era “o pessoal é político”, abrindo discussão para contestações políticas e sobre assuntos da vida social das mulheres como a família, a sexualidade, o trabalho, a divisão das tarefas domésticas, etc. Questionou a noção de que homens e mulheres eram parte da mesma identidade. Seguindo o fluxo do feminismo, outros

novos movimentos sociais eclodiram, entre eles, as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, etc. Cada um deles constituindo, ou tentando constituir, uma política de identidade, como afirma Hall:

Cada movimento apelava para a *identidade* social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas racistas aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a *política de identidade* – uma identidade para cada movimento (HALL, 2005a, p. 45).

Ganham destaque identidades de determinados grupos oprimidos ou marginalizados.

Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas – o consumidor soberano, o cidadão patriótico - quanto pela resistência dos “novos movimentos sociais”, ao colocar em jogo identidades que não têm sido reconhecidas, que têm sido mantidas “fora da história” ou que têm ocupado espaço às margens da sociedade (HALL, 2005a, p.36).

Os novos movimentos sociais surgem, assim, como forma de oposição à universalidade dos sentidos e à naturalização dos conceitos. Apresenta-se a identidade marcada pela diferença.

Podemos pensar as políticas de identidade como movimentos de contestação que não se fazem pelo igual, mas pela diferença, não são lutas pela imposição da supremacia de uma identidade, ou categorias, mas constituem-se justamente na diferença, naquilo que não são, não em termos materiais, mas em termos discursivos (GUARESCHI, 2000, apud. GUARESCHI, 2006, p. 86).

Ecoa o discurso da valorização da humanidade e do respeito pela diferença, fundamental para se compreender o processo de construção cultural das identidades.

A diferença pode ser construída negativamente - por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a

diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”) (WOODWARD, 2005, p.50).

Assim, os indivíduos e grupos, que outrora, pela exclusão, foram mantidos fisicamente afastados, têm agora por objetivo a ocupação de espaços (tanto no sentido físico, quanto discursivo).

Não é possível abordar identidade sem pensar na sua relação com a alteridade. Ela depende da diferenciação que fazemos entre o *eu* e o *outro*. A identidade é um conceito que necessita do outro para ser referendada.

Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim, sua “identidade” – pode ser construído (HALL, 2005, p.110).

Em um mundo heterogêneo, diverso, multicultural, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável.

Aqui reforçamos que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Tomando como base as ideias de Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 74), temos que a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro” (não sou japonês, não sou americano), “sou negro” (não sou branco), etc. Já a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, etc.

Silva afirma que “em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é (...). A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe” (Id., Ibid.). Identidade e diferença têm uma relação de dependência. Quando se afirma uma identidade, se nega outras identidades e se nega diferenças.

Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”, “não sou chinês”, “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (...) Da mesma forma, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. Dizer que

“ela é chinesa” significa dizer que “ela não é argentina”, “ela não é japonesa” etc., incluindo a afirmação de que “ela não é brasileira”, isto é, que ela não é o que eu sou. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, 2005, p. 75).

Ambas são criações sociais e culturais, fabricadas por nós mesmos, no contexto de nossas relações. Silva disserta ainda sobre a identidade e diferença como resultado de atos de criação linguística. “Identidade e diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e diferença como tais” (SILVA, 2005, p. 77).

A identidade é marcada pela diferença, que é sustentada pela exclusão. Quando dividimos o mundo entre *nós* e *eles*, passamos a classificar. Onde existe a diferenciação estabelecida pela identidade e diferença, está presente o poder de incluir ou excluir, de determinar quem está dentro e quem está fora. É uma forma de demarcar fronteiras, de classificar o sujeito e de normalizar conceitos. A normalização é uma forma de manifestação do poder e de hierarquização das identidades e das diferenças.

Faz-se necessário a revisão desta normalização dos conceitos, especialmente como a mesma é apresentada à sociedade. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos, segundo sugere Woodward (2005).

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação (WOODWARD, 2005, p. 91).

Este é um dos pilares do nosso estudo, questionar a representação dada às pessoas com deficiência nos telejornais e verificar se servem como meio de suporte e sustentação ou não dos estereótipos relacionados a essa minoria.

Dando sequência ao trabalho, apresentamos como as minorias e maiorias se definem na representação das identidades.

Utilizamos aqui o conceito de Muniz Sodré (2009) para a noção contemporânea de minoria:

Refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de lutas assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberais, etc (SODRÉ, 2009, p. 12).

Acrescentamos ainda a esse grupo as pessoas com deficiência, os idosos, os jovens, entre muitos outros. São grupos movidos pelo impulso de transformação, querem o direito à diferença na igualdade de direitos.

Sodré trabalha o conceito de minoria como um lugar, significando este “o espaço ocupado”, no sentido topológico, isto é, um campo de fluxos que polariza as diferenças.

Lugar “minoritário” é um *topos* polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Por isso, pode-se afirmar que o negro no Brasil é mais um lugar do que um indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele. Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica (Id., Ibid.).

Trata-se, portanto, de uma voz em busca de abertura e transformação dos meios sociais vigentes.

Se entendermos, à maneira de Lênin e Gramsci, hegemonia como dominação por consenso, a minoria aparece como conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e ações com o objetivo de transformar um determinado ordenamento fixado no nível de instituições e organizações (SODRÉ, 2009, p. 14).

A relação de dominação sempre ocorreu na nossa sociedade, provocando o agravamento do processo de exclusão das minorias representativas. Como exemplo, podemos

citar as relações de dominação estabelecidas entre pobre/rico, mulher/homem, negro/branco, normal/anomal. Esse processo de exclusão extrai das pessoas seus direitos à cidadania simplesmente por pertencerem a determinada classe ou grupo social.

O binômio maioria/minoria fica estabelecido, então, na relação de poder, isto é, quem está dentro e quem está fora do jogo do poder e das relações político-econômicas. Maioria refere-se, assim, a “qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo, assim, relações injustas com as minorias sociais” (ROSO, *et al*, 2002, p. 75). As minorias, por sua vez, são consideradas como os “segmentos da sociedade que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação” (Id., *Ibid.*) e que também faz parte da nossa realidade mediada.

Embora o termo *minoría* tenha um sentido de inferioridade quantitativa, vale lembrar que os grupos em questão são, na verdade, numericamente representativos. Portanto, não há qualquer relação entre minorias e majorias com os números, isto é, pode haver numericamente mais pobres, por exemplo, mas eles continuam a ser minorias. Muitas vezes esse grupo não é reconhecido nem respeitado pelos demais.

Isso pode gerar uma relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o “outro” (minoría) se apresenta com uma conotação negativa, e a “maioría”, uma positiva. As pessoas não podem ser como querem; têm que ser como a maioria (ex: casar com uma pessoa do sexo oposto; não abusar de drogas ilícitas), ou serão consideradas desviantes, inadaptadas ou marginais. Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e cristalizam (ROSO, *et al*, 2002, p. 78).

Nas Ciências Sociais, o termo *estereótipo* foi introduzido por Walter Lipmann, em 1922. Tende a apresentar pessoas e coisas de forma distorcida, com generalizações indevidas, convicções preconcebidas. O cultivo do estereótipo pode acarretar a formação do preconceito, com rotulações socioculturais.

Imagens preestabelecidas para todos os indivíduos pertencentes a certas categorias social, que se fixam mediante a atribuição genérica de qualidades de caráter, tanto positivas (apreciativas), quanto negativas (depreciativas), os *estereótipos* redundam em simplificações exageradas de características comportamentais específicas. Afetam, sobretudo, minorias: *imagens* preconceituosas são francamente discriminatórias. Ideias preconcebidas, representações falsas, os *estereótipos* costumam, porém, ter conseqüências reais na esfera das relações humanas em sociedade (TRINTA, 2008, p. 47).

Mas de que forma o jornalismo deve atuar na ruptura desses estereótipos muitas vezes naturalizados, tomados como uma norma, sob a figura dessas minorias marginalizadas? Qual o papel da comunicação e do jornalismo com a luta dos grupos minoritários? É o que veremos adiante.

2.2 COMUNICAÇÃO, JORNALISMO, ÉTICA E CIDADANIA

Para começar a discussão aqui é preciso retomar o que é Comunicação? De acordo com o verbete localizado na Enciclopédia da Intercom, em sentido amplo “é a troca de informações entre uma fonte ou emissor e um receptor” (HOLFELDT, 2010, p. 234). Ainda segundo a Enciclopédia, não há qualquer sociedade sem processos de comunicação. “A comunicação verbal é, por excelência, a comunicação humana. Mas, os homens também se comunicam por gestos e outras muitas variadas maneiras. Num sentido mais estrito, a comunicação é a transmissão de qualquer estímulo de um ponto a outro” (MELLO, 2003, p. 56 apud HOLFELDT, 2010, p. 235). O verbete referente à “Comunicação como busca de sentido”, localizado na mesma Enciclopédia, temos que “a comunicação é o meio, através do qual, os padrões de vida, os costumes, a cultura, os desejos, as persuasões, os embates, dentre muitos outros aspectos, são transmitidos” (MAIA, 2010, p. 236). Encontramos ainda que a palavra “Comunicação” tem correspondência e origem no “latim *communicare*, que significa

“tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “associar”, trocar opiniões. Comunicar, transformar em ato a comunicação, implica na participação (*communicatio*)” (MAIA, 2010, p. 236)

Entendemos, assim, que comunicação é tudo aquilo que transmite e recebe mensagens para tornar comum, propagar e travar entendimento do que está sendo dito ou recebido. A informação, por exemplo, chave mestra do jornalismo, teria por função comunicar algo, travar entendimento e tornar comum o que está sendo informado, servindo como meio de instrução.

Portanto, eis uma função importante do jornalismo. É uma fonte de instrução, um meio de dar passagem ao conhecimento. Constitui-se em instrumento de mediação e representação dos cidadãos e de difusão de informação pública. Segundo a jornalista Luciene Tófoli, “inscrito no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, o jornalismo é entendido como a atividade profissional cuja finalidade é captar e transmitir informações, obedecendo a um conjunto de técnicas, saber e ética” (TÓFOLI, 2008, p. 21). Na mesma obra, Tófoli cita a definição de Bahia (p. 22), que afirma que jornalismo “são todos os meios pelos quais a notícia chega ao público”, fazendo com que assuma a condição de intermediário da sociedade.

Mas como e com qual objetivo surgiu o jornalismo? “É para informar a sociedade, para retraduzir a realidade, para apresentar o mundo ao homem e situá-lo o quanto possível, para lhe oferecer alternativas, que o jornalismo surge e se desenvolve” (VICTOR GENTILLI, 1995, p. 25). O jornalista afirma que a atividade tem como vocação atender a necessidade social da informação. Eugênio Bucci disserta sobre a essência do jornalismo: “Fundam-se por um direito político e por uma conquista histórica – a ideia democrática de que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido, que derruba, por sua vez, a ideia de que o poder vinha de Deus sobre a figura do monarca sob a coroa” (BUCCI, 2004b, p. 133). Já Nelson Traquina nos responde “o que é o jornalismo numa democracia”?

A democracia não pode ser imaginada como sendo um governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo (TRAQUINA, 2005, p. 23).

É inegável que o primeiro grande invento que contribuiu para a criação do jornalismo foi a prensa de tipos móveis de Gutemberg, em 1445. Por sua vez, Caio Túlio Costa (2009, p, 27) informa que o “primeiro produto noticioso da história foi uma folha diária publicada na Roma de 59 a.C., chamada Acta Diurna, que Júlio César mandava postar nos muros da cidade”. Entretanto, para Ciro Marcondes Filho (2000), o jornalismo no sentido que conhecemos hoje nasce com a Revolução Francesa, em fins do século XVIII. O saber e o direito à pesquisa, o circuito informativo sobre os fatos da vida econômica e política estavam, até então, nas mãos da Igreja e das Universidades, frequentadas pela elite. Com a Revolução e a queda dos regimes monárquicos e da aristocracia, há também a quebra desse monopólio do saber, com o direito à informação. Surge, assim, a figura do jornalista: “Sua atividade será a de procurar, explorar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o mito da *transparência*” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11).

O mito da transparência, fruto da filosofia das Luzes¹, quer tudo explicar, administrar e colocar em evidência. Assim agia o jornalismo recém formado, no intuito de tornar público tudo aquilo que fosse de “interesse” da sociedade. Entretanto, inicialmente os jornais eram, sobretudo, armas de lutas políticas, identificados com causas políticas. Na verdade, nem o nome *jornal* era dado ainda aos exemplares. “O termo “jornal”, surgido em Portugal em 1813 para nomear uma publicação periódica que tratava das notícias ocorridas

¹ Corrente de pensamento do século XVIII na Europa. Afirmava a razão contra a fé; lema político de tolerância, igualdade e liberdade; ideia de evolução e progresso da espécie.

durante a jornada, vem do francês *journal*, que, por sua vez, vem do latim *diurnalis* ou *diurnum*, relativo a jornada, ao tempo de um dia (COSTA, 2009, p. 27).

Marcondes Filho apresenta quatro subdivisões históricas do jornalismo. A primeira delas seria de 1789 à metade do século 19. Foi conhecido como jornalismo da “iluminação”, justamente este que surge com a queda do monopólio do saber. A informação atinge a esfera pública, com discussões democráticas em espaços abertos. Esse espaço público é caracterizado, assim, como espaço de mediação entre o Estado e a sociedade, com troca de ideias e opiniões esclarecidas entre os indivíduos. “É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12). Os jornalistas eram engajados em instruir o público.

A imprensa popular estimulava as lutas sociais e campanhas nacionalistas. Como conquista deste período, o direito ao voto passa a ser válido para todos os homens adultos. Com a crescente conquista de direitos fundamentais, suscitados pelas lutas políticas travadas nas revoluções, emerge um novo conceito de governo, o democrático. A democracia se define por um conjunto de regras através das quais os homens e mulheres decidem coletivamente suas vidas. Com mais liberdade, ganha força também o jornalismo. A Declaração dos Direitos do Homem, de 26 de agosto de 1789, reforça os argumentos para eclosão da liberdade e de mudanças na atividade jornalística. “A livre circulação de pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem” (TRAQUINA, 2005, p. 45).

O século XIX foi de muitas mudanças no setor. Apesar de ainda prevalecerem jornais eruditos, nesta fase eles dão início à profissionalização, com surgimento de redações como setor específico. São criados dezenas de novos exemplares. Em sua grande maioria eram escritos com fins pedagógicos e, ainda, de formação política.

Nesse mesmo cenário, os donos das empresas jornalísticas vislumbram mais mudanças e o jornalismo abandona, aos poucos, sua fase romântica. Os jornais populares e sensacionalistas ingressam na era dos lucros, com a produção em série das notícias e crescente tiragem dos exemplares. É o início da segunda fase do jornalismo. Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, a implantação das mudanças ocorre já a partir de 1830. A liberdade de imprensa foi garantida na constituição. O novo jornalismo ficou conhecido como *penny press*. “Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto – as notícias, baseadas nos “fatos” e não nas “opiniões” (TRAQUINA, 2005, p. 34). Até então, os jornais recebiam subsídios políticos para sustentação dos exemplares. Com o crescente rendimento das vendas, o jornalismo conseguiu se dissociar dos partidos políticos, permitindo a despolitização da imprensa. Nesta nova fase, fruto das lutas democráticas, a bandeira levantada é contra a censura e em prol da liberdade.

Neste período de proliferação dos jornais pode-se considerar que surgiu o primeiro *mass media*, a imprensa. Os jornalistas ganhavam um lugar crescente na sociedade. Como estava mais afastada dos ideais dos partidos políticos, a classe passou a ser vista pelo governo, então, como revolucionária perigosa. Os governos acreditavam que os jornalistas fabricavam a opinião pública. O “Quarto Poder” que já estava designado ao jornalismo ainda no século XIX, adquire novo enquadramento na democracia, sendo o Quarto Poder em relação ao executivo, legislativo e judiciário, ainda mais combatente. Torna-se um elo entre a opinião pública e as instituições governantes e atua também como vigilante do poder político que protege os cidadãos contra os abusos dos governantes. E ainda como meio de fornecer aos cidadãos informações necessárias para realizarem suas responsabilidades cívicas.

Os jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível. Portanto, a legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder. (TRAQUINA, 2005, p. 47).

Traquina (2005, p. 49) retoma uma série de pensadores que trataram desta fase, que considera o jornalismo relacionado com a democracia, estando a liberdade no cerne da relação. Entre eles, citamos o filósofo James Mill que defendia a quase absoluta liberdade de imprensa e que ela deveria ser instrumento de reforma da sociedade. Outro pensador é Alexis Tocqueville que sustentava que a soberania do povo e liberdade de imprensa eram coisas inseparáveis. “Um cidadão oprimido só tem um meio de se defender; é dirigir-se à nação por inteiro, e, se ela lhe é surda, ao gênero humano; só há um meio de fazê-lo: a imprensa” (Tocqueville apud GENTILLI, 1995, p. 41). O terceiro presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson anunciava não haver democracia sem liberdade de imprensa. O jornalismo cativa o espaço de “contra-poder”.

Acrescentamos ainda a filósofa política Hannah Arendt que, como Tocqueville, acreditava que o jornalismo poderia ser fundamental para a construção das sociedades onde imperasse a liberdade. “Na medida em que a imprensa é livre, ela tem uma função enormemente importante a cumprir e pode perfeitamente ser chamada de quarto poder do governo” (ARENDR, 1973, p. 46-47).

O *penny press* da época alcança novos leitores reforçado pelo baixo preço dado aos jornais. Mas para esse produto de massa alcançar cada vez um público maior, foram necessários avanços tecnológicos.

Na época de Gutemberg, em meados do século XV, a tecnologia existente permitia a impressão de 50 páginas/hora. Com a invenção de Koeing em 1814 (os prelos com cilindros), era possível a impressão de 1.110 páginas/hora, e com as rotativas de Marinoni, em 1871, tornou-se possível imprimir 95.000 páginas/hora (TRAQUINA, 2005, p. 38).

Assim, a modernização das máquinas revoluciona a atividade da época que, por sua vez, precisa se autofinanciar. Os espaços publicitários passam a ser negociados dentro dos jornais como forma de auto-sustentação dos produtos jornalísticos.

É essa nova imprensa como objeto de alto investimento de capital, que manterá as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o “furo”, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade. (...) *Desaparece a liberdade e em contrapartida se obtém mais entretenimento* (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14, grifo do autor).

A notícia como mercadoria toma forma e o jornal ganha mais destaque de acordo com seu poder de venda. Temas sensacionalistas e grandes manchetes dos acontecimentos avançam nos jornais da época, em busca da conquista do público leitor na sociedade de massas. A imprensa desempenha o papel de formadora de opinião favorável para os mercados em expansão.

Para os pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente, Theodor Adorno e Max Horkheimer, que faziam duras críticas à indústria cultural estabelecida, o progresso da dominação técnica se transforma em engodo das massas e impede a formação de indivíduos autônomos, independentes de julgar e decidir com consciência. Acreditavam que os efeitos do desenvolvimento das técnicas e dos meios de comunicação impediriam a autonomia e emancipação das massas.

E o progresso não para. A influência do novo jornalismo ultrapassa as barreiras geográficas. Um marco foi a criação das agências de notícias, entre 1830 e 1860. Para dar conta da incessante procura pela informação, a empresa jornalística precisou se expandir e empregar mais pessoas. Surge a figura do repórter, responsável por noticiar os fatos. Junto com ele, o invento da máquina fotográfica. Ambos, repórter e máquina fotográfica marcavam um elo no mundo dos fatos. “E este esforço tentava transformar o jornalismo numa máquina fotográfica da realidade, ou seja, na sua ideologia profissional, o espelho da realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 52).

A terceira fase do jornalismo é fixada com o desenvolvimento das empresas jornalísticas até a criação dos monopólios, já no século 20. Os grandes conglomerados da

indústria da imprensa são formados para responder à concorrência no mercado. A publicidade e as relações públicas também se sobressaem e entram em competição com o jornalismo. Para entender essa relação, verificamos o que estava acontecendo no mundo.

O século XX viveu em suas primeiras décadas um profundo pessimismo na democracia, com a tomada de poder por forças autocráticas, incluindo partidos fascistas. Como marco desta época, temos as grandes guerras mundiais. A Primeira Guerra (1914-1918) consolidou a propaganda, com a sua mobilização para convencer a opinião pública dos Estados Unidos da necessidade uma participação norte-americana ao lado dos Aliados. Muitos jornalistas participaram deste processo de propaganda da Primeira Guerra Mundial, utilizando a imprensa.

As relações públicas, por sua vez, vêm com força nas primeiras décadas do século, através de seu “criador” Ivy Lee, um ex-jornalista. A aversão do jornalismo às relações públicas é por ameaçarem a ideia do que é notícia. “As notícias pareciam tornar-se menos a reportagem dos acontecimentos e mais a reprodução de um universo de fatos que correspondiam aos interesses especiais dessas pessoas ou organizações” (TRAQUINA, 2005, p. 137).

A atividade jornalística torna-se mais vulnerável às pressões de grupos, a interesses privados individuais e coletivos. Há uma crise do jornalismo neste período, que vive uma ação menos engajada.

O pano de fundo dessas mudanças é o fim da modernidade, caracterizado pelo (novo) processo universal de desencanto (defecção do socialismo e das alternativas do capitalismo), pela crise dos meta-relatos e de todos os sistemas gerais de explicação, pela falência dos processos teleológicos (esperança de um futuro melhor, a subordinação do engajamento político a um projeto histórico) e – último mas não menos sério – o desaparecimento do “conceito de agonística geral”, isto é, da política como embate, competição, confrontação radical (MARCONDES FILHO, 2000, p. 15).

Além disso, as mudanças afetam também a atividade dos jornalistas. O tempo exerce grande poder sobre a profissão, que corre contra “as horas de fechamento” da edição. O avanço na rapidez de transmissão de informação, em um mundo cada vez mais globalizado, produz jornalistas com obsessão de fornecer a notícia em primeira mão e com exclusividade.

A partir de 1.900 é instaurado o uso do *lead* nas reportagens. Uma prática corrente no jornalismo de utilizar logo no primeiro parágrafo da notícia o *quem, o quê, o quando, o onde, o porquê e o como*, uso justificado pelo critério de objetividade jornalística.

Ao final do século 20 chega o quarto e último jornalismo, com o advento das novas tecnologias. “A atividade [jornalística] se divorcia de suas formas históricas e entra em novos domínios e novas práticas; em algo que hoje, com dificuldade, ainda se pode chamar de jornalismo” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 29).

O jornalismo deixa de lado o uso do papel para lidar diretamente com a máquina *computador*. O ritmo do trabalho fica ainda mais acelerado, como consequência direta da lógica da tecnologia. Mudanças também ocorrem em relação aos conteúdos jornalísticos. “O fascínio da imagem, definida como critério principal dos meios visuais, passa a ditar a hierarquia da comunicação: primeiro, uma cena tecnicamente perfeita; depois, um texto, uma narrativa, uma notícia” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 31).

A informação associada à imagem abriu as portas para uma revolução no mundo da comunicação. Em 1925, surgem os primeiros inventos sobre a televisão, que vêm para concorrer com o jornalismo impresso nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 70. Este se torna mais opinativo como forma de atrair os leitores, agora quase que somente espectadores do meio televisão. Os financiamentos publicitários passam a se direcionar quase que prioritariamente à TV e, mais recentemente, à Internet. A alta velocidade de circulação de informações exige profissionais que deem conta da constante produção de notícias. “A produção informatizada diária e contínua de um jornal tende a triturar os fatos – inclusive as

análises -, transformando-os em um produto – apesar da aparência atraente, inodoro, incolor, insosso” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 37).

Entendemos que a atividade jornalística dos tempos modernos é sujeita a várias ações que podem restringir o poder real do fazer jornalismo.

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes, (o) próprio (s) dono (s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite. (TRAQUINA, 2005, p. 25).

A competitividade e o negócio que se criou em torno do jornalismo provocam mudanças nos valores-notícia, sobre o que determina um fato ser notícia ou não. A notícia vira sinônimo de produto de consumo, mudança essa que coloca em xeque vários conceitos que devem ser defendidos pelo profissional, muitos deles consagrados em códigos deontológicos que foram elaborados em inúmeros países no início do século XX. Neste momento, é válido reavaliar como valores decisivos estão sendo tratados pelos jornalistas atuais, entre eles: “o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto, o componente do ser humano não redutível a bit (paixões, emoções, sensibilidades), a questões éticas, etc” (TRAQUINA, 2005, p. 37).

As preocupações deontológicas no jornalismo passam a ser de fato relevantes nesta fase atual. Adquire fundamental importância a discussão sobre a ética que normatiza a prática jornalística. Cabe ao jornalista, como princípios básicos, dizer a verdade; usar a objetividade, ser imparcial (hoje em constante discussão sobre sua real validade) e ter neutralidade no critério de seleção e construção das notícias; respeitar as fontes; tudo em prol de sua credibilidade e da ética profissional.

Vamos tratar primeiramente sobre a ética. A palavra ética vem do grego *ethos*, que virou *ethica* em latim e em grego significa “costume”. “A ética, a ciência da conduta,

trata dos conceitos que envolvem o raciocínio prático, como o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha” (COSTA, 2009, p. 19). Portanto, a ética designa como obrigação uma conduta correta nas ações do sujeito. A ética presume respeito aos valores mais próprios do ser humano.

Quando abordamos a ética, estamos necessariamente envolvendo outro valor, o da verdade, tão crucial ao jornalismo. A verdade é o oposto à mentira e significa exatidão, conformidade com o real. Refere-se à precisão, ao rigor e à exatidão do relato.

O jornalista José Pedro Castanheira, citado por Traquina, afirmou:

Sabemos que a verdade é um valor inatingível; que não há uma verdade absoluta. (...) Não basta gritar bem alto o dever de cada jornalista de não mentir, de não enganar, de não falsear. Há que ir mais longe, seguir os exemplos dos códigos de todo o mundo e proclamar, de forma inequívoca e solene, o dever de cada jornalista de perseguir, de procurar a verdade, de informar com a verdade (apud TRAQUINA, 2005, p. 134).

Como afirma Tófoli, a verdade no jornalismo é condicionada e útil aos interesses dos próprios jornalistas e da empresa proprietária do jornal. Mas é preciso se aproximar daquilo que o senso comum chama de verdade.

“É preciso resguardar a veracidade dos fatos, reproduzi-los de forma mais fiel e correta possível tendo em vista a própria realidade e contexto dos mesmos, dar voz e vez aos vários lados da questão, não censurar informação ou se autocensurar” (TÓFOLI, 2008, p. 38).

Há que lembrarmos que o direito à informação (ser informado) e a liberdade de imprensa se sustentam no cuidado com a honra e a dignidade das pessoas. Aqui podemos contextualizar o sensacionalismo, prática rotineira nas notícias jornalísticas, em especial, quando referente à vida das pessoas famosas e públicas. É preciso cuidado e zelo e preceitos éticos para não extrapolar a realidade da notícia.

Para isso, podemos utilizar outro valor do jornalismo: a objetividade. No século XIX, como vimos aqui, era muito comum o jornalismo realçar as opiniões e não os

fatos. Com a mudança da prioridade jornalística no século XX, surge o conceito de objetividade entre 1920 e 1930 nos Estados Unidos, que seria basicamente reportar os fatos, sem pronunciar opiniões.

Para muitos, a objetividade jornalística é alvo de críticas e muitas vezes considerada como algo impossível. Os pesquisadores da Escola de Frankfurt foram seus maiores combatentes, argumentando a dificuldade da objetividade jornalística frente ao produto da indústria cultural, em que a “aparência desconstrói qualquer ideia possível de objetividade” (COSTA, 2009, p. 171).

Percebemos a objetividade sob a mesma perspectiva da pesquisadora Judith Lichtenberg, indo ao encontro da questão da verdade:

O nosso interesse fundamental na objetividade é o interesse na verdade. Nós queremos saber como as coisas se colocam no mundo, o que acontece e por quê. Nesse sentido, defender que uma peça particular do jornalismo não é objetiva é defender falhar no provimento da verdade, toda a verdade (Lichtenberg apud COSTA, 2009, p. 163).

Para melhor entendermos e confirmarmos o que foi discutido até aqui, citaremos alguns trechos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, revisado e votado em Congresso Nacional em 1987 e em vigor desde então.

No artigo 2º, o Código afirma que “a divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública”. Respaldamos, assim, a ideia que o jornalista deve ser fiel ao que foi apurado, devendo dizer a verdade, utilizando a objetividade. Princípio reafirmado no artigo 7º que diz que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”.

No artigo 3º. do Código temos ainda que “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse

social e coletivo”. A informação de interesse coletivo não pode ser censurada, deturpada ou manipulada. E é função do jornalista impedir que essa violação ocorra.

Quando se refere à conduta do jornalista, o Código de Ética traz no artigo 9º os seguintes deveres do profissional: “a) divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; (...) e) opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; (...) g) respeitar o direito à privacidade do cidadão”.

O artigo 14º, incluído no Capítulo III que trata da responsabilidade profissional do jornalista, relata que o jornalista deve: “a) ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas; b) tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”.

Diante de tudo que debatemos, o fato é que não pode haver jornalismo sem uma preocupação ética. “E o jornalismo só será verdadeiramente ético a partir do momento em que exercer sua prerrogativa de contribuir efetivamente para uma sociedade mais justa, transparente, humana, solidária, fraterna e livre” (TÓFOLI, 2008, p. 09). Por uma sociedade democrática mais cidadã.

E o que significa ser cidadão? Ser cidadão é ter direitos e deveres. Entre os direitos, acesso a um salário digno; direito à educação; à saúde; à habitação; ao lazer e direito de se expressar livremente. E entre os deveres, estimular a existência dos direitos a todos; cumprir normas decididas coletivamente; e como antecedência ao direito de votar, ter o dever de fazer parte do governo, votando, participando de assembléias, pressionando o governo. O exercício de cidadania inclui os direitos e deveres do cidadão.

Afinal, o que é cidadania? Definimos cidadania como a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade em relação a direitos e deveres. Portanto, ela não nos é

dada, é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). Na pólis grega, a esfera pública era relativa à atuação dos homens livres e à sua responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. Viver numa relação de iguais como a da pólis significava, portanto, que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência. Eis o espírito da democracia. Mas a democracia grega era restrita, pois incluía apenas os homens livres, deixando de fora mulheres, crianças e escravos (MANZINI-COVRE, 2001, p. 17).

A cidadania é histórica, vai se modificando de acordo com o desenvolvimento da humanidade e com a consagração da democracia. A extensão de direitos a indivíduos anteriormente excluídos do princípio de representação foi sendo concedida a partir de ações públicas, pressões, negociações. As revoluções burguesas, particularmente a Revolução Francesa, foram importantes para essas transformações, estabelecendo as Cartas Constitucionais e exigindo o jogo democrático.

Assim, contrário ao Estado Despótico, no qual a sorte dos homens e mulheres podia ser decidida arbitrariamente, surgiu o chamado Estado de Direito para estabelecer direitos iguais a todos os homens e mulheres, ainda que perante a lei, e dar um passo para o fim da desigualdade a que tal grupo sempre foi submetido. Lembrando que a Constituição é “um documento que limita o poder dos governantes e condensa a ideia dos direitos e da cidadania, único instrumento não-violento para a segurança dos cidadãos, que não podem ser tratados arbitrariamente” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 18). As Constituições democráticas são base para o reconhecimento e a proteção efetiva dos direitos dos homens e mulheres.

Outro passo importante, além do estabelecimento das Constituições, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, pela Organização das Nações Unidas. A Declaração assegurou a cidadania mundial, garantindo a todos e todas o respeito aos direitos fundamentais.

Entretanto, apesar da idéia de cidadania ter sido estabelecida e confirmada com a ascensão burguesa, há que se pensar que, quando no poder, a burguesia passa a creditar esses direitos humanos somente àqueles que têm propriedade. Os demais indivíduos da sociedade, por sua vez, percebiam esses direitos válidos aos proprietários e não-proprietários. Acaba sendo essa uma “cidadania mais formal, que serve à dominação” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 25). Na cidadania mais efetiva, os direitos são extensivos a todos e todas. A cidadania plena tem como objetivo transformar o cotidiano do indivíduo em algo bom, ligada a um Estado de bem-estar social.

Do mesmo modo, o marxismo vem contribuir para a construção do conceito de cidadania. Critica justamente os usos dos direitos pela burguesia como forma de dominação dos “sem posses”. Propunha o controle da sociedade pela classe trabalhadora, retomando a visão do trabalho como algo que liberta.

Fato é que com o avanço da sociedade burguesa e do capitalismo, a separação entre o público e o privado começou pouco a pouco a se delimitar. Ao longo dos séculos XIX e XX crescem a concentração de capitais e a intervenção do Estado nos negócios. “O setor público se imbrica com o setor privado, provocando uma mudança nos papéis e funções do Estado e do mercado” (STEVANIM, 2007, p. 04). De acordo com Stevanim, uma das principais consequências é a impossibilidade de delinear o ideal de “coisa pública”. Negligencia-se o debate público, é uma cidadania de conformismo com a sociedade, de preocupação com o consumo.

No Brasil, os esforços pela realização de direitos e pela construção da cidadania tomam forma no período entre as Guerras Mundiais, com lutas operárias dos imigrantes italianos, subentendidas como luta contra o capital. A população brasileira percebe, assim, a exploração que sofre dos países dominantes, chamada como tomada de consciência do subdesenvolvimento. Com a vontade de melhorias, a cidadania é repensada.

Já de 1945 a 1964 o Brasil viveu a democracia populista. Os direitos, incluindo o direito de reivindicar, foram silenciados nos governos ditatoriais de 1964 até a década de 80. Momento rompido de vez com o fim da ditadura, com a campanha das *Diretas Já* e com a Constituição de 1988. A ampliação da discussão dos direitos de cidadania se apresenta, então, a partir do processo constituinte e da consolidação de um regime formalmente democrático. Hoje, a democracia prevê mais direitos ao cidadão, mas ainda há muita luta social a se travar para alcançar a cidadania plena.

Em *A Era dos Direitos* (1992), o filósofo político Norberto Bobbio afirma:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 1992, p. 05).

Bobbio disserta sobre a conquista dos direitos, divididos em quatro gerações: direitos civis e políticos são de primeira geração; direitos sociais são de segunda geração; os direitos coletivos e os que pregam o respeito às diferenças são de terceira geração. Aqueles que visam regular a criação de novas formas de vida no planeta são considerados como de quarta geração.

Os direitos civis, organizados contra o poder do Estado, asseguram, entre outros, o direito de se dispor do próprio corpo, direito à liberdade de opinião e de expressão de ideias, direito à liberdade individual, à proteção legal, etc. Os direitos políticos garantem essencialmente a participação no exercício do poder na arena política (formar associações e

partidos, votar em representantes, entre outros). Os sociais, que se consagram no chamado Welfare State (Estado de bem-estar social), preveem direito ao atendimento das necessidades básicas de moradia, escola, saúde, alimentação e ainda direitos trabalhistas, incluindo direito a salários dignos. Os de quarta geração estão no campo da bioética, com temas emergentes como a engenharia genética, inteligência artificial, tecnologia energética, etc.

É preciso trabalhar para conquistar esses direitos para que eles sejam, de fato, reconhecidos e protegidos. Maria de Lourdes Manzini-Covre diz que o primeiro pressuposto da prática da cidadania é “que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 10). Só existe cidadania se houver reivindicação, inclusive de apropriação de espaços.

É justamente esse o momento que vivemos na história na luta pelos direitos humanos: desenvolve-se a consciência do direito de ter direitos.

Penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do (s) homem (s) no Universo (MANZINI-COVRE, 2001, p. 11).

Manzini-Covre relata que uma constituição está firmada nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A autora atenta para um quarto poder: o da imprensa. “Os trabalhadores devem estar atentos ao papel que podem desempenhar em todos esses poderes, para melhor construir a cidadania e estendê-la a todos os níveis possíveis” (2001, p.11).

Neste trabalho tratamos, especificamente, desta questão. A reivindicação da cidadania, do exercício dos direitos através dos meios de comunicação. Abordamos o direito considerado como de segunda geração, que é o direito dos grupos humanos. Os direitos sociais fazem surgir personagens como sujeitos de direito. “São os direitos coletivos de um povo, uma nação, uma comunidade, das “minorias” discriminadas. (...) São direitos pelos

quais se organizam os mais diferentes movimentos sociais ao redor do mundo” (PERUZZO, 2007, p. 17). Incluímos aqui aqueles que são relevantes em nossa pesquisa: o direito à comunicação e o direito à informação. Ambos não implicam somente em combater os monopólios dos meios de comunicação. Esses podem ser mais eficientes quanto mais forem exigidos pelos consumidores de informação, pelos cidadãos.

O tema da Comunicação como direito fundamental, visto como acesso ao poder de comunicar, já está em discussão há algum tempo. Movimentos sociais articulam políticas de visibilidade identitária. A Campanha CRIS (Direito à Comunicação na Sociedade de Informação), lançada em 2001 (...) reivindica não só “o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, mas também ao telefone, televisão, rádio e a efetivação de todos os direitos humanos nas suas dimensões civis, políticas, econômicas, sociais e culturais” (PERUZZO, 2007, p. 07). A Campanha requer um modelo único de Sociedade da Informação:

Expresso na proposição da Campanha CRIS e claramente em disputa nos fóruns de discussão e formulação de políticas sobre a Sociedade da Informação, o deslocamento de um paradigma comunicacional parece manter-se, ainda, como uma exigência no desenho das ações e práticas dos movimentos sociais no marco de uma agenda sociocultural em que se cruzam as variáveis identidades culturais e cidadania. O pensamento pedagógico-comunicacional do educador brasileiro Paulo Freire parece, portanto, não ter perdido vigência quando se trata da formulação de estratégias e políticas de visibilidade midiática, operadas a partir da noção de um conhecimento, que, para Freire, ‘é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo’, e em uma comunicação que se define ‘como a situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas ao invés de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo (COGO, 2004, p. 52, apud LAHNI, 2008, p. 69).

Para este estudo, por sua vez, nos detemos especificamente no direito à informação, de qualidade, livre de manipulação política e de discriminação com relação às minorias, especificamente às pessoas com deficiência. O direito à informação seria a porta de acesso a outros direitos.

Victor Gentili (1995) levanta a necessidade da prática do jornalismo com informações necessárias à vida social, sendo a comunicação um direito. A partir da

informação, formar conhecimento do que ocorre no mundo, tendo, assim, conhecimentos diversos.

Numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo (GENTILLI, 1995, p. 158).

Gentilli pensa a questão sob dois pontos. Primeiro, segundo ele, o direito à informação deve ser visto como um direito para todos. Segundo, como perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o “melhor julgamento possível de cada um”.

O direito à informação, assim, deve ser pensado como o direito que inclui necessariamente as condições necessárias para realizar as escolhas concernentes ao exercício pleno dos direitos. O direito de cada um ter acesso às melhores condições possíveis para poder **formar as próprias preferências particulares, fazer suas escolhas e seus julgamentos de modo autônomo** (GENTILLI, 1995, p. 160, grifo do autor).

O jornalista disserta ainda sobre as características do direito à informação como emancipatórios ou de tutela. De acordo com Gentilli, o direito emancipatório tem como pressuposto básico o direito à liberdade de escolha, é o direito às informações que dizem respeito aos direitos civis ou políticos. O direito à tutela, por sua vez, está relacionado com os direitos sociais, aquela informação que ou torna público os direitos sociais ou se constitui ela mesma no próprio direito social. Para exemplificar, as notícias sobre o acesso à saúde e à escola tornam público esses direitos sociais. Já a divulgação de informação sobre o uso do soro caseiro se constitui por si própria numa perspectiva social.

É neste entendimento que a informação deve ser concebida como um provimento, da mesma forma como o direito social em si. O cidadão não tem o direito de escolher entre receber ou não uma informação, como tem a prerrogativa de andar livremente pelas ruas, se assim o desejar. O cidadão tem o direito de ser provido das informações necessárias para o seu dia-a-dia. (...) O jornalismo é uma das formas de expressão deste direito social (GENTILLI, 1995, p. 162).

Como foi visto, o jornalismo, especialmente o televisivo que é foco do nosso estudo, é uma das formas de expressão dos direitos sociais. Ainda fazendo referência ao telejornalismo, demonstraremos mais adiante que a legislação brasileira garante que as emissoras de televisão se apresentem como prestadoras ou concessionárias de serviço público. Portanto, o jornalismo na TV ganha dupla função quando relacionado ao direito à informação.

Karam (apud TÓFOLI, 2008, p. 24), ao comentar sobre a função do jornalismo, suscita a questão do direito social de todos à informação. “A forma pela qual se abre possibilidade do acesso imediato ao todo, plural e diverso, que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente”.

Gentili aborda a função dos jornais como mediadores e do jornalista como representante do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos. O jornalista exerce, então, duplo papel: de mediador, quando faz a mediação com a sociedade, levando informações com a quais os cidadãos tomam suas decisões; e de representante, como aquele que questiona as pessoas em nome dos leitores, telespectadores e ouvintes.

A produção de informação é que torna possível o mundo e o poder político, em particular, visível ao cidadão e permite que ele se situe na sociedade. O trabalho jornalístico promove essa “visibilidade”. “O que hoje é evidente é que a comunicação de massa leva a prática política – tanto aquela do sistema político quanto aquela dos cidadãos – ao máximo histórico de discutibilidade e de visibilidade” (GOMES, 2008a, p. 66).

No processo de reconstrução da realidade, Gentili afirma que o jornalismo é a atividade fundamental e indispensável na vida do homem moderno.

Para que cada homem possa participar das decisões que lhe interesse e/ou lhe diga respeito em condições de igualdade, é indispensável um sistema de comunicação que ofereça ao conjunto de cidadãos as informações básicas e as alternativas possíveis para que tais decisões sejam tomadas, conscientemente – na medida do possível -, com a possibilidade máxima de acesso à informação (GENTILI, 1995, p. 200).

É, portanto, a comunicação uma das possibilidades para o exercício da cidadania, com a formação ainda de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio social. “Um cidadão mais informado criará uma melhor e mais completa democracia” (SCHUDSON, 1996, p. 205 *apud* VIZEU, 2005, p. 65).

Estar informado, ter a possibilidade de conhecimento do que acontece, dispor de dados que levem à reflexão sobre situações de suma importância na vida social quer em seus aspectos políticos, econômicos, éticos, culturais ou científicos, tomando decisões e as colocando em prática, significa exercer com dignidade a cidadania (SOMMA, 2002, p. 04).

Quanto mais informações o indivíduo possuir, maior será a sua consciência do mundo para tomar decisões. “A inércia pode ser **rompida pela sociedade**, mas, em alguma medida, muito mais do que outras instituições, os jornais podem ser o foco inicial detonador da quebra da inércia e de estímulo a um movimento de ampliação da cidadania” (GENTILLI, 1995, p. 184, grifo do autor). Segundo nosso estudo, a forma como a informação nos é repassada pode servir como quebra ou manutenção do estereótipo a determinado grupo social ali representado. É o direito à informação consciente feito por um jornalismo responsável socialmente.

A prática do dia-a-dia do jornalista é tomar decisões, isto é, julgar. (...) A mediação do jornalista é uma mediação ativa, não passiva. Supõe papéis, funções, fazeres, ética. A informação jornalística não é uma informação que chega ao receptor em estado bruto. Ela é manipulada pelo jornalista, que faz as suas pré-escolhas, as suas pré-opções, a sua pré-filtragem, o seu pré-julgamento (GENTILLI, 1995, p. 175).

Não temos essa mediação como algo pessimista. De fato, esse pré-julgamento ocorre e está intrínseco ao processo de seleção das notícias. O que chamamos atenção no nosso estudo é para a forma como essa prática jornalística é exercida. Acreditamos que aí podem surgir os pré-conceitos, com informações deturpadas sobre determinados assuntos, até mesmo por desconhecimento de causa. A preocupação essencial aqui está no modo de representação

das minorias, especialmente das pessoas com deficiência, que buscam a ocupação do espaço físico e discursivo, como meio de se reconhecerem e serem reconhecidos como cidadãos.

2.3 SUJEITO COM DEFICIÊNCIA

As questões referentes às pessoas com deficiência, apesar de terem passado por alguns avanços ainda pouco expressivos, permanecem fortemente marcadas pelo sentimento de piedade, influenciado pela ideologia dominante de uma sociedade majoritariamente organizada pelos valores de normalidade. O valor atribuído à deficiência constitui, portanto, um dado culturalmente construído.

Detentora do poder, a classe dominante utiliza-se de forma eficiente do lugar privilegiado de produtora e veiculadora de um discurso investido de autoridade. Esse mecanismo tem por finalidade a manutenção do poder por ela exercido sobre a sociedade, em especial no que se refere aos setores da política, da cultura e da economia. (...) Segundo Marques, esses critérios referem-se principalmente aos aspectos ético, estético e de capacidade produtiva. Na definição do “bom”, do “melhor” e do “desejável” estabelece-se o padrão ético de normalidade; enquanto que pela definição do que é “ruim”, “pior” e “indesejável” se estabelece a noção de desvio da normalidade (MARQUES e MARQUES, 2008, p. 17).

Em todas as sociedades existem valores culturais que se consolidam no modo como a sociedade está organizada. Esses valores refletem diretamente no pensamento e nas imagens dos homens e mulheres, norteados suas ações. São valores que terminam por se refletir nas palavras com que eles e elas se exprimem. Assim sendo, em diferentes intervalos de tempos a palavra *deficiente* adquire e adquiriu um valor cultural estabelecido de acordo com padrões, regras e normas ditadas pelas relações sociais, as quais nos levam, consciente ou inconscientemente, a “classificar” as pessoas de acordo com uma escala de valores *a priori* estabelecidos, resultante de nossa educação e das nossas referências culturais. Desta forma,

temos que toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas (do círculo do mesmo) é uma pessoa estigmatizada.

Segundo Fonseca (apud MARQUES e MARQUES, 2008, p. 10), “essa relatividade obscura, tênue, sutil e confusa procura, de alguma forma, afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e ameaça a ordem social”.

Quando discutimos a questão da deficiência o que está em jogo é o tema do outro, da alteridade. O outro passou a ocupar lugar de destaque no pensamento ocidental com a descoberta das Índias e da América. Quem era esse outro? Quem é o outro? A indagação alcançou a reflexão filosófica e das ciências de seu tempo, as quais parecem ainda não estarem bem certas de suas descobertas e nem mesmo recuperadas do impacto, ainda sentido na pele, desse estranho encontro. O outro ainda continua a assustar.

Muitos se ocuparam da questão da alteridade, sobretudo no campo da filosofia. Dentre eles merece lugar de destaque a figura de Emmanuel Lévinas, autor que pensou radicalmente o lugar do outro desde uma dura crítica à concepção de mundo onde o outro é tão-somente extensão de mim mesmo. Com isso ele conferiu autonomia ao outro, abrindo margens para um novo posicionamento frente a parcela não-hegemônica do mundo de forma mais digna.

A ênfase dada por Lévinas, e que muitos irão dar prosseguimento sob várias bandeiras, consiste em preservar a alteridade do outro. Trata-se, antes de mais nada, de uma necessidade urgente de repensar e reestruturar o posicionamento frente ao outro. O outro é sempre uma exterioridade real, um corpo, uma subjetividade, um homem, uma mulher que pede passagem e quer ser reconhecido como diferente de mim – não um outro de mim – mas igual em dignidade.

Segundo Lévinas, o ponto central do problema, no que diz respeito à alteridade, encontra-se no fato de nos determos, de estarmos inseridos em uma deficiência humana básica

ou de fundo que impede que situemos o outro como realmente outro. Em geral, o outro é sempre para nós um outro de nós-mesmos, funcionando como um grande espelho que reflete tanto perfeições quanto imperfeições². Daí, toda vez que esse outro (nós-mesmos) mostra-se muito (ou mesmo pouco) *diferente*, a tendência é assombrarmo-nos. Segue-se, então, a indiferença, o desprezo, o descaso, o esquecimento. Forma-se uma rede de vigilância e punição daqueles enquadrados fora do padrão da normalidade vigente.

Nossa deficiência básica é uma deficiência ontológica, é a pressuposição de que tudo o que não está adequado sob as formas de nossa compreensão e visão – olhar que temos sobre o mundo e as coisas – deve ser descartado como sendo inválido. Se não podemos compreender, então devemos eliminar, esquecer. Ora, este incompreendido faz revelar que vivemos sob o medo daquilo que não nos pertence e que não podemos controlar, pois se o pudéssemos tudo seria diferente. Mas o que caracteriza o outro é justamente o poder que ele tem de ser diferente de nós, tão diferente que nenhuma aproximação que façamos dele poderá reduzi-lo a nossa proximidade como sendo algo que nos pertence. Ou seja, o encontro com o outro nunca será tranquilo – pois ele sempre permanecerá sendo um outro estranho –, o que não quer dizer que esse encontro deva ser indiferente ou desprovido de sentido ético. Pelo contrário. O que deve marcar o encontro com o outro é justamente a não-indiferença com relação a ele.

O que queremos aqui fixar é que o outro, enquanto outro diferente de mim, deve ser preservado em sua dignidade. A fixação deste conceito de alteridade possibilita-nos celebrar as diferenças valorizando a diversidade humana, proporcionando a solidariedade humanitária, a cidadania com qualidade de vida e um tratamento de igual importância das minorias. Trata-se da convivência com a diferença (outro) pela não-indiferença. Encontramos assim um bom caminho para a inclusão social e promoção da cidadania.

² A psicanálise desenvolveu esta temática do outro como espelho; o outro como leitor leigo. Outras nomenclaturas de uso corrente são “deficiência” ou “distúrbio” de *alter ego*.

O outro pode assumir várias figuras: o pobre, o miserável, a pessoa com deficiência, a mulher, o estrangeiro, o negro, o oprimido, o faminto, entre outras tantas minorias já abordadas neste estudo. Aqui chamamos atenção para repensar nosso modo de ver esse outro, direcionando nossa atenção especial à questão da pessoa com deficiência.

Ao contrário do indivíduo moderno, o sujeito pós-moderno não é mais obrigado a pensar a si mesmo na distância que separa o normal do anormal. A diferença não é mais uma questão de oposição a um determinado padrão de normalidade. A polarização das noções de normal e anormal busca dar lugar ao entendimento de que a natureza humana comporta uma infinidade de condições existenciais.

Ainda assim a sociedade permanece encontrando dificuldades para lidar com o diferente, com o que se afasta dos padrões ditos normais.

Os sistemas de controle e de discriminação estão inseridos na política do corpo, como força de trabalho. Se eficiente, “corpo produtivo”... se deficiente “corpo improdutivo”. Nesse sentido a deficiência assume a marca da incapacidade, dependência econômica e imposições colocadas pela sociedade, tecendo friamente uma rede de poder para o corpo improdutivo (deficiente), onde essas relações se tornam cada vez mais eficazes, mais fortes (MELCHIADES, 2003, p. 51).

Mas sob a ótica dos novos tempos, procura-se uma abertura de possibilidades onde este grupo excluído ganha espaço na vida social e passa a ser parte do processo histórico e político.

A questão da figura da alteridade *deficiência* se conjuga com inúmeros elementos. Vejamos a seguir.

2.3.1 Conceitos sociais da deficiência

O significado da palavra deficiência, com todo seu caráter de exclusão, vem de um pré-formismo, isto é, idéias formadas anteriormente e que carregam, como aqui citado, um longo e contínuo processo de exclusão, fundamentado pela formação cultural que tende a renegar os diferentes.

Os conceitos que nortearam os direitos das pessoas com deficiência são sintetizados em três momentos: a política de segregação, a política de integração e a política de uma sociedade inclusiva, esta assegurada pela Constituição brasileira e respaldada por vários tratados internacionais.

Termos como aleijado, defeituoso, ceguinho, retardado, louco, surdo-mudo, incapacitado, inválido, dentre outros, foram utilizados com frequência durante muitos séculos. Em um primeiro momento, a deficiência era entendida como anormalidade, colocando seus portadores na condição de desviantes, à margem do processo social.

Segundo Romeu Kazumi Sassaki, as pessoas com deficiência por muitas vezes chegaram ser consideradas inúteis, um fardo para a família. Em casos extremos, não podiam sequer ser tocadas. “Chamadas de “inválidas, foram excluídas da sociedade, muitas delas literalmente exterminadas em certas culturas” (apud VIVARTA, 2003, p.20).

A origem da deficiência estaria ligada a atos pecaminosos dos homens e mulheres ou a arbitrariedade de forças superiores.

Desde a seleção natural, além da seleção biológica dos espartanos, que eliminavam as crianças mal formadas ou deficientes, passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e marginalização operadas pelos exorcistas esconjuradores da Idade Média, a perspectiva da deficiência andou sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e superticiosas (FONSECA apud MARQUES 2001, p. 15).

Na busca por explicações para os acontecimentos mais diversos que ocorriam no cotidiano dos homens e mulheres, estes se apoiaram no poder do sagrado, a partir da herança deixada por seus antepassados: os mitos e as religiões. Os mitos nas sociedades primitivas eram uma transposição de acontecimentos reais para o plano da divindade. Uma de suas funções principais era fixar os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas.

De acordo com Hagiara-Cervellini (2003, p. 55), buscou-se no mito do nascimento do deus grego Hefestos, filho de Hera, uma representação de como o ser humano se comportava diante da constatação de uma deficiência. Conta a história que quando viu seu filho pela primeira vez, Hera ficou decepcionada ao constatar que ele era feio, disforme e coxo. Como iria apresentá-lo aos deuses do Olimpo? “Envergonhada com o aspecto do filho, agarrou-o pela perna mais curta e atirou-o ao mar. Ao fim de longa queda, o deus chocou-se contra a superfície rochosa da ilha de Lemnos, ficando deficiente para sempre”. Na época que o mito foi criado muitas crianças nasciam, mas poucas sobreviviam. Acreditavam que estariam obedecendo aos desejos dos deuses. Hefestos, criado longe do Olimpo, passou a ser considerado o deus artesão. Na Grécia antiga, “os artesãos eram geralmente os homens inaptos para a guerra, para as expedições navais e para os trabalhos dos campos” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 56).

Ao longo da História, as condutas referentes às pessoas com deficiência foram as mais variadas, “indo desde os atos dos governantes espartanos – que determinavam o abandono das crianças malformadas ou deficientes -, passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e marginalização, operadas pelos “exorcistas” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 58).

Com o advento do Renascimento a situação social das pessoas com deficiência começou a caminhar rumo à superação desta fase da história do ser humano.

A fundamental característica humanista deste período, buscava o reconhecimento do valor do homem e da humanidade associada ao naturalismo. O renovado interesse pela pesquisa direta na natureza, trouxe grandes avanços no campo da reabilitação física. A partir daí estudos e experiências, nesta área do conhecimento, começaram a ser realizados com relativos êxitos (CARMO, 1989, p. 25).

No século XIX e princípio do século XX, a esterilização foi usada como método para evitar a reprodução desses *seres imperfeitos*. O nazismo promoveu a aniquilação pura e simples das pessoas com deficiência porque não correspondiam à *pureza da raça ariana*. Paralelamente a estas atitudes extremas de aniquilação, outros procedimentos eram adotados, como o isolamento em grandes asilos, como forma de afastamento da anormalidade, numa prática de poder do dominante em relação ao objeto de dominação, o desviante.

Foi apenas a partir da Revolução Francesa com suas idéias de liberdade, igualdade e fraternidade que estas pessoas passaram a ser objeto de assistência e entregues aos cuidados de organizações caritativas e religiosas. PULO DE TEMPO

Após a Primeira Guerra Mundial os países, sobretudo, do Primeiro Mundo, preocuparam-se com a questão da deficiência devido ao expressivo número de mutilados e acidentados de guerra que necessitavam passar por reabilitação para o convívio social, integração ao mercado de trabalho, etc. Mais esforços ainda foram dedicados às pessoas com deficiência no contexto da Segunda Guerra Mundial e, subseqüentemente, com o assim chamado *Welfare State*, que representou uma intervenção do Estado na Assistência e na Economia, focando atenções sobre a questão social. As políticas sociais do Estado de Bem Estar Social foram importantes fontes de *reintegração* das pessoas com deficiência no mercado e na sociedade.

Assim, o paradigma da exclusão, mantido durante muito tempo, foi aos poucos sendo desfeito, diminuindo, em partes, a diferença entre o considerado *normal* e o *anormal*, o *comum* e o *bizarro*, o *familiar* e o *estranho*.

Surge o conceito de integração que funda um novo modelo pautado no reconhecimento à diferença, com objetivo de superar a prática social da exclusão. Quando implantada em 1990, a Política Nacional de Educação Especial³ incorporou o conceito de integração.

Apesar de já existirem algumas políticas sociais que buscavam a reintegração das pessoas com deficiência, elas, em geral, ainda eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar.

Neste momento, surgem e proliferam centros de reabilitação e de escolas especiais, considerados necessários para que as pessoas com deficiência fossem preparadas para a convivência com a sociedade.

Uma das bases para o movimento que viabilizou o processo de integração foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que foi liderada pelas Organizações das Nações Unidas. Já na década de 60, surgiu o Paradigma de Integração que visava à participação das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais. A primeira tentativa de resolver, de fato, o problema foi em 09 de dezembro de 1975, com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (disponível no site do MEC), da Organização das Nações Unidas, feita com a intenção de abolir termos preconceituosos e que diz em seu primeiro parágrafo que o termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não.

Infelizmente, o artigo acabou por reforçar o velho conceito de incapacidade de uma pessoa com algum tipo de deficiência.

Já na década de 80, a prática da integração social foi marcada pelo surgimento da luta pelos direitos das pessoas com deficiência. A Organização Mundial de Saúde novamente

³ Serve como fundamentação e orientação do processo global da educação de pessoas com deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades, criando condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, com vistas ao exercício consciente da cidadania.

elaborou a “Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacitados” e estabeleceu o período de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente. Para muitos, a data foi considerada um marco significativo que mudou a presença das pessoas com deficiência. Os próprios deficientes começaram a tomar consciências de si mesmos como cidadãos. Passaram a ter reforçada a sua “presença no mundo”.

De acordo com Veet Vivarta, em *Mídia e Deficiência* (2003, p. 30), outros documentos importantes marcaram o processo de integração das pessoas com deficiência na sociedade, entre eles:

- Declaração de Cuenca, de 1981: recomenda a eliminação de barreiras físicas e participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões a seu respeito.

- Declaração de Princípios, de 1981: tem como tema central o conceito de equiparação de oportunidades - processo no qual os sistemas gerais da sociedade são acessíveis para todos.

- Declaração de Cave Hill, de 1983: um dos primeiros documentos a condenar a imagem de pessoas com deficiência como cidadãos de segunda categoria.

Mas a integração não foi capaz de ultrapassar as fronteiras da exclusão. O principal motivo foi que a responsabilidade de inserção recaiu apenas sobre o deficiente. Se ele não provasse sua capacidade de assumir funções no contexto social estaria condenado à segregação. E como somente uma pequena parcela conseguiu acompanhar estes padrões sociais vigentes, o processo de integração acabou por reforçar a discriminação e o preconceito em cima dos considerados *incapazes*.

A tradicional prática da integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra este segmento populacional mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades (SASSAKI, 1997, p. 33).

A prática de integração pouco ou nada exigia da sociedade em termos de modificação de atitudes. O indivíduo com deficiência era aceito no meio social desde que se enquadrasse no modelo vigente.

Apesar de sua ineficiência, o conceito de integração foi um passo importante para estabelecer o novo paradigma social: a inclusão.

O processo de inclusão defende uma sociedade mais justa, livre de práticas discriminatórias e segregacionistas. Trata-se de um novo olhar, de uma outra forma de interação, da qual, por princípio, ninguém deve ser excluído.

O discurso atual passa a se constituir a partir do dado do múltiplo, ou seja, da diversidade. Ser diferente não significa mais ser o oposto do normal, mas apenas “ser diferente”. Este é, com certeza, o dado inovador: o múltiplo como necessário, ou ainda, como o único universal possível (MARQUES, 2001, p. 67).

Quando a ONU promoveu o Ano Internacional da Pessoa Deficiente em 1981, a prática inclusiva já começava a ganhar força, uma vez que o evento, como aqui exposto, serviu para se pensar em uma sociedade que passasse a acolher a todos, fundamentalmente sem qualquer distinção.

Em 1986, por sua vez, no Brasil, sob recomendação da ONU, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência, órgão vinculado ao governo federal, ampliando as possibilidades do engajamento de pessoas com deficiência no âmbito das políticas públicas, articulando-se com a sociedade civil. Mudanças ocorreram, a partir de então, ainda que permaneçam a passos lentos, vagarosas.

Diferente do processo de integração, que a sociedade ficava de braços cruzados, aguardando a adaptação dos indivíduos com deficiência, a inclusão é exercida de forma bilateral, com mudanças nas duas partes. Uma sociedade para ser justa e saudável precisa que todos seus membros sejam atendidos em suas necessidades essenciais. A sociedade se adapta

para incluir os excluídos, que, por sua vez, se preparam para realizar suas funções na sociedade.

Com a inclusão, procura-se a inserção do diferente nos diversos setores da vida em sociedade, com base no entendimento de que todas as pessoas, independente de raça, etnia, orientação sexual, condição física e mental, devem usufruir dos mesmos direitos. É a busca pela adaptação da sociedade às pessoas.

O discurso sobre as pessoas com deficiência começa gradativamente e significativamente a dar lugar a uma nova compreensão do que vinha a ser tal condição existencial e, por conseqüência, surgem novas formas de tratá-la.

“Somos todos iguais, como seres humanos. Este é o aspecto da identidade, que indica o pertencimento à espécie. No entanto, somos todos diferentes, cada um com a sua particularidade, e aí reside a diversidade humana” (LIMA, 2006, p. 25).

Partindo do princípio da igualdade entre homens e mulheres como valor absoluto, ressaltando, porém, o fato de que todas as pessoas são diferentes, a diversidade implica no respeito e reconhecimento das diferenças pela não-indiferença, na garantia da igualdade de direitos, permitindo aos homens e mulheres a prática da cidadania.

Cidadania implica em estar politicamente envolvido em seu trabalho, escola, associação de classe e em toda a sociedade. Para as pessoas, com deficiências ou não, cidadania significa executar um papel ativo no seu dia-a-dia: tomar decisões sobre a sua vida educacional, profissional, social e sentimental. Nesse sentido, a prática da cidadania pode ser um caminho para a construção de uma sociedade melhor, pois “ser cidadão significa ter direitos e deveres, e só existe a cidadania se houver a prática da reivindicação para fazer valer os direitos dos cidadãos” (GLAT e DUQUE, 2003, p. 16). O outro revela-se como outro quando resiste em não ser algo, mas alguém *indivíduo*, que interpela, deseja ser visto como tal.

Lembrando que para que a inclusão se amplie as pessoas precisam compartilhar os mesmos espaços físicos e romper a ideologia dominante e excludente. Segundo Justin Dart, humanista do movimento de pessoas com deficiência nos Estados Unidos (apud VIVARTA, 2003, p. 33.)

Precisamos mudar o sistema de valores que define vencer como acumular símbolos de prestígio que fazem uma pessoa se sentir superior a outras pessoas. Vencer é quando você preenche seu potencial pessoal para criar uma vida com qualidade e dignidade para si e para todos. (...) A vida não é um jogo de criança que precise de perdedores. Declaremos o século 21 como o século da vitória para todos!

Para que os princípios do paradigma inclusivo saiam do papel é fundamental a mobilização dos mais diversos setores da sociedade. Entre eles, o envolvimento da mídia, com enfoque do assunto em suas matérias e com uso de terminologias que não reforcem a imagem negativa das pessoas com deficiências.

A deficiência já foi tratada por muito tempo, inclusive na imprensa, como uma condição existencial de extrema dependência alheia. “Ao mesmo tempo, os cidadãos ditos normais vêm alimentando seu sentimento de “compaixão”, o que, na verdade, constituiria uma forma de retroalimentação de seu desejo ressentido de normalidade” (MARQUES e MARQUES, 2008, p. 20). A mudança de mentalidade das pessoas passa pela forma como o sentido da informação é percebido e retido pelos leitores ou ouvintes em qualquer meio de comunicação.

Os efeitos causados pela visão equivocada sobre pessoas com deficiência levam ao desconhecimento de suas potencialidades, o que acaba por continuar reforçando a crença sobre sua suposta incapacidade. Esse quadro só poderá ser alterado a partir do momento que a condição de “deficiência” modificar-se, tomando em consideração também as potencialidades e possibilidades, e não apenas os defeitos e as limitações dessas pessoas (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p. 27).

É preciso quebrar este herança discriminatória que muitas vezes é também reproduzida nos meios de comunicação. De certa maneira, acreditamos que ainda exista um forte desconhecimento de causa sobre as questões referentes às pessoas com deficiência.

Os profissionais de jornalismo sofrem com a ausência de um processo consistente de capacitação para a cobertura da pauta deficiência. A lacuna tem origem no currículo defasado da grande maioria das faculdades de comunicação e se nutre da falta de interesse das empresas. Ambos os fatores contribuem de forma marcante para impulsionar a engrenagem da exclusão que cerca as pessoas com deficiência (VIVARTA, 2003, p. 6).

A mudança de mentalidade deve estar atrelada à das terminologias. Como vimos, ao longo da história, os mais variados termos pejorativos eram utilizados para fazer referência às pessoas com deficiências. Já na década de 1980, até por influência das mudanças da época começou-se a utilizar, pela primeira vez, a expressão *pessoa deficiente*. É interessante notar que o acréscimo da palavra pessoa à palavra *deficiente* passou a ocupar a função de adjetivo, o que foi uma grande novidade na época. Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadoras de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje.

Uma vez envolvidas em uma perspectiva inclusiva, as informações precisam ser cautelosas para não reproduzirem conceitos defasados e preconceitos cristalizados.

Assim, a linguagem tem papel fundamental na questão da representação das pessoas com deficiência, ainda mais quando o assunto já é previamente envolto de preconceitos e estereótipos. O cuidado no uso das palavras não se configura como preciosismo linguístico, mas uma necessidade que se impõe para a remoção de barreiras e de transformação de atitudes, decorrentes de valores equivocados sobre a capacidade e as aptidões das pessoas com deficiência. Segundo Ribas (1985, p. 16), “as palavras são expressões verbais criadas a partir de uma imagem que a nossa mente constrói”. Sasaki

(1997) completa afirmando que na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiência.

Portanto, segundo os critérios apresentados no livro *Mídia e Deficiência* (2003), expomos o motivo de algumas terminologias serem mais apropriadas.

Não recomenda-se o uso das palavras “portador” ou “deficiente”(…).Pessoas com deficiência vêm argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão “pessoa com deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo. Mas, atenção: a pessoa com deficiência é designada como “pessoa portadora de deficiência” na Constituição Brasileira, portanto, em um contexto jurídico, não escapamos da expressão consagrada nas leis (VIVARTA, 2003, p. 38).

Vivarta acrescenta que o jornalista precisa se interar da maneira correta de tratar a deficiência. Por exemplo, uma pessoa que não enxerga deve ser chamada de cega e não de deficiente visual, que indica que tem uma visão parcial. Segundo o autor, tentar amenizar a deficiência constitui até numa forma de agressão porque o profissional passa a mentir sobre a condição do entrevistado.

Vejamos a seguir mais detalhadamente as características das deficiências.

2.3.2 Radiografia da população brasileira com deficiência

Estatísticas da Organização das Nações Unidas revelam que existem aproximadamente 500 milhões de pessoas com deficiência no mundo. De acordo com dados oficiais da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 1997, 10% da população mundial têm algum tipo de deficiência. Desse total, 5% apresentam deficiência mental; 2%, deficiência física; 2%, deficiência visual e 1% com deficiência múltipla.

Esses números tendem a crescer em países com grandes desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. Segundo o Censo 2000 do IBGE, há no país 24,5 milhões de pessoas com deficiência. Isso significa que 14,5% da população brasileira apresentam ao menos alguma dificuldade física, mental, auditiva ou visual.

A classificação foi dada a partir da auto-declaração da população. O censo considerou dois grupos: PPD, pessoa portadora de deficiência, e o PPI, pessoa portadora de incapacidade. Existem diversas definições internacionais de deficiência.

A Convenção da Guatemala (Decreto n. 3956/01) define a deficiência por “restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (LIMA, 2006, p. 41). Já a Classificação Internacional de Funcionalidade – CIF – declara “Deficiência como perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente” (Id., Ibid.). E por incapacidade entende-se como “restrição resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência” (Id., Ibid.).

A CIF, lançada mundialmente em 2003, tem como foco a saúde. Até então, a situação de uma pessoa com deficiência era avaliada pelo CID – Código Internacional de Doenças da OMS, que aponta apenas o aspecto médico ou da sequela, não leva em consideração a forma como essas pessoas se relacionam com o ambiente. O CID apontava apenas a ineficiência do indivíduo. Com o CIF, desenvolvida com a participação das próprias pessoas com deficiência, o termo “funcionalidade substitui palavras de teor depreciativo usadas no passado: incapacidade, invalidez, desvantagem” (VIVARTA, 2003, p. 126). Há que se pensar que todo ser humano tem funcionalidades, mas algumas pessoas não são capazes de exercê-las da mesma forma que outras.

Em entrevista citada em *Mídia e Deficiência*, Débora Diniz, doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e que atua em projetos sobre pessoas com deficiência, responde à questão “o que o novo conceito de deficiência sugere?”. Veja: “Que ao invés de olhar para um indivíduo e comentar que ele não tem uma mão, devemos questionar: ‘que sociedade é essa em que vivemos que não é capaz de fazer ajustes para que as pessoas que não tenham mão sejam produtivas?’”(VIVARTA, 2003, p. 129).

A classificação no CIF passa a registrar as potencialidades dos indivíduos com deficiência.

Dessa maneira, surge um horizonte inédito de avaliação, corrigindo profundas distorções geradas pelo sistema até então em uso – por exemplo, uma pessoa tetraplégica que comandasse uma empresa de 500 funcionários e amparasse sua família seria considerada incapaz diante de qualquer outra sem deficiência, mesmo que esta última não conseguisse sair de casa devido à depressão (VIVARTA, 2003, p. 127).

Lima acrescenta outros exemplos de deficiência que, de acordo com a classificação da CIF, não têm como consequência a limitação da capacidade ou de desempenho do sujeito.

Uma pessoa que nasce sem uma unha apresenta uma deficiência de estrutura que não interfere na função da mão ou nas atividades que pode realizar com ela. No caso do diabetes, a deficiência na função do pâncreas não impõe limitações à capacidade de seu portador, mas ele pode ter problemas de socialização, se a situação envolver a alimentação, e o alimento servido for inadequado, pois não poderá participar da refeição (LIMA, 2006, p. 41).

Algumas deficiências ocorrem com frequência, entre elas, normalmente apresentam maior incidência na população as auditivas, visual, físicas e mental.

De acordo com o Censo 2000 do IBGE (tabela localizada no Anexo), no Brasil, do total apresentado, 9,8% são deficientes visuais; 4,6% tem deficiência motora; 3,3%, deficiência auditiva; 1,7% deficiência mental e 0,8%, deficiência física (considerada como

tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente, além de falta de membro ou parte dele, entre eles, perna, braço, mão, pé ou dedo polegar).

A taxa brasileira de 14,5%, por sua vez, é compatível com outros países, como Áustria (14,4%), Espanha (15%), Inglaterra (12,2%) e Noruega (13%).

Regionalmente as deficiências concentram-se em maior número no Nordeste (16,8%) e formam o menor grupo no Sudeste (13,1%). Entre os estados, a Paraíba é que apresenta a maior proporção de população com pelo menos uma deficiência (18,8%) e São Paulo o que tem a menor incidência (11,4%). Os dados aumentam nas regiões mais pobres, apesar de não haver dados precisos sobre as causas das deficiências no Brasil. Relacionando a incidência de pessoas com deficiência em áreas urbanas e em áreas rurais, o índice na primeira é de 14,33%. Já nas não-urbanizadas, o percentual sobe para 17,4%, o que pode ser justificado pela menor disponibilidade de serviços de saúde em relação às áreas exclusivamente urbanas.

No geral, há uma associação entre a deficiência e a distribuição de renda, como as condições socioeconômicas que se relacionam ao emprego, alimentação e moradia com às questões de possibilidade de atendimento médico à gestante e à criança pequena.

A pobreza cria condições para a deficiência e a deficiência reforça a pobreza. A exclusão e a marginalização de pessoas com deficiência reduzem suas oportunidades de contribuir produtivamente para o lar e a comunidade, aumentando assim a pobreza. Há expectativa que o número de pessoas com deficiência aumente no futuro se o crescimento econômico continuar em desequilíbrio e não se ajustarem as questões de equidade, de meio ambiente e de cunho social (VIVARTA, 2003, p. 31).

Os dados mostram ainda que os homens são maioria no caso de deficiência mental, física e auditiva. As mulheres, contudo, formam maior número entre as pessoas com dificuldades motoras ou visuais. Apresenta-se, até então, que 300 mil brasileiros têm síndrome de Down⁴. Do total de deficientes, pouco mais de 36% (9 milhões) trabalham, sendo

⁴ O termo Down vem de John Langdon Down, nome do médico inglês que identificou a síndrome em 1866.

a maior parte formada por homens (62,2% ou 5,6 milhões) e 38,8% (3,5 milhões) por mulheres.

A taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais é de 87,1%. Já entre os deficientes este percentual diminui para 72%.

O universo demográfico das pessoas com deficiência apresenta algumas peculiaridades.

A grande diferença em relação a outros segmentos tradicionalmente excluídos é que, ao contrário do que ocorre com mulheres e afrodescendentes, por exemplo, a Deficiência pode ser adquirida. Ou seja, todos os indivíduos são potencialmente passíveis de se tornar pessoas com deficiência. Em função disto, a questão da Deficiência está relacionada à maneira como a sociedade e o Estado tratam tanto as políticas públicas de apoio a quem já desenvolveu alguma deficiência, quanto as que procuram orientar, preventivamente, quem possa vir adquiri-la (VIVARTA, 2003, p. 123).

De acordo com as estimativas da OMS, mais da metade dos casos de deficiência poderiam ser evitados. No panorama mundial, destacam-se como evitáveis os transtornos congênitos perinatais, que podem ocorrer pela falta de exame pré-natal; as enfermidades transmissíveis; as enfermidades crônica-degenerativas e a desnutrição; além das alterações de ordem psicológica e do alcoolismo e uso de drogas. Entre os fatores externos, somam-se as deficiências provocadas por diversos tipos de acidentes.

Embora vários tipos de deficiências decorram de doenças genéticas, a deficiência não é uma doença. E as doenças não são deficiências, mas causas de deficiências (mental, visual, auditiva, física ou múltipla, que envolve mais de uma dessas deficiências, etc). Na esclerose múltipla e doenças degenerativas, por exemplo, sempre ocorrem deficiências, principalmente a física. Muitas doenças congênitas – aquelas que a criança as tem desde o nascimento ou, no máximo, foi contraída no primeiro mês de vida – não são deficiências, mas se caracterizam em manifestações de deficiências. “Esta “restrição” ou “perda” de habilidades

não impede uma criança ou adolescente de desenvolver suas potencialidades nas áreas de educação, do trabalho ou da saúde” (VIVARTA, 2003, p. 117).

A Educação Especial tem se destacado como um grande campo de estudos teóricos e práticos sobre a existência dos que se distanciam dos padrões ideologicamente estabelecidos como normais, por exemplo, as pessoas com deficiência.

No Brasil, os atuais critérios de definição de clientela da Educação Especial encontram-se listados no documento Política Nacional de Educação Especial, publicado em 1994, pela Secretaria de Educação Especial – SEESP – do Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Essa Política Nacional de Educação Especial está fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Decenal de Educação para Todos do MEC e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vamos entender, segundo o documento citado acima, quais são os grupos que constituem a clientela de necessidades educativas especiais. Começamos pelo grupo denominado de *portadores de altas habilidades*. Neste situam-se as pessoas que apresentam, de forma isolada e combinada, elevada potencialidade ou desempenho significativamente acima da média em um ou mais dos seguintes aspectos: intelectualidade, aptidão acadêmica específica, criatividade, produtividade, capacidade de liderança, aptidão para as artes e psicomotricidade.

O segundo grupo é identificado como *portadores de condutas típicas*. Encontram-se situadas as pessoas que apresentam alterações no comportamento social e/ou emocional, o que pode acarretar atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado. Causando alguma dificuldade no seu relacionamento com as demais pessoas.

No terceiro grupo, finalmente, denominado *portadores de deficiências*, que apresentam maior incidência na população, situam-se as pessoas que apresentam algum

comprometimento em um ou mais dos seguintes aspectos: físico (aparelho locomotor ou da fala: deficientes físicos), mental (deficientes mentais) ou sensorial (sentido da visão: deficientes visuais; ou da audição: deficientes auditivos). A ocorrência na mesma pessoa de dois ou mais desses comprometimentos associados caracteriza o grupo dos chamados deficientes múltiplos.

Lembrando que para deficiência visual, considera-se, também de acordo com o documento Política Nacional de Educação Especial, a redução ou perda total da capacidade de ver com o “melhor olho” e após a melhor correção ótica. Ela se manifesta como cegueira, quando há perda da visão em ambos os olhos. Neste caso, o indivíduo necessita do Método Braille como meio de leitura e escrita. A outra forma de manifestação é pela visão reduzida, quando a acuidade visual está entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após a correção máxima. Aqui o educando por ler impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Já a deficiência física fica estabelecida como uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênicas ou adquiridas. Para deficiência auditiva, considera-se a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido.

Utilizamos a conceituação de Veet Vivarta para esclarecer algumas deficiências elencadas dentro do grupo de portadores de deficiência, entre eles, o uso do termo errôneo *surdo-mudo*. A surdez não tem relação direta com a mudez. “Pessoas surdas não apresentam necessariamente qualquer problema de voz. Não falam porque não escutam e, assim, têm muita dificuldade de se expressarem pelo português, optando quase sempre pela língua de sinais brasileira, a Libras” (2003, p. 42). A Língua de Sinais Brasileira, a Libras, foi

reconhecida legalmente por meio da Lei n. 10.436, promulgada em 24 de abril de 2002, que admite esse sistema de representação como meio legal de comunicação e expressão.

Ressaltamos outra questão interessante, abordada por Hagiara-Cervellini (2003, p. 14), de que o sujeito surdo e a comunidade de surdos não aceitam ser denominados de *deficientes auditivos*. Eles preferem o termo *surdo*, opção originada em um movimento iniciado em 1980 nos Estados Unidos, denominado *Deaf Power*.

Em Vivarta, ainda encontramos a diferença dada para doença mental e deficiência mental.

A deficiência mental se refere a um comprometimento originado por múltiplos fatores, temporários ou não, no âmbito do funcionamento intelectual, associado à capacidade que a pessoa tem de executar determinadas tarefas e responder às demandas da sociedade. Doença mental é um estado de desagregação existencial em que o sofrimento psíquico está associado a quadros de depressão, síndrome do pânico, esquizofrenia, transtornos de personalidade, etc. As pesquisas mais recentes sugerem o uso da expressão “transtorno mental” para designar o estado de doença mental (HAGUIARA-CERVellini, 2003, p. 42).

Pessoas que tiveram paralisia cerebral se enquadram no grupo de deficientes mentais. A paralisia cerebral é irreversível, porém, pode obter progressos com reabilitação e educação. Há pessoas que apresentam desde perturbações motoras discretas até a ausência de movimentos voluntários.

A síndrome de Down⁵, também chamada de Trissomia do 21, é a principal causa genética da deficiência mental. A ocorrência da síndrome é de 1 para 600 a 800 nascimentos.

O ser humano demorou muito tempo para conseguir entender e explicar cientificamente algumas entre tantas deficiências. Entretanto, ainda hoje, com tantos esclarecimentos, a grande maioria das pessoas ainda se depara com dificuldades para lidar e abordar claramente o assunto.

⁵ Foi identificada por John Langdon Down, em 1866, que relatou as características clássicas da síndrome, distinguindo-a dos outros tipos de deficiência mental.

No próprio jornalismo, muitas vezes, permanece o desconhecimento sobre o tema, o que também não deixa de ser um reflexo do preconceito ainda arraigado na sociedade. Parece-nos que tais grupos minoritários até o presente são vistos com reserva e distância. Outras vezes são vistos como exemplos de superação, dando-se um tratamento exagerado a questão. Ora as pessoas com deficiências são encaradas como “sub-seres”, ora como “super-seres”. Ou coitadinho ou super-herói. Tanto o olhar de piedade como o olhar de admiração parte de um princípio único: o preconceito. A competência é questão de privilégio quando se trata de pessoas com deficiência. Serão sempre assim, estereotipadas?

Remetendo à Sasaki (1997, p. 32), “todas as pessoas, com e sem deficiência, são capazes de superar os desafios da vida. Logo, a utilização de expressões hiperbólicas (do tipo “demonstra a força de vontade”) reforça estereótipos e tenta minimizar a dimensão da deficiência”.

Quem convive com um corpo limitado não deve nem precisa ser mais ou menos do que qualquer outra pessoa. Não deve ter privilégios nem méritos a mais por serem pessoas com deficiências. Enfim, não devem ser tratados como super-seres. É preciso mudar as visões e concepções das pessoas no mundo atual.

Clichês, chavões e lugares-comuns podem ser utilizados como um freio antes as constantes mudanças da vida e do mundo, à medida que signifiquem permanência, referência imutável e, assim, tranquilizadora. No entanto, estereótipos podem produzir “miopia social”, por proporcionar um conhecimento deformado do que sejam uma dada sociedade e seus membros. Eis porque precisamos aprender a mudar a ótica restritiva das impressões cristalizadas. Mal conhecemos alguém e, para maior conforto interior ou proteção, logo o classificamos, catalogamos, imobilizamos. E assim nos relacionamos com o que está no rótulo, fugindo a novas descobertas e abrindo mão do esforço de descobrir características pouco perceptíveis de cada um (TRINTA, 2008, p. 48).

Há sempre que se lembrar que as práticas sociais são consequências das discursivas. Enfim, os preconceitos, os estigmas e os estereótipos nascem da desinformação e

do desconhecimento e acabam por se refletir nas palavras com que os homens e mulheres se exprimem. Daí a importância de mais informações, corretas, que envolvam o assunto.

Na mídia, as reportagens referentes às pessoas com deficiência podem se transformar em interessantes debates pró-inclusão. Lembrando que, segundo pensamento de Hannah Arendt, o que garante o ser, para um sujeito, é sua visibilidade, para outro sujeito.

Como vimos aqui, uma das características básicas de uma minoria é a luta contra-hegemônica. “Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” dessa luta” (SODRÉ, 2009, p. 13).

A jornalista Daniella Haendchen que estuda o discurso discriminatório dos jornalistas sobre as pessoas com deficiência reforça a importância do que é dito nas falas e palavras do jornalismo:

As práticas sociais discriminatórias são conseqüências de práticas discursivas também discriminatórias. Os pensamentos negativos e preconceituosos do jornalista sobre a pessoa com deficiência, por vezes impressos nas páginas dos jornais, influenciam, de certa forma, a opinião pública. Como um ciclo vicioso, os adultos tornam-se preconceituosos porque a (in)formação sobre a diferença/deficiência não lhes propôs uma educação inclusiva, em que a convivência com as diferenças possibilita o reconhecimento e aceitação natural da diversidade humana (HAENDCHEN, 2006, p. 19).

Para o exemplo acima, podemos fazer referência também a todas as demais minorias que ainda são alvo de palavras preconceituosas e discriminatórias no jornalismo.

O preconceito pode estar embutido em práticas discursivas aparentemente inofensivas. Segundo Haendchen, “o preconceito se manifesta no silenciamento, nas omissões; a discriminação vigora nos eufemismos pretensamente bondosos; o olhar condescendente se expressa por funcionamento linguísticos diversos” (HAENDCHEN, 2006, p. 15).

Não abordamos aqui a quantidade de informações. Mas, necessariamente, qualidade.

Informação em grande quantidade não pressupõe necessariamente **sequer** o acesso à informação básica: no Brasil, como em várias outras nações da banda sul do globo, principalmente, mas não apenas nelas, a despeito da imensa amplitude na difusão das informações pelos modernos meios de comunicação de massa, o analfabetismo perdura e se amplia; desconhece-se noções mínimas de profilaxia, não se sabe evitar filhos. Há muita informação, mas retornam epidemias e endemias, multiplicam-se crianças sem pais. Assim, o conhecimento humano também muda de natureza. Sabe-se muito mais **do** mundo; conhece-se muito menos **o** mundo (GENTILLI, 1995, p. 194, grifo do autor).

É preciso romper com o *status quo* da ideologia dominante que estabelece a diferença entre normais/anormais, desejável/indesejável, belo/feio, entre outras desigualdades. Essas classificações precisam ser *desnaturalizadas* no meio social e necessitam ser barradas como reproduções do jornalismo.

Como vimos, enquanto meio de propagação da informação de interesse público e como caminho de visibilidade dos direitos do cidadão, a imprensa pode ser uma forte aliada na inclusão dos excluídos. E quando se fala em *tornar visível*, com certeza, o veículo de comunicação mais adequado para essa promoção será a televisão.

Abordaremos, a seguir, o papel da televisão e do telejornal no contexto da sociedade atual.

3 MÍDIA, TV E REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES

Quando abordamos identidade, citamos o fato da representação e modificação da mesma. Tratem-se, então, de como esses processos de identificação e construção de identidades se manifestam na mídia, especialmente em torno da relação entre telespectadores e programação televisiva.

Uma reflexão a respeito dos meios de comunicação suscita inúmeros fios reveladores de redes, nas quais se mesclam os relacionamentos sociais e tantas outras questões ligadas à sociedade e a nós mesmos.

Os meios de comunicação contribuem hoje de maneira decisiva, para a *construção social da realidade*. Os *media* modernos são elementos centralmente constituintes das formas atuais de organização social e de configuração cultural, caracteristicamente urbanas, e dos fluxos globalizadores que as atravessam (COSTA, 2002, p.19).

Hoje os veículos de comunicação são importantes promotores de jogos de visibilidade e legitimação de *status*. Eles detêm o poder discursivo e retórico. Poder-se-ia dizer que os jornalistas são os sujeitos modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea (TRAQUINA, 2005, p. 21). A mídia surge no momento em que Estado perde o *status* de sagrado e urge o debate em meio a sociedade democrática.

Sob a perspectiva do conceito de “público”, para Hannah Arendt (1997) na *pólis* grega já havia uma oposição clara entre esfera privada e esfera pública. De acordo com Arendt, o espaço público é o espaço de ação e participação do cidadão.

Resumidamente, o termo público nos remete à esfera da coletividade e privado, se relaciona com as esferas particulares.

Jürgen Habermas, por sua vez, considerava que na Grécia antiga havia uma

limitada esfera pública. Segundo ele, o advento desta, de fato, se dá paralelamente à consolidação do capitalismo burguês, na Europa, na segunda metade do século XVIII. Como apresentado aqui, é neste momento que aparecem as primeiras atividades jornalísticas.

Aqui emerge as similaridades entre espaço público e jornalismo. O conceito de público caracteriza o espaço capaz de gerir os interesses comuns aos grupos sociais e cidadãos, de uma maneira geral. Esse espaço no Ocidente é influência das revoluções burguesas, com o posterior surgimento do jornalismo, com seu conseqüente desenvolvimento e formação dos meios de comunicação de massa.

Não é mais preciso ver pessoalmente, ou ouvir pessoalmente o relato de quem viu para saber da ocorrência de um fenômeno. Basta ler no jornal ou ver na TV. A vivência é substituída pela informação mediada, ou (tele) vivência. Cada vez mais vivencia-se à distância (GENTILLI, 1995, p. 193).

O que vemos hoje é que a organização do espaço público é comandada pelos meios privados, com a formação dos grandes conglomerados. A esfera pública torna-se cada vez mais privatizada, mais diluída nos fluidos do mercado. “A sociedade em que vivemos tem a sua esfera pública privatizada, na qual atributos de cidadania se convertem em bens de consumo e na qual a lógica do espetáculo absorve e comanda a organização e a disposição de conteúdos” (BUCCI, 2004a, p.41).

A realidade passa a ser percebida a partir da mediação simbólica exercida pelos meios de comunicação, que desempenham, ao longo dos tempos e ainda hoje, papel decisivo na estruturação do espaço público e do consenso social. Assim, temos como função fundadora dos meios de comunicação a de constituir e conformar o espaço público.

Segundo a filósofa Hannah Arendt (apud KEHL, 2004a, p.151), existir é fazer visível no espaço público. E de quem ou o quê seria a responsabilidade de promover essa visibilidade na sociedade contemporânea? No Brasil, especificamente, é a televisão a maior representante deste espaço de visibilidade.

Desta maneira, compreendemos o espaço público como o lugar onde se estabelecem e se desestabilizam as relações de poder que determinam, para cada um, seu lugar, sua história e sua importância na vida. Kehl afirma que a televisão foi desenvolvendo um espaço de visibilidade paralelo ao da arena política, concorrendo com ela no estabelecimento das linhas de força do poder. Pode-se afirmar que aí está o poder exercido pela televisão nos dias atuais.

A informação associada à imagem abriu as portas para uma revolução no mundo da comunicação. A televisão tornou-se o olhar eletrônico que documenta imagens impressionantes. O mundo começou a *ver o mundo* pela TV.

As primeiras tentativas para criação do veículo aconteceram em 1925 quando o cientista John Lodgie Baird, natural da Escócia, projetou a imagem de um vizinho "em um complexo de fios emaranhados, lâmpadas e uma maquineta razoavelmente assemelhada a uma câmera fotográfica" (VAMPRE, 1979, p.193). Essa foi a primeira experiência de sucesso de transmissão de TV que se tem conhecimento.

Por esse motivo, Baird foi considerado como o mais destacado cientista de televisão. Mas não se pode precisar quem a inventou, nem quando foi inventada. Ela foi criada graças ao trabalho de inúmeros estudiosos.

A NBC foi registrada, em 1931, como a primeira emissora de televisão do mundo. Na época, havia somente televisores coletivos com grandes telas, instalados em locais públicos. Mas logo a população tomou gosto pelo novo veículo de comunicação e iniciou-se a industrialização dos televisores domiciliares.

No final dos anos 40 e início dos 50, a magia da TV espalhou-se definitivamente pelos quatro cantos do planeta. No Brasil, foi implantada oficialmente em 1950, como veremos adiante.

A chegada do novo veículo trouxe grandes mudanças para a comunicação e para a sociedade.

As revistas e os jornais falam cada vez mais ao consumo e cada vez menos ao cidadão enquanto sujeito de direito e enquanto sujeito político. Os meios eletrônicos de massa constituem o ponto a partir do qual não haverá mais retorno nesse processo, sobretudo com a vinda da televisão. A imagem, tal como pode ser posta pelo desejo, tiraniza o espaço público. Definitivamente, os olhos do público se tornam mercadorias (BUCCI, 2004b, p. 136).

A televisão, assim como o cinema, tornou-se um dos maiores meios de formação de opinião. É considerada aquela que consegue alcançar públicos diversos, envoltos em uma mesma programação. Dominique Wolton nos diz sobre o papel que a TV exerce na sociedade, principalmente por sua visibilidade e popularidade. E afirma que ela é o grande laço social da contemporaneidade.

A televisão é atualmente um dos principais laços sociais da sociedade individual de massa. (...) A televisão é a única atividade compartilhada por todas as classes sociais e por todas as faixas etárias, estabelecendo, assim, um laço entre todos os meios (WOLTON, 2004, p.135).

É o lugar de destaque dos grandes assuntos da população, a grande esfera pública, segundo Eugênio Bucci. A lei da era do audiovisual é o “que não aparece na TV não aconteceu de fato”. Aquilo que não se torna visível no plano do olhar eletrônico não existe.

O lugar da TV, ou melhor, a TV como lugar, nada mais é que o novo espaço público, ou uma esfera pública expandida. O exemplo brasileiro é um dos mais indicados do mundo para quem quer observar os detalhes de como se dá a expansão da esfera pública e, mais ainda, como se dá a sua constituição em novas bases. [...] A televisão se tornou, a partir da década de 1960, o suporte do discurso, ou dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil. Pode-se mesmo dizer que a TV ajuda a dar o formato da nossa democracia (BUCCI, 2004a, p.31).

Bucci afirma ainda que “a televisão não mostra lugares, não traz lugares de longe para muito perto – *a televisão é um lugar em si*” (Id., Ibid). Ela exerce fascínio pela visibilidade, essencialmente feita pela imagem, seja através das grandes produções ficcionais,

seja através da exibição de fatos que representam o *real*. Em *Videologias* (2004), Maria Rita Kehl, juntamente com Bucci, faz referências ao fato de estarmos na era da visibilidade, em que tudo concorre para a imagem, influenciado fortemente pelo poder da televisão. A comunicação e a linguagem passam a necessitar do suporte das imagens em grande medida.

A mídia produz videologias, a forma contemporânea do mito. A operação mítica, no caso da televisão brasileira, é realizada pelo que Eugênio Bucci designa como dueto entre fato e ficção, quando a realidade dos noticiários aparece como ficção e a ficção das telenovelas aparece como realidade, pois ambos se inscrevem no registro do entretenimento. Quando bem-sucedida (e tem tido sucesso), a operação mítica obtém o que Maria Rita Kehl designa como passagem da produção da identificação à da identidade – a tela da televisão não oferece modelos a imitar, mas se oferece como espelho no qual acreditamos estar refletida nossa própria imagem (Chauí *in* BUCCI e KEHL, 2004, p. 08).

Chamamos atenção para o tema do Outro. A visibilidade depende exclusivamente da aparição da imagem no campo do Outro, representado pela e na televisão.

Mas o que é mesmo a representação? Muniz Sodré (1984, p. 76) utiliza os estudos do psicólogo social francês Serge Moscovici e nos diz que “é um processo de mediação entre conceito e percepção”. Haguiera-Cervellini (2003, p. 55) também aborda a questão da representação sob a ótica de Moscovici: “Por meio do conceito, a representação organiza o que vai ser ‘reintroduzido e reaprendido no domínio sensorial’ e, da percepção, ‘conserva a aptidão para percorrer e registrar o inorganizado, o não-formado, o descontínuo”.

São as representações sociais que irão pautar as relações entre os indivíduos. Contribuem com os processos de formação de condutas e orientação das comunicações sociais.

A representação “supõe um sistema de significação que dá inteligibilidade ao mundo e que é produzida dentro de relações de poder” (SILVA, 1999, apud RAMPELOTTO, 2004, p. 126) por meio de mecanismos de delegação e descrição. O problema da representação está no fato de esta reproduzir mecanismos de regulação e de controle do olhar

em um jogo de visibilidade/invisibilidade que define quem são e como são os outros. Reproduzem as representações com as quais a sociedade está familiarizada e evitam propor alterações às ordens das coisas. Não raro são guiadas pela manutenção dos estereótipos e pelo retrocesso.

As representações sociais são fruto de conceitos racionais científicos incorporados ao senso comum e que se transformam em imagens, fantasias, mitos e crenças, indo construir o imaginário popular, orientando o modo de encarar e o poder de construir a realidade. Essas representações sociais consistem num ‘sistema de pensamento’ que determinado grupo social desenvolve a respeito de si mesmo ou de outros grupos, ou de fenômenos, de forma dinâmica e interativa, definindo o modo de se relacionar com o novo (MOSCOVICI apud HAGUIARA-CERVellini, 2003, p. 56).

Essa representação estereotipada ocorre essencialmente na televisão, uma vez que o meio é generalista e busca alcançar os mais variados públicos.

Esta tendência sistemática a um *sincretismo* (característica, aliás, da cultura de massa em geral) leva a televisão a não poder exprimir claramente os valores de nenhuma classe em particular. Assim, ela é impelida a uma homogeneização dos diversos conteúdos culturais, isto é, a redução dos mesmos a modelos facilmente aceitáveis pelo público. [...] Isto implica em dizer que os modelos são criados pelo medium a partir de estereótipos culturais e devolvidos ao público na forma de uma relação impositiva, que é a relação televisiva (SODRÉ, 1984, p. 77).

Vale lembrar que no telejornalismo a narrativa está imbuída da representação expressa também pela imagem, pelo signo icônico. Uma informação complementa a outra.

No telejornalismo, imagem e texto interagem para a representação do real, criando efeitos de real e efeitos de sentido. A imagem é editada de forma a legitimar o que o texto afirma ampliando o efeito de real e ambos – texto e imagem – produzem sentidos sobre o acontecimento (MOTA, 2006, p. 139).

Ampliando o debate para a representação na comunicação, de uma forma geral, Costa nos diz que ela nunca será “a pura representação, nem simples representação, mas sim a representação da representação” (COSTA, 2009, p. 47). Acrescenta que a própria fala do jornalista vem carregada das representações que o formaram como ser humano e como

técnico em jornalismo. “Cada representação carrega consigo uma imagem do mundo, uma idéia ou não-ideia do mundo, uma intelecção qualquer – seja educacional, cultural, ideológica, ignorante, crítica ou acrítica, mas sempre erigida a partir do outro, de outras representações” (COSTA, 2009, p. 48). E conclui:

Num mundo de representações, que é o mundo da comunicação, o jornalista reapresenta as representações de outrem para os outros. Ele encaixará nelas a sua própria representação, que manipula, maneja, hierarquiza as representações que lhe foram feitas pelas diversas fontes consultadas. Ele re-apresenta com sua capacidade de representar (COSTA, 2009, p.49).

Silva (2005b) reforça o pensamento de que a representação na comunicação é verdadeiramente a representação da representação.

As rotinas produtivas estabelecidas pela mídia contribuem para a construção de representações sociais, pois além de realizarem uma intermediação entre realidades, oferecem também uma interpretação sobre determinado fato e/ou acontecimento, apesar dos discursos de imparcialidade. Além disso, também efetua a divulgação de representações existentes. Ao utilizar uma imagem em detrimento de outra, ao privilegiar uma fonte de informação, escolhas vão sendo feitas e é justamente este procedimento que irá culminar na apresentação de um fragmento do real (SILVA, 2005b, p. 2).

É importante repensar que é por meio dos significados produzidos pelas representações, muitas delas vistas pela TV, que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Aqui fica estabelecida uma crítica das formas de representação da identidade e diferença.

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação (SILVA, 2005, p.91).

A luta pelo reconhecimento de nossas identidades tem dois níveis, segundo Barbalho (2009, p. 32). Um, de esfera privada, íntima, que diz respeito à forma como

elaboramos nosso encontro com os outros. O segundo, justamente por esse diálogo com o externo, é o da esfera pública, onde atua a política da diferença.

João Pissarra Esteves comenta sobre reconhecimento e identidade na mídia.

Sobre os media recaem, em qualquer circunstância, as mais elevadas (e exigentes) expectativas em termos de processos de reconhecimento, através da apropriação quotidiana de que são objecto as suas mensagens e os seus diversos produtos. Os media são hoje um palco principal aonde tem lugar este tipo de conflitos simbólicos: a luta pelo reconhecimento, que assim se projecta em larga escala e serve às identidades como meio excepcional para a sua afirmação em termos muito amplos – para além de todos os limites imagináveis que o círculo dos contactos sociais convencionais poderiam proporcionar (ESTEVEES, 1999, p.09).

Lembrando que o que não tem visibilidade não adquire cidadania, não existe. E como vimos aqui, o discurso travado pela mídia é responsável por formar e transformar as identidades dos sujeitos.

Os sujeitos ao serem representados na mídia, têm suas identidades construídas discursivamente, pois a representação é uma ‘prática significativa’ e, conseqüentemente, “os meios de comunicação são agentes significantes”, ou seja, através de seus discursos, “fazem as coisas [e as pessoas] significarem (SANTOS, 2009, p. 07).

Contudo, os discursos produzidos pela mídia participam da constituição das identidades.

Afirmar que as identidades são elaboradas discursivamente significa sustentar que elas são construídas através de práticas realizadas em determinados contextos pelos atores sociais que marcam sua experiência no mundo através da palavra e investem de sentido a realidade social (SIMÕES apud SANTOS, 2009, p. 07).

Por assim dizer, somos espectadores das representações pelas quais a mídia produz, com certeza, determinados tipos de identidades. A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição de sujeito. Em relação à pessoa com deficiência, essa representação deixa a desejar.

3.1 A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO - PODER E CONTROLE SOCIAL

O espelho da sociedade. Esta é a ideia defendida por Dominique Wolton sobre a TV. Através dela, a sociedade se vê. Local onde ocorre o oferecimento de uma representação de si mesma. A televisão utiliza da imagem veiculada por ela para criar sua identidade, promovendo a identificação das pessoas com o que é transmitido. Os telespectadores assistem TV e adquirem informação e ou conhecimento a partir do que foi veiculado.

Também a interpretação que fazemos da realidade é sempre mediada pela cultura e pelos meios de comunicação. E entre eles, o de maior alcance na sociedade é a televisão.

A TV marca a passagem do "mundo dos invisíveis", das pessoas comuns, normais, insignificantes, ao "mundo dos visíveis", daqueles que realmente existem. E, de fato, o "outro lado do espelho" é o espaço do conhecimento, do reconhecimento social, da fama, da glória (MARCONDES FILHO, 2000, p.91).

Com grande popularidade, ela detém um instrumento de poder pelo próprio ato de comunicar, pelo poder da fala e da linguagem e pelo modo que age na construção e (re) significação das identidades.

“Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior” (HALL apud WOODWARD, 2005, p. 08).

Utilizamos da língua não somente para nos comunicar, como também atribuímos sentidos à vida e ao mundo por meio do seu universo simbólico. “A linguagem não é unicamente um meio de exposição. Falar equivale a construir o mundo e o uso da linguagem sempre deve ser visto como uma forma de ação (GUARESCHI, 2006, P. 83)”.

A linguagem, portanto, tem papel de destaque na constituição de identidades nos sistemas de significação que as compõem. “Nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD, 2005, p.55).

Aquilo que é anunciado através da linguagem, de um determinado discurso pode ser capaz de reproduzir ou transformar nossos pensamentos e ações.

Ao delimitar comportamentos, modos de ser e agir, os discursos estabelecem normas, padrões e, ao mesmo tempo, afirmam e constituem aquilo que é diferente a esta identidade, que não é apenas o seu oposto, mas é tudo aquilo que não está incluído nesta referência. Esta dinâmica de significação e demarcação de diferenças, central para as teorias pós-estruturalistas, será fundamental no processo de construção e constituição de identidades” (GUARESCHI, 2006, p. 84).

Acrescentamos que as práticas jornalísticas são atravessadas pelos discursos sociais. É importante lembrar que os indivíduos, por sua vez, se identificam a certas posições de sujeito: discurso que tomam para si e que os posicionam em relação a várias coisas. Contudo, os discursos produzidos pela mídia participam da constituição das identidades.

Por assim dizer, somos espectadores das representações pelas quais a mídia produz, com certeza, determinados tipos de identidades.

Afirmar que as identidades são elaboradas discursivamente significa sustentar que elas são construídas através de práticas realizadas em determinados contextos pelos atores sociais que marcam sua experiência no mundo através da palavra e investem de sentido a realidade social (SIMÕES apud SANTOS, 2009, p. 07).

A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito. Lembrando que todo discurso tem efeito social. E, portanto, consequência social.

O discurso jornalístico é reconhecido a partir da sua estrutura textual característica, e seu contexto social de espaço público mediador de significados sociais e culturais em circulação. Como prática social, a linguagem jornalística é um modo de ação. [...] A linguagem é constitutiva, ainda, de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Qualquer texto, e o jornalístico especialmente,

dá a sua contribuição destes aspectos culturais como, de forma criativa, ajuda a transformá-los (MOTA, 2006, p. 131).

Reforçamos que os discursos articulam poderes e saberes. Toda vez que fazemos uma narrativa, optamos por uma ou outra fala. Isso porque todos os discursos operam por apagamento e silenciamento de outros. Falar de uma coisa é não falar de outras. Assim também como dar nome a algo ou alguém é uma forma de poder do discurso. Lembrando ainda que todo discurso é apropriação de outro discurso.

As palavras têm o poder de definir, de classificar objetos e também pessoas. Essas classificações, conseqüentemente, passam a ser naturalizadas no meio social e produzem, evidenciam *modos de ser* dos indivíduos. A partir dessa *naturalização* das coisas, é estabelecido um referencial de *ser*, provocando processos de desigualdade social e exclusão de outros *modos de ser*. A sociedade passa, então, a discriminar, segregar e descartar tudo aquilo que se apresente diferente do comum.

Em *Videologias* (2004), Maria Rita Kehl traz algumas idéias de Hannah Arendt. Entre elas, a de que no pensamento não procuramos o conhecimento, procuramos produzir significação. E caracteriza que o pensamento só existe na linguagem: na linguagem da palavra. Nomeia três características da palavra como lugar de instabilidade da verdade, entre elas:

A palavra é capaz de produzir metáforas, ela é capaz de produzir novos signos, de produzir alguma coisa que não existia no real. Um pensamento é capaz de dar início a um movimento, a uma formação social, a uma representação que ainda não existia no real. É para isso que a gente pensa, diz Hannah Arendt. Isso é a característica humana que mais dignifica a nossa condição – é ser capaz de começar alguma coisa que não existia antes (KEHL, 2004, p. 103).

Mas há que se pensar que somos sujeitos diferentes, múltiplos por si só e não podemos estar definidos em categorizações. Daí o cuidado ainda maior quando a fala se refere às pessoas consideradas diferentes, sob a visão da maioria.

A palavra só tem sentido se nos ajuda a ver o mundo melhor. Temos a convicção de que a inclusão dos sujeitos não é um modismo, mas fruto de grandes movimentos e lutas sociais, que se situam no legado dos direitos da pessoa humana e em valores de justiça social, respeito ao outro, cooperação e equiparação de oportunidade para todos (SANTOS, 2010, p. 81).

Avaliamos que a prática produtiva do jornalismo televisivo desempenha papel relevante no exercício da cidadania. O jornalista, por sua vez, tem o poder de influenciar a opinião pública e pode dar sua contribuição à *Sociedade para Todos*, se assumir sua responsabilidade social. Concordamos com as palavras do jornalista Ricardo Kotscho (2000, p. 08): “O jornalismo é a arte de informar para transformar”.

Quando abordamos a televisão, a informação não está somente sujeita às palavras ditas. A TV funciona a partir da relação texto/imagem. O veículo torna a informação contemporânea e universal ao apresentar o acontecimento através da imagem no momento em que ele ocorre, propondo levar a própria realidade para dentro de nossas casas. É com ela que a televisão exerce fascínio e prende a atenção das pessoas.

Bucci (2004, p. 242) comenta sobre essa influência imagética da televisão: “A TV dá a primeira e a última palavra e, mais que isso, a primeira e a última imagem sobre todos os assuntos”.

Rezende disserta sobre a combinação dos três códigos que formam a linguagem televisiva: icônico, linguístico e sonoro. O primeiro deles refere-se à percepção visual. O código linguístico está diretamente relacionado à língua que se fala e se escreve. E, por último, o sonoro é relativo à música e aos efeitos sonoros. Segundo Rezende, na mensagem visual os signos se manifestam isolados ou como parte de uma montagem. “A mensagem visual – televisiva ou cinematográfica – é “multidimensional” quanto à forma e ‘multissensorial’ em relação aos sentidos, distinguindo-se da mensagem impressa e radiofônica” (REZENDE, 2000, p. 39).

O trabalho com imagens tem uma relação direta com a história de nossa civilização. Os primatas já deixavam suas impressões em forma de sinais para as gerações posteriores. Portanto, desde a Antiguidade, os indivíduos procuram diminuir as distâncias existentes entre si, sendo criados, aos poucos, veículos capazes de agilizar o processo de transmissão e recepção de mensagens. Entre eles, temos a fotografia, o cinema, a TV. Hoje, são estes veículos os responsáveis por dar consistência ao processo informativo imagético da sociedade. As imagens da televisão, especificamente, fortalecem a proximidade e imediatismo das notícias com os telespectadores.

Assim temos a questão essencial do debate sobre o poder que a televisão exerce quando reproduz na fala e na representação imagética os *modos de ser* de uma sociedade, quando apresenta a identidade e diferença dos indivíduos.

No Brasil, a televisão emerge como forma de centralização simbólica e integração nacional, além de ampliar o consumo da indústria cultural. O país iniciava um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política. A proporcionar novas alternativas ao capital como quando funciona como veículo de valorização TV era, assim, responsável por favorecer “aos objetivos capitalistas de produção, tanto quanto dos bens de consumo produzidos, através das publicidades transmitidas” (MATTOS, 2002, p. 58).

Segue um pouco dessa história da televisão brasileira.

3.2 A TV NO BRASIL

No Brasil, as primeiras transmissões e recepções de televisão se realizaram em Juiz de Fora, em 1948. Com a aparelhagem técnica construída por Olavo Bastos Freire, a

Rádio Industrial passou a transmitir diferentes programas de televisão, festas do centenário da cidade e também jogo de futebol, como o de maio de 1950, entre Bangu, do Rio de Janeiro, e Tupi, de Juiz de Fora.

Mas oficialmente a televisão foi implantada no país em 18 de setembro de 1950, com a inauguração da PRF-3 TV Difusora, TV Tupi de São Paulo, canal 3. Com imagens em preto-e-branco que foram transmitidas para um pequeno número de aparelhos, o Brasil entrou definitivamente para a Era da Televisão.

A televisão pioneira da América Latina foi inaugurada por iniciativa do jornalista Assis Chateaubriand, proprietário de importantes veículos de comunicação da época, como jornais (*Diário da Noite*, *Diário de São Paulo*), revistas (*O Cruzeiro*) e emissoras de rádio (*Rádio Tupi*).

Quanto à televisão, chegara ao Brasil, logo no primeiro ano da década de 50, trazida por Assis Chateaubriand. Diferentemente do rádio, cuja técnica também fora pioneiramente pesquisada (Roquete Pinto) em território brasileiro, a tevê entrou no país como um dos tantos equipamentos e novidades que se importavam febrilmente no período de pós-guerra. Embora já fosse um *medium* amplamente comercializado nos Estados Unidos, aqui não passava de uma novidade tecnológica (SODRÉ, 1990, p.98).

O programa de estreia da TV Tupi foi *TV na Taba*, com um *show* dirigido por Cassiano Gabus Mendes, com a participação de artistas de sucesso, como Lolita Rodrigues, Hebe Camargo, Mazzaroppi, Lima Duarte, Walter Foster, entre outros.

A segunda emissora de televisão entrou no ar em janeiro de 1951, desta vez na cidade do Rio de Janeiro. Era a TV Tupi do Rio.

Só depois que o primeiro programa foi ao ar, que alguém se lembrou de que não havia programação para o dia seguinte - a televisão brasileira nasceu com uma programação de um dia só (ALMEIDA, *et al*, 1988, p.59).

Vencidos os obstáculos do dia posterior à estreia, a TV seguiu buscando, no rádio e no teatro, redatores, locutores, técnicos e artistas. Além disso, os programas de entrevistas, debates, teleteatros, *shows* humorísticos e música erudita também foram baseados em antigos sucessos dos outros meios. Os humorísticos *PRK-30*, *Balança mas não cai*, assim como o jornalístico *Repórter Esso*, formatos radiofônicos que ganharam versão televisiva.

Na época, o televisor era um artigo para poucos. Mas aos poucos, os preços dos televisores foram caindo, a audiência foi crescendo e as emissoras foram se instalando em outros estados. As agências de publicidade foram em busca da nova mídia e os anunciantes começaram a migrar para a programação de televisão.

Sem melhores condições, trabalhando somente com emissões ao vivo, a TV se apoiou por muito tempo no espírito do rádio, principalmente da radionovela, estilo campeão de audiência na programação. Os anos 70 consolidaram a TV no Brasil. Estabeleceu-se um estilo próprio para o veículo que, aos poucos, foi criando uma linguagem específica e uma programação baseada na associação da informação à imagem.

A publicidade chegou de vez a telinha e, assim, iniciou-se a disputa pela audiência. Junto com ela, chegaram os primeiros equipamentos de *videotape*. Começou aí a fase revolucionária da televisão. Com a inovação, o comercial passou a ser gravado; ampliou-se a cobertura jornalística, permitindo tomadas em outras cidades, em outros Estados e até mesmo no exterior, dando impulso às chamadas Redes de Televisão; os programas passaram a ter um melhor acabamento, sem imprevistos de última hora; com a possibilidade de gravação antecipada de capítulos, o teleteatro foi favorecido, as novelas passaram a ser diárias na programação da televisão.

No princípio, o VT era utilizado apenas como meio de registro, gravando-se programas ao vivo, para depois exibi-los - exatamente iguais - em outros horários e mercados. Mais tarde, seriam descobertas as vantagens da edição, com a possibilidade de ordenar, à maneira desejada, os segmentos de um programa

gravados fora de uma ordem linear. A pós-produção das imagens deixava de ser recurso exclusivo do cinema (ALMEIDA, *et al*, 1988, p. 223).

Em 26 de abril de 1965 surgiu a maior emissora do país: a Rede Globo de Televisão. “Contando com uma bem-sucedida experiência radiofônica e com uma parceira estabelecida com o grupo Time-Life, dará nova dimensão à produção das telenovelas no Brasil (COSTA, 2000, P. 151). Nessa mesma época, foi criada a Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações. Segundo Vera Iris Paternostro (1987, p. 28), a Embratel foi responsável por implantar uma extensa malha de microondas ligando diversos pontos do país, possibilitando, assim, a criação da estrutura para as redes nacionais de televisão, com a transmissão via satélite. O primeiro programa transmitido para todo o Brasil foi o *Jornal Nacional*, gerado em 1º de setembro de 1969 pela Rede Globo. O *JN* nasceu para atender a propósitos de integração nacional e o início de sua transmissão coincide com o endurecimento do Regime Militar. O *Jornal Nacional* foi, portanto, o que inaugurou a era do telejornal em rede nacional e consolidou um formato fixo, apostando na agilidade da notícia curta.

A TV brasileira chegou aos anos 70 sofrendo a censura da ditadura militar, com a proibição de veiculação de vários programas. Assuntos políticos não podiam ser abordados durante a programação, predominando, assim, as novelas, os musicais e os seriados. O público infantil também conquistou seu lugar na TV, com a estréia de *Vila Sésamo*, *Sítio do Picapau Amarelo* e muitos desenhos animados de origem norte-americana.

Em 1972, a televisão ganhou cor. A primeira novela colorida foi ao ar em janeiro de 73, produzida pela TV Globo: *O Bem Amado*, de Dias Gomes, grande sucesso da época, dentre tantas outras telenovelas transmitidas no mesmo período.

No final da década de 70, vieram os primeiros sinais de abertura política no país. Com isso, a televisão também mudou sua linguagem. Foram criados novos programas, como as *Séries Brasileiras* que exploravam a realidade do país. Assuntos como homossexualidade,

drogas, marginalidade, prostituição, aborto e violência sexual eram temas das séries e chocaram a sociedade.

Vários produtos tecnológicos fizeram parte da chamada *revolução eletrônica* difundida no período. Além do videocassete doméstico, em franca expansão, os microcomputadores, o decodificador de canais e o controle remoto marcaram a nova idade da TV, com a interseção de tecnologias de cabo e de satélite.

O controle remoto introduziu o *zapping* - a prática de mudar de canal a qualquer pretexto - gerando pânico à indústria da televisão por facilitar o poder de escolha da programação para o telespectador.

Depois das mudanças, de uma TV ao vivo à revolução do VT, a década de 80 foi o momento em que as emissoras abriram espaço para as produções independentes. A primeira experiência foi o programa de entrevistas *Noites Cariocas*, apresentado por Scarlet Moon e Nelson Motta, que era diariamente entregue à TV Record, emissora encarregada de exibi-lo.

Mesmo com o crescimento acelerado das criações independentes em vídeo, os canais abertos permaneceram com suas programações generalistas, procurando atender a todos os diferentes perfis de espectadores. Porém, com a regulamentação feita pelo Governo Federal, em 1988, do serviço especial de televisão por assinatura, muitas mudanças ocorreram. A *TVA* trouxe uma grande variedade de canais para públicos segmentados, com o desenvolvimento do mercado em 1991, a partir da criação da TVA (pelo grupo Abril) e a Globosat (pelas organizações Globo). Outros grupos surgiram em 1993, como a NET Brasil e a Multicanal. A segmentação é a palavra de ordem do novo ramo. Os canais possuíam uma programação destinada a atingir os micropúblicos. A nova área televisiva estabeleceu a delimitação do campo de mensagem, introduzindo canais só com música jovem, esporte, jornalismo, filme, desenho animado, etc.

Em 1996, chegou ao país a TV digital por satélite. E muitas outras conquistas tecnológicas ocorreram desde então.

Chamamos atenção para a multiplicação e diversificação dos canais que estabelece uma televisão aberta, genérica *versus* uma TV segmentada, temática. A TV aberta tende a se dirigir a todas as classes sociais através da diversidade de seus programas, atraindo públicos diversos, desde analfabetos até estudiosos. O sociólogo francês Pierre Bourdieu em *Sobre a Televisão* (1997, p.24) faz duras críticas ao veículo. De acordo com ele, ao tentar falar para todos, a TV fala para ninguém, abordando notícias de interesse supostamente coletivo, mas que não envolvem disputa, apenas formam o consenso, deixando o indivíduo sem a informação necessária para o exercício de seus direitos.

Em um dos seus estudos, o cientista político francês Dominique Wolton intercede a favor da existência do modelo de TV aberta, generalista. Para ele, não há democracia sem comunicação de massa. E somente meios como o rádio e, especialmente, a televisão, seriam capazes de ligar homens e mulheres de um mesmo país, com diferentes realidades sociais e culturais.

Mas, apesar de estarmos de acordo com as ideias de Bourdieu sobre a forma da TV de falar de um mesmo assunto para públicos diferenciados, tendemos a nos aproximar de Wolton no referente a sua importância perante esses grupos diversificados. Não se pode ignorar seu potencial de alcançar a população, seja ela letrada ou não, rica ou pobre, branca ou negra, feminina ou masculina, com ou sem deficiência, homossexual ou heterossexual, entre tantas outras diferentes. O fato é que a TV, em concorrência com o rádio, é um dos meios de maior alcance entre a população – especialmente, a brasileira, onde a cultura oral prevalece sobre a escrita - e, assim, instrumento mais comum de percepção das pessoas em suas visões de mundo. Perante essa grande visibilidade, a televisão pode ser, portanto, importante fonte de

transformação social, com fornecimento de informações necessárias à prática cidadã, com produções voltadas ao enfoque social e democrático.

Tais assuntos podem ser retratados nos jornais televisivos que hoje, diante da enorme popularidade alcançada pela TV já na sua instalação e ainda mais crescente ao longo dos anos, são por consequência, a principal fonte de informação da maioria dos brasileiros. É através deles que boa parte da população fica sabendo do que está acontecendo no mundo. O que não aparece no telejornal não aconteceu de fato.

3.2.1 Telejornalismo e informação de interesse público

Na tela, imagens marcaram época. O telejornalismo trouxe a divulgação de notícias que podiam ser vistas em todo o planeta.

As primeiras notícias foram ao ar um dia após a implantação da PRF3-TV Difusora, da TV Tupi de São Paulo, em *Imagens do dia*. O telejornalismo surgiu junto com a instalação "da 'máquina de fazer doido', como se referia à televisão o grande responsável por sua chegada ao Brasil, Assis Chateaubriand" (COUTINHO, 2001, p.03). O formato do telejornal era simples e, claro, acompanhado de muito amadorismo e sem muita pontualidade. Entrava no ar entre as nove e meia e dez horas da noite, tendo como locutor, produtor e redator do telejornal, Ruy Resende.

O telejornalismo foi, em seu início, uma variante do jornalismo impresso. Era uma espécie de leitura televisionada de notícias da imprensa. Como no cinema, o apresentador não passava de um narrador, uma voz de fundo, ilustrando imagens (MARCONDES FILHO, 2000, p.79).

O primeiro telejornal de sucesso foi o *Repórter Esso*, inaugurado na Tupi paulista

em 17 de junho de 1953, dirigido e apresentado por Khalil Filho. Já trazendo do rádio um imenso prestígio, o *Repórter Esso* logo se tornou um dos dez programas de maior audiência em São Paulo. No ano seguinte, os cariocas também passaram a acompanhar as notícias do telejornal na voz de Gontijo Teodoro. O assassinato de Che Guevara, na Bolívia, e o sequestro do embaixador norte-americano, no Brasil, em 1969, figuram entre as importantes notícias divulgados pelo programa. Como no rádio, a trajetória do *Repórter Esso* na televisão brasileira foi longa, ficando quase vinte anos no ar, encerrando no último dia de 1970.

A TV Excelsior, do Rio de Janeiro, apresentou de 1962 a 1965 um telejornal inovador. O *Jornal de Vanguarda* contava com a participação de "vários locutores (entre eles Cid Moreira) e comentaristas, um visual dinâmico e um jornalismo que abandonava o estilo radiofônico, modelo dos outros telejornais até então" (PATERNOSTRO, 1987, p.33).

Pode-se dizer que o sucessor do *Repórter Esso* surgiu a 1º de setembro de 1969 quando foi ao ar o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, na locução de Hilton Gomes. Era o primeiro programa transmitido em rede em todo o Brasil, com imagens diretas de Porto Alegre, São Paulo e Curitiba, já aproveitando os avanços iniciais da Embratel no país.

Consolidou um perfil de jornal que se dedica mais a notícias ligadas a centros de poder (política e economia, em fatos envolvendo pessoas públicas), cultura e comportamento (astros da TV, ídolos do esporte, milionários, enfim, pessoas famosas, "estrelas"), direcionado principalmente ao público A e B⁶. As pessoas comuns (o povo, a favela, o morro) apareciam sempre distantes, "olhadas da janela de uma limusine", em matérias de destaque menor e com tratamento pouco aprofundado. Na esteira de um modelo que dava certo, os telejornais das demais emissoras repetiam o padrão, tratando "gente comum" como matéria prima apenas de noticiário de polícia em matérias que não mereciam tanta aproximação (ARAÚJO, *et al*, 2001, p.03).

Mas o jornalismo sensacionalista, muito presente nos dias de hoje, traria o povo direto para as telas da TV.

⁶ Vale lembrar que essa classificação de público A e B era usada em 2001, quando da citação. Hoje, em 2011, categorização está em desuso.

Antes disso, não se pode deixar de citar outras inovações no telejornalismo brasileiro. A TV Globo esteve mais uma vez à frente ao assumir o horário de jornalismo de segunda a sexta, às 7 da manhã, levando ao ar o *Bom Dia São Paulo* no ano de 1977. Foi o programa que iniciou a utilização do equipamento de UPJ (unidade portátil de jornalismo), com repórteres entrando ao vivo de vários pontos da cidade para transmitir informações de serviço.

Já a *TV Mulher* foi o primeiro programas de variedades destinado à mulher brasileira, também sendo exibido no horário da manhã pela TV Globo de São Paulo, transmitido para as emissoras de rede, ao vivo. O *TV Mulher* era mais uma novidade nas telas e que fez muito sucesso, ficando no ar de 1980 a 1986.

Em seguida, a TV assistiu à invasão de programas de cunho jornalístico altamente sensacionalistas. O primeiro deles foi o *Aqui Agora*, do SBT:

Um estilo mais realista, apresentando matérias sem cortes, sem edição, em que o repórter acompanhava "em tempo real", com a imagem tremendo, o desenrolar dos fatos. Diariamente, o programa trazia roubos, assassinatos, estupros, brigas entre vizinhos, problemas do consumidor, ganhando rapidamente a credibilidade da população mais pobre por conseguir uma imagem de "jornal do injustiçado", jornal que mostra o Brasil como o Brasil realmente é - e que faz justiça num país cujas instituições judiciárias são praticamente falidas (ARAÚJO, *et al*, 2001, p.05).

Na sequência, em 1995, vieram *Cidade Alerta*, na TV Record, e no ano de 1999, *Linha Direta*, na TV Globo. Esse último trouxe de volta os programas de rádio como *Programa Gil Gomes* e *Patrulha da Cidade*, que dramatizavam histórias reais de assassinatos, corrupção, traição e sequestros, utilizando reconstituições, depoimentos de vítimas e familiares, além da narração do apresentador, mantendo um clima de suspense. Hoje, ambos já estão extintos.

Com os mais variados estilos de programas, o jornalismo muitas vezes extrai das matérias apenas a parte que lhe interessa. De acordo com Ciro Marcondes Filho (2000, p. 55),

tudo é baseado na política das emissoras de TV, que modelam a realidade de acordo com seus interesses e de acordo com a pesquisa de audiência.

Ainda assim, em um país de escassa leitura, o telejornalismo continua sendo a principal fonte de notícias de centenas de milhares de pessoas. A grande maioria da população não passa despercebida pelos assuntos que são manchetes nos telejornais. Genericamente, a função básica do telejornal é informar sobre o que está acontecendo.

Em sua tese de doutorado, Vera Regina Camargo (1998, p. 37) define o campo do Jornalismo:

Consideramos como sendo todas as modalidades de difusão das informações da atualidade. Desta forma, o jornalista leva ao conhecimento do público as informações, suas interpretações e opiniões, acerca de um determinado acontecimento que está repercutindo na sociedade.

Entre os gêneros jornalísticos na TV, o pesquisador Marques de Melo propõe duas categorias: jornalismo informativo e jornalismo opinativo. A primeira corresponde às informações que:

se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações) (MARQUES DE MELO, 1985, p. 48).

Esta categoria é subdividida em quatro gêneros: nota (acontecimento que está em processo de configuração), notícia (relato integral do fato), reportagem (narrativa em torno das causas e consequências do acontecimento) e entrevista (privilegia o ponto de vista de um ou mais protagonistas). Em pesquisas posteriores, o professor acrescentou outros três gêneros: “serviço”, “enquete” e “perfil”.

Já na categoria jornalismo opinativo “a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à

opinião)” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 48). Nesta categoria, apresenta oito gêneros opinativos: “editorial”, “comentário”, “artigo”, “resenha”, “coluna”, “crônica”, “caricatura” e “carta”.

Em estudos ainda mais recentes, Marques de Melo acrescentou outras duas categorias ao conjunto gênero jornalístico: jornalismo interpretativo e jornalismo diversional. As subdivisões existentes entre o gênero passaram a ser classificadas de “formatos”.

Dois formatos presentes na categoria jornalismo informativo, o “perfil” e a “enquete”, são, então, modificados para como de jornalismo interpretativo. A este são associados ainda os formatos “análise”, “dossiê”, “cronologia” e “gráfico”. Ao jornalismo diversional são inseridos os formatos “história de interesse humano” e “história colorida”.

Na categoria informativa localizamos o telejornal. Através da presença de apresentadores (as) em estúdio, são veiculados diferentes formatos noticiosos como notas (ao vivo e cobertas - por imagens); reportagens; entrevistas e séries de reportagens.

Em *A sociedade do telejornalismo* o gênero televisivo é apontado como lugar de referência para os brasileiros e como um lugar central e relevante na construção social da realidade. “A notícia ao refratar a realidade, constitui e é constituída por ela” (2008, p. 12).

Os telejornais cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma contribuem para uma organização do mundo circundante. É o *lugar* em que os grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia. Todo esse processo se produz num campo complexo de construção, desconstrução, significação e ressignificação de sentidos. O telejornal é hoje a grande *praça pública* do Brasil (VIZEU, 2008, p. 06).

A necessidade de compreender o mundo globalizado e de ter acesso ao maior número possível de informações é preenchida pelo jornalismo, sobretudo pela televisão. “O real, traduzido pelas imagens, se materializa na tela que faz parte do nosso cotidiano. O telejornal satisfaz a angústia diária produzida pela necessidade de pertencer ao mundo, em um momento em que ele nos parece tão fragmentado” (GOMES, 2006).

Na agenda dos telejornais, há uma série de fatos que podem ser alvo da cobertura da emissora. Na rotina de trabalho vai sendo construída parte da realidade social, através da confecção da notícia, que se define como:

Uma representação social da realidade cotidiana, um bem público, produzido institucionalmente, que submetida às práticas jornalísticas possibilita o acesso das pessoas ao *mundo dos fatos* (dia a dia) ao qual não podem aceder de maneira imediata. Esses fatos devem interessar a um grande número de indivíduos e responder a critérios de noticiabilidade como novidade, imprevisibilidade, excepcionalidade, relevância, notoriedade dos envolvidos, raridade e conflito. No processo de enunciação eles são submetidos a operações e construções jornalísticas *transformando-se* em notícias. Os jornalistas, como sujeitos de enunciação, se convertem em mediadores creditados, *autorizados*, entre a cidadania e o poder, construindo assim uma parte da realidade social (VIZEU, 2005a, p.89).

A prática jornalística mesmo sucumbida aos interesses mercadológicos e empresariais, “numa sociedade organizada institucionalmente como democrática, mesmo que exista a posse privada dos meios, oferece condições para o desenvolvimento de um amplo potencial para o trabalho do jornalista, apesar dos obstáculos existentes durante o processo produtivo da notícia” (GENTILLI, 1995, p. 179).

O processo de produção de notícias em um telejornal é extenso. São várias etapas, desde a apuração do fato até a edição final e apresentação do âncora. Tudo se constitui em um processo de seleção, enquadramentos e ajustes, desde o fato real até a notícia veiculada. A primeira operação nesse processo é selecionar o que vale como matéria para os repórteres.

Enquanto nos jornais é o gênero mais importante, na TV, o noticiário tem de disputar, sobretudo com os programas de entretenimento, um lugar na programação. Com isso, a duração dos telejornais tem de reduzir drasticamente o número de notícias, por meio de uma rigorosa seleção de matérias levadas ao ar nos programas informativos (REZENDE, 2000, p. 86).

Vizeu e Correia citam Gaye Tuchmann que afirma que “o enquadramento das notícias organiza a realidade cotidiana e é parte importante desta por causa do caráter público que é uma característica essencial da notícia” (VIZEU e CORREIA, 2008, p. 14).

Para entendermos o que vale como notícia no jornalismo, vejamos: “Um exame da maioria dos livros e manuais sobre jornalismo define as notícias em última análise como tudo o que é importante e/ou interessante. Isto inclui praticamente a vida, o mundo e o *outer limits*” (TRAQUINA, 2005, p. 19).

Os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade partilham. Bourdieu escreveu que os jornalistas têm óculos particulares pelos quais determinam os valores-notícia. “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado (BOURDIEU, 1997, p. 12).

No jornalismo televisivo os valores-notícia têm características bem próprias. Neste meio, a função é transmitir fatos do dia, do momento, lidando sempre com a possibilidade de transmitir a mensagem na hora que a ação está acontecendo. Curado (2002) informa que a importância de um acontecimento é avaliada por pessoas na redação responsáveis por julgar se um fato é noticiável e deve ser divulgado, analisando seu impacto e oportunidade de divulgação da notícia. A imagem associada ao fato é sempre um fator importante e preponderante na análise.

Os valores-notícia surgem durante todo o processo de produção, desde a apuração até apresentação dos fatos.

A seleção de notícias é um processo complexo que se desenvolve ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado em diferentes etapas, desde as fontes até o redator, editor, e com motivações que não são todas imediatamente imputáveis à necessidade direta de escolher as notícias a transmitir (PEREIRA JR., 2003, p. 84).

Os critérios de noticiabilidade também podem estar vinculados à características próximas do entretenimento ou do espetáculo.

A importância da notícia é geralmente julgada de acordo com sua abrangência, isto é, segundo o universo de pessoas às quais pode interessar. Esse é o critério mais utilizado em jornalismo de televisão que, dando ênfase ao aspecto da amplitude, pode tender a transformar a notícia em entretenimento ou espetáculo, tratando apenas de questões amenas ou desprovidas de polêmica (CURADO, 2002, p. 16).

No jornalismo televisivo as notícias devem ser veiculadas em estilo de conversação, já que a TV utiliza a maneira informal, como o presente na fala de uma pessoa, facilitando a compreensão da informação que é instantânea.

Uma das regras para compreensão do fato está no casamento da imagem com a palavra. A informação visual deve ser complementar à sonora. O processo de edição de imagens é um dos responsáveis por conferir clareza e precisão às informações transmitidas.

Editar significa montar a matéria: selecionar imagem e som e, através de um sistema eletrônico, dar às imagens e sons selecionados uma sequência lógica, clara, objetiva, concisa e de fácil compreensão para o telespectador. E, sem dúvida, quando falamos de edição em telejornalismo, é preciso acrescentar ainda: fidelidade às informações (PATERNOSTRO, 1987, p. 128).

Aqui acrescentamos também que o telejornal deveria estar atrelado à função de prestador de serviço público, que deve atender aos interesses da população, capaz de oferecer aos cidadãos elementos suficientes para conhecer o mundo à sua volta. Compreendemos que os meios de comunicação são bens públicos, pertencem à coletividade e a ela devem estar subordinados. Salientamos a importância do papel desempenhado pela mídia nesse processo de intervenção social, de divulgação e prevalência dos direitos dos cidadãos.

Além de apresentar-se como uma grande narrativa do que foi relevante no mundo, e de seu caráter de serviço público, a existência do telejornalismo no Brasil é uma exigência legal. De acordo com o decreto lei 52.795, de 31 de outubro de 1963, as emissoras de televisão devem dedicar cinco por cento de seu tempo diário de programação ao serviço noticioso (Coutinho, 2010, p. 1.158).

Em larga medida, nos últimos tempos o jornalismo tem sido orientado não mais pelo interesse público e sim, pelo privado, pela lógica do mercado.

A representação da vida social, em função dessa hegemonia dos telejornais como meio de informação jornalística, se basearia agora nos interesses das TV's enquanto empresas jornalísticas: (...) a atenção dada pela opinião pública aos temas da vida social se dá de acordo com a maneira e com a influência impostas pelos sistema televisivo (TORNERO apud COUTINHO, 2007, p. 4).

Portanto, a legislação brasileira garante que as emissoras de televisão se apresentem como prestadoras ou concessionárias de serviço público. As concessões dos canais são outorgadas em nome do cidadão. Murilo César Ramos questiona as concessões de televisão no país:

No Brasil, concessão de televisão, mesmo que se chama concessão – o dispositivo jurídico-administrativo típico da prestação de serviços públicos -, não é de serviço público. Concessão no Brasil não contém obrigações de universalização, nem de continuidade. (...) Concessão de televisão no Brasil é, esdruxulamente, um serviço privado, deixado pelo Estado à mercê do funcionamento dos mercados (...). O papel da televisão é informar, e formar a cidadania, e não desinformar, e deformar, consumidores (RAMOS, 2006).

Segundo Rincón (2002), a televisão chamada *pública* pretende privilegiar o caráter público, superar o comercial e ganhar densidade na vida cidadã e do coletivo social. Ela deve ter uma função educativa, cultural e de responsabilidade social. Diz além disso que a TV pública deveria ser um espaço de inscrição de novas cidadanias.

Entretanto, para Eugênio Bucci diante da TV que temos, de pouco caráter público como o citado acima, o telespectador torna-se mais um consumidor das informações e do tele-entretenimento. Por isso, apresenta alguns direitos do telespectador que deve ser pensados não somente como consumidor mas como cidadão, aquele em nome do qual o poder público outorga as concessões de canais a grupos privados. Entre eles, citamos o direito a ser respeitado em sua condição religiosa, sexual, étnica, ideológica, de nacionalidade, entre outras tantas.

O telespectador liga o aparelho, acomoda-se no sofá, e começa a ser agredido sem mais nem menos. Sua cor de pele é xingada, sua opção sexual é aviltada, sua religião, ridicularizada. Por isso, é preciso proclamar, por mais óbvio que pareça: o

telespectador tem o direito de não ser ofendido quando liga a televisão. E tem o direito de exigir isso (BUCCI, 2004c, p. 246).

A televisão e, por sua vez, o telejornalismo, deveriam ser imbuídos de uma proposta de transformação social e poderiam contribuir para a prática da cidadania, conduzindo para a construção de uma sociedade melhor e mais justa. E, portanto, se revelariam como potenciais vias de promoção da cidadania, podendo permitir ao indivíduo conhecer seus direitos e seus deveres.

Além disso, como vimos no Código de Ética dos Jornalistas, está entre suas responsabilidades profissionais assegurar a todos o acesso à informação. O jornalismo deve servir de estímulo a um movimento de ampliação da cidadania. A informação como uma necessidade vital para o exercício pleno de direitos induz a uma exigência de melhores jornais. Há que se cobrar um jornalismo mais ético e, que conseqüentemente, contribua para uma sociedade mais justa.

Bucci faz uma crítica ao telejornalismo quando referente ao critério de verdade, virtude ancestral do jornalismo. Segundo o autor e jornalista, a busca da verdade é incompatível com a lógica da mídia atual, incluído aí o telejornalismo, essencialmente das emissoras comerciais. Por mais que haja um discurso de busca pelo bem comum e pelo interesse público, Bucci diz que o negócio do telejornal não é o jornalismo.

Seu negócio não é sequer a veiculação de conteúdos. As grandes redes de televisão aberta têm como negócio a atração dos olhares da massa para depois vendê-los aos anunciantes. E esse negócio impõe uma ética estranha à velha ética jornalística. Eventualmente, o telejornalismo pode até se alimentar da busca da verdade, mas não tem aí sua deontologia. Verdade e mentira deixam de ser uma questão central. (...) Não porque seus gestores sejam pessoas mentirosas, mas pela própria natureza dos conglomerados e da comunicação tiranizada pela imagem (BUCCI, 2004b, p. 129).

Para Bucci, isso ocorre pelo fato do telejornalismo estar inserido em um meio de comunicação de massa que tende a misturar os domínios da arte-entretenimento e do jornalismo, mesclando fato e ficção, interesse público e interesse privado. O telejornalismo

precisa “consumir o olhar” do telespectador e trava, paralelamente, uma disputa com os programas de ficção, especificamente, as telenovelas, vedete dos brasileiros. As emissões do telejornalismo no país atingem um público semi-alfabetizado e que tem acesso às notícias quase como um rito de passagem televisivo, como passaporte para o consumo das telenovelas.

Na televisão, os programas de ficção buscam se sustentar em narrativas de realidade e os telejornais buscam uma narrativa quase melodramática. A instauração da TV como grande espaço público brasileiro está marcada, sem dúvida, por este dueto entre ficção e jornalismo.

Notemos, então, quais são os aspectos do fator entretenimento que a telenovela tem e que pode se embaralhar com o telejornalismo.

3.2.2 Telenovela e identificação

A novela é um estilo que fez sucesso nas rádios do país e permanece até hoje embalando as noites do grande público, agora direto das telas da TV.

Os anos 30 já apresentavam as primeiras histórias dramatizadas ao microfone através do radioteatro. Mas foi na década de 40 que teve início a idade de ouro das radionovelas produzidas no Brasil, que se estendeu por duas décadas.

Com a chegada da TV, na década de 50, a radionovela *emprestou* suas características à criação do mesmo gênero na telinha. *Sua vida me pertence* foi a estréia do gênero na TV Tupi no ano de 1951, com toda a transmissão feita ao vivo.

A partir da criação do *videoteipe*, as novelas começaram a ser gravadas antecipadamente e tornaram-se diárias, criando-se o hábito entre as pessoas de assisti-las.

Um dos primeiros grandes sucessos da telenovela foi *A moça que veio de longe*, que a TV Excelsior pôs no ar em 1964. Nesse mesmo ano, uma das maiores audiências do rádio foi adaptada para a televisão, alcançando, mais uma vez, grande popularidade. *O direito de nascer* foi transmitida pela TV Tupi e retransmitida no Rio pela TV Rio. E os anos 60 trouxeram a consolidação da telenovela que manteve, por algum tempo, a temática baseada em tragédias e melodramas.

Mas logo, a realidade e o comportamento brasileiros chegaram às telas, tendo início com *Beto Rockefeller*, em 1968, propondo uma alternativa mais realista, com referências compartilhadas pelos brasileiros. Desde então, o “produto novela” não parou de crescer.

No Brasil, por força do sucesso das novelas, a programação no horário nobre é absolutamente igual de segunda a sábado: uma novela, uma novela, um jornal, outra novela, um filme ou *show* ou humorístico ou programa especial (ALMEIDA, *et al*, 1988, p. 34).

Hoje é apresentado com um padrão estético já consolidado e com uma audiência cativa, o que o torna o programa da família brasileira, além de um hábito comum entre as pessoas.

O telespectador adquire o hábito de todo o dia, numa determinada hora, assistir ao mesmo programa. O horário da novela é uma instituição na TV brasileira e costuma determinar a hora do jantar e até de dormir. As classes populares têm o hábito de dormir "depois da novela das oito", que continua a ser assim chamada, apesar de atualmente ir ao ar das 9h à 10h da noite. Também é comum as pessoas marcarem seus compromissos noturnos para "depois da novela" (LOPES, 2002, p. 07).

A novela é marcada pela reconstituição, semana após semana, das tramas e o desenvolvimento do enredo, comparado ao desenrolar de um novelo, segundo trançados dramáticos, apresentado, aos poucos, como uma história parcelada. Aqui nos remetemos a uma espécie de Suma da sabedoria ancestral: o desempenho de Sherazade como contadora de

histórias, apresentada em *As mil e uma noites*, uma coletânea de contos da literatura árabe e retomada na obra de Roberta Manuela Barros de Andrade (2003). Disposta a pôr fim na ira do sultão Schariar, que, depois de traído pela esposa, passou a dar fim em cada uma das mulheres com as quais passava a noite, Sherazade se entrega ao Sultão.

Sob o pretexto de desejar passar sua última noite com a irmã, solicita que pudesse esta também dormir no quarto nupcial, pois conforme combinara, uma hora antes do amanhecer, a irmã deveria acordar Sherazade e pedir-lhe que contasse uma de suas histórias. Assim se deu. Só que rompido o dia e para respeitar os hábitos do Sultão, ela suspende o final da história, e quando a irmã a considera maravilhosa, Sherazade afirma ser a continuação mais encantadora ainda e, se o Sultão lhe permitisse mais um dia de vida, ela a terminaria na noite seguinte. Deslumbrado com a narrativa, ele o concede. E desse modo os episódios vão se sucedendo por mil e uma noites (ANDRADE, 2003, p.15).

Esse grande invento de Sherazade é uma estratégia narrativa que foi absorvida pelas telenovelas. Os pontos principais da história são distribuídos de forma a manter a tensão dramática, através de sucessivos capítulos. O suspense mantém o desenrolar da história, induzindo o telespectador a acompanhar, dia após dia, a telenovela, sentindo as paixões e sofrimento dos personagens. Aliás, são estes – paixões, emoções e afetos – que formam o enredo das telenovelas. Como não se lembrar das histórias de amores impossíveis, dos heróis e heroínas sofredores, vilões obstinados por sentimentos de vingança, entre outros, tão variados, em grande número e de grande sucesso que compõem as novelas brasileiras?

A telenovela trouxe com ela características marcantes, com uma versatilidade de temas que fascinam os telespectadores e satisfazem, assim, ao gosto dos mais diversos públicos. Desde enredos tradicionais, clássicos, de suspense, aqueles conhecidos como “água com açúcar”, de humor escachado, chamados de “comédia pastelão”, até aqueles mais urbanos, realistas, centrados em abordar assuntos polêmicos da sociedade. Falam do cotidiano e problemas das pessoas às quais se dirigem.

Pressinto que nossa percepção da sociedade brasileira, os modos de ver e compreender nossa realidade são mediados, para uma grande parcela da população, pela telenovela, que, com sua intensa penetração na paisagem urbana e rural brasileira, fornece um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais,

gerações, gênero e regiões diferentes se posicionam entre si e interpretam o mundo ao seu redor. Esse repertório adquire, assim, foros de veracidade e medeia a compreensão que temos de nós mesmos e da sociedade a que pertencemos (ANDRADE, 2003a, p.02).

A telenovela funciona como evasão do cotidiano, quando permite sonhar e vislumbrar novos universos, e como ponto de partida para refletir sobre temas pouco discutidos pela sociedade. Enfim, o contexto sócio-cultural dá forma à produção simbólica.

A novela se tornou um veículo que capta e expressa a opinião pública sobre padrões de comportamento privado e público, produzindo uma espécie de fórum de debates no país. Ela reforça traços conservadores mas também constitui uma discussão sobre uma variedade de princípios morais e problemas sociais. Retrata temas polêmicos, peculiares ao espectador, que consegue se identificar com os personagens da obra e seus conflitos, justamente por descobrirem semelhanças da ficção com a vida real e vice-versa.

Esta capacidade de exacerbar emoções decorre, em parte, do fato de que a telenovela é uma dramatização e representação da vida cotidiana, com todos os seus problemas, conflitos, resoluções e comportamentos. Essa noção de que se trata de uma narrativa que conta “como a vida é”, atua como um fator que minimiza a distância entre a personagem e o ator, criando a ilusão de que se trata de uma “história real” (ANDRADE, 2003, p.58).

Essa aproximação com temas da vida real é bem acentuada no horário dedicado às novelas das 20 horas. Mais do que as demais, a novela exibida nesse horário pretende ser a representação da verdade. Ela ficcionaliza o real e realiza a ficção. Há uma mistura do mundo de fantasia, próprio da telenovela, com a vivência da realidade. Uma tendência capaz de transformar o verossímil em real. E personagens em pessoas.

Manoel Carlos, idealizador de grandes sucessos, como *Por Amor* (1997), *Laços de Família* (2000), *Mulheres Apaixonadas* (2003), *Páginas da Vida* (2006) e *Viver a Vida* (2010), é um dos autores de novela que bem sabe fazer isso.

Em *Páginas da Vida*, por exemplo, foram montadas narrativas com situações corriqueiras do nosso dia-a-dia, que resumem a rotina comum de qualquer cidadão. Ao

retratar diálogos e tipos comuns da sociedade estabelece-se aí uma relação de reconhecimento e questionamento de identidades em meio a temas polêmicos, educativos e atuais. Já em *Viver a Vida*, a personagem Luciana, uma cadeirante interpretada por Alinne Moraes, tentou retratar as mínimas vivências das pessoas com deficiência, em uma experiência que misturou ficção com realidade.

Para nós, o ápice da dramatização do real ficou registrado em *Mulheres Apaixonadas*, na cena da “bala perdida”⁷, no centro do Rio de Janeiro, que causou a morte da personagem Fernanda, interpretada pela atriz Vanessa Gerbelli. E em *Páginas da Vida*, o incêndio de um ônibus por ladrões, também no Rio de Janeiro, aonde estavam a mãe Angélica (Cláudia Mauro) e a filha Gabi (Carolina Oliveira), ocorrendo a morte da mãe. Ambas, situações que realmente fizeram e fazem parte da vida real e foram levadas para dentro da tela(e)-ficção.

Outro exemplo citado por Bucci (2004) foi o que aconteceu em *O Rei do Gado* (1996), que tratava da questão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, e tinha como protagonista uma sem-terra. Algumas semanas antes da estreia da telenovela, 19 cidadãos sem-terra foram assassinatos no interior do Pará, episódio conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. A novela, assim, contribuiu para que o debate agrário não caísse no esquecimento.

Podemos citar ainda a identificação na novela entre personagens da ficção e figuras públicas reais, e entre tramas e os problemas reais. Aqui, os exemplos mais lembrados são a associação da novela *Vale Tudo* (1988) à eleição do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Tal identificação se estendeu ainda para uma minissérie, exibida três anos mais tarde - *Anos Rebeldes* – a qual influenciou no processo de impeachment desse mesmo presidente.

⁷ Acidente semelhante ocorreu na cidade do Rio de Janeiro na mesma época da novela, quando uma pedestre morreu alvo de bala perdida durante assalto.

Verifica-se que as questões que são transportadas do plano fictício para o real contribuem para aproximar ainda mais a população desse gênero televisivo. Justamente esses aspectos de “realidade” dentro da dramaturgia, como os citados acima, é, entre outros fatores, que provocam um processo de identificação ou projeção nos telespectadores para com os personagens – até mesmo para com os atores e atrizes que fazem a representação - e junto à obra, justamente pela verossimilhança com fatos do nosso cotidiano.

Com o melodrama veiculado na telenovela, transportando o dia-a-dia das pessoas para dentro da tela, nos identificamos e nos projetamos.

A identificação se dá através das características, tanto afetivas quanto físicas, presentes nas personagens que o público leva à sua própria vida. A projeção ocorre mediante aquelas ações menos possíveis de serem realizadas socialmente. Ao se projetarem, os indivíduos aliviam as tensões diante de uma história narrada pela indústria cultural (MORIN, 1981, p.78).

Dessa forma, as identificações se dão naqueles aos quais admiramos ou temos compaixão, em um movimento de simpatia com que se tenha por uma causa, ou de empatia, pela adoção voluntária de seu sistema de valores.

Os processos de identificação e projeção se dão de forma que o indivíduo molde sua conduta, de forma a parecer com alguém que lhe sirva de modelo, de modo que espere ser aceito, com a sua “nova” identidade. O público deixa-se influenciar de alguma forma e passa a “querer ser como, torna-se idêntico a, e, muitas vezes, pretende-se ser reconhecido como tal” personagem.

O processo de identificação ocorre quando o espectador assume o ponto de vista da pessoa ou da personagem, tomando-o para si como um reflexo de sua situação de vida. Já a projeção acontece quando o espectador projeta seus sentimentos sobre o sujeito ou personagem televisivo, amando aqueles que o outro ama, odiando da mesma forma que o outro odeia e assim por diante. Esses processos de identificação e de transferência referem-se a níveis muitas vezes inconscientes do espectador. Anteriormente, as projeções davam-se com deuses e heróis, com seus poderes sobre-humanos. Hoje, os heróis pertencem à indústria cultural, são as estrelas do cinema e das novelas, os ídolos do esporte e da música. Podemos projetar no ídolo da televisão não só nossos desejos, mas também, sobretudo, nossos medos, tristezas, incertezas e, principalmente, aquilo que não temos coragem de viver, ou não temos condições de fazer (ORMEZZANO, *et al*, 2005, p.03).

Dentre tantos personagens em uma só novela, com tão diversos contextos e características, alguma coisa acaba nos enredando e provocando a identificação, em especial, quando há um envolvimento emocional com a obra. Galãs, beldades femininas, vilões, pobres ou ricos, protagonistas ou antagonistas na trama, qualquer que seja o personagem, o processo de identificação tende a ocorrer.

No momento que *Viver a Vida* estava no ar, quantos homens e mulheres não sonharam em encontrar um grande amor, como o de Luciana (Alinne Moraes) e Miguel (Mateus Solano), casal protagonista da trama?

As personagens é que representam a possibilidade de adesão afetiva e intelectual ao enredo ficcional, seja através de projeções, identificações ou transferências etc. As personagens vivem o enredo, são os seus valores e atitudes que trazem “veracidade” às narrativas. Não espanta, então, que a personagem seja o que há de mais vivo na telenovela e que de sua leitura dependa basicamente o sucesso da história (ANDRADE, 2003, p.70).

Além do processo de identificação/projeção que ocorre através das personagens, há também um desejo forte de identificação com os ambientes apresentados na dramaturgia, entre outros. Objetos de decoração, roupas, jóias, corte e cores de cabelo, bebidas utilizadas, praticamente tudo relacionado às telenovelas não fica imune nesse processo. As gírias e maneirismos usados por certos personagens são incorporados rapidamente no dia-a-dia das pessoas comuns – a ‘catigoria’⁸ de Bebel, por exemplo; nomes das personagens viram moda; nomes das novelas viram nomes de lojas e produtos; e ainda nomes de personagens são usados como adjetivos para designar o caráter desviante de pessoas.

Aqui vale ressaltar a importância das imagens na tela. A organização delas, seja pela seleção, enquadramento e montagem durante as gravações, influencia na representação e reconhecimento da uma dada realidade. A TV treina o olho do espectador.

⁸ Esse era um jeito de falar da personagem Bebel. Era uma mulher simples, sem estudo, e quando queria dizer que tinha elegância em alguns tratos, não falava a palavra “categoria” corretamente. E saía um sonoro “catigoria” que, na época, virou bordão entre as pessoas. “Eu tenho é catigoria!”.

Assim, as imagens interferem no processo de identificação.

As respostas produzidas pela decodificação de imagens são muito mais emotivas do que racionais e toda a linguagem televisiva é pensada para provocar isso. A câmera mostra os objetos com uma aproximação afetiva, verdadeira sedução, como que proporcionando ao espectador a possibilidade de tocá-los com os olhos. O discurso negativo que subjaz principalmente em relação à propaganda desaparece diante do tratamento mágico dado à imagem. Esse tratamento pode ser dado também às pessoas ou às personagens, um dos motivos prováveis que leva a que as pessoas se identifiquem com alguém ou projetem em alguém sentimentos ou desejos (ORMEZZANO, *et al*, 2005, p.03).

De acordo com TRINTA (2007), “a televisão traz à imaginação arquétipos, projeta-os como protótipos e, vendo-os aceitos e adotados, os transforma em estereótipos”. Este último é o que mais opera nos processos de identificação e projeção.

3.3 TELEJORNALISMO E TELENÓVELA

É bem característico da televisão brasileira esse envolvimento da telenovela essencialmente com o jornalismo de TV, principalmente quando referente aos horários de exibição. Na TV Globo, por exemplo, o seu principal telejornal, o *Jornal Nacional*, está posicionado no meio da grade de novelas, antecedido por duas delas e sucedido por outra. A estratégia não deixa de ser uma tática de aproximação do público – cativo de telenovelas – com as notícias, dando à emissora a segurança de uma audiência fiel ao jornal das “oito”. Telejornalismo e telenovela caminham juntos para uma consolidação discursiva da realidade.

As novelas ganham tamanho destaque que os temas abordados no enredo passam a ser discutidos em famílias, no trabalho, na sociedade, de uma forma geral. Como grande praça pública, a TV expõe alguns assuntos que viram alvo de grandes debates. Não somente entre os indivíduos, mas também nas outras categorias televisivas. Cada vez mais as novelas pautam o jornalismo, criando um processo de dramatização no telejornal, com o enfoque em

dramas cotidianos muitas vezes apresentados nos folhetins. E como aqui vimos, o processo também ocorre ao inverso, quando fatos da vida real são inseridos na telenovela.

Bucci comenta sobre o pilar da natureza da televisão contemporânea, estabelecido entre a relação jornalismo e novela.

Os programas de ficção cada vez mais buscam sustentar-se em argumentos de realidade (tanto que, no Brasil, a telenovela é tanto mais presente quanto mais consegue propor uma síntese do imaginário nacional); quanto aos programas de telejornalismo, estes precisam se adequar a uma narrativa mais ou menos melodramática (o andamento dos telejornais busca capturar o telespectador pelo desejo e pela emoção). Ou seja, ficção e realidade se invertem na (estética da) nova ordem (BUCCI, 2004a, p.41).

A nova ordem, a cultura distribuída pelos meios de comunicação, especificamente a TV, tende a estabelecer os limites da sociedade de consumo, o que implica em condutas que atendem aos interesses do poder.

Sob o dueto fato-ficção ou telejornalismo-telenovela sucumbe o espaço público republicano e democrático, isto é, como já mostrara Maria Rita, a ausência de pensamento, dúvida, reflexão, crítica. Não só a esfera pública passa a ser o domínio das operações do capital por meio das empresas de comunicação de massa, como também, na qualidade de público, os telespectadores são plateia e não cidadãos, isto é, definidos por direitos políticos, sociais e econômicos e culturais (como plateia são consumidores, mas, uma vez que não são cidadãos, nem sequer os direitos do consumidor são respeitados (Chauí, *in* Prefácio a BUCCI e KEHL, 2004, p. 13).

De acordo com o pensamento de Eugênio Bucci, temos que o telejornalismo separou-se dos ideais de liberdade e de direitos que lhe asseguram. “Quando não atende acima de tudo o direito à informação, o telejornalismo e qualquer outra forma de jornalismo se convertem em usurpadores” (2004b, p. 139). Entretanto, o jornalista nos apresenta uma luz no fim do túnel para quem pensa numa ética possível para o telejornalismo, como é o caso de nossa pesquisa. “É compreender o lugar onde a função pública do jornalismo está sendo abrigada ou, em alguns casos, engavetada. E tirar daí, dessa compreensão, as ações necessárias” (BUCCI, 2004b, p. 140).

Retomando a simbiose entre telenovela-telejornalismo, partimos do princípio que *Viver a Vida*, que tinha como personagem principal uma cadeirante, influenciou a divulgação de assuntos referentes às pessoas com deficiência. A novela que era exibida na TV Globo influenciou essencialmente os telejornais da emissora mas também os das concorrentes. Podemos ver que atua aqui o *agenda setting*, que tem como pressuposto a capacidade da mídia agendar os temas que serão objeto de debate público. Os jornalistas monitoram a cobertura uns dos outros.

Um tema não é bom ou importante pela sua qualidade, pela sua relação com a vida das pessoas ou por se referir ao bem-estar econômico, cultural, etc., dos telespectadores; ele é bom - e esse é o critério de qualidade na opinião de jornalistas - se for apresentado antes que os outros (MARCONDES FLHO, 2000, P. 81).

Entendemos que há a existência de uma cultura noticiosa comum, isto é, as coberturas jornalísticas apresentam semelhanças significativas, até mesmo na concorrência.

Em nosso estudo, como forma de análise, nos detemos especificamente no telejornal do *SBT Brasil*. A emissora está no 2º lugar do Ibope e o telejornal é apresentado no horário nobre⁹ da televisão brasileira. Aleatoriamente, observamos o que estava sendo apresentado nos telejornais da TV Globo na mesma época da exibição de *Viver a Vida*, exibida na mesma emissora. Abordemos, então, *Viver a Vida*, telenovela da Rede Globo.

3.4 A NOVELA *VIVER A VIDA*

⁹ É um bloco de programação exibido durante as noites, quando a audiência é maior. A maior parte do faturamento das emissoras vem dessa faixa horária que, no Brasil, está entre 18h às 23h, tendo como “pico” o horário entre 20h e 23h. Geralmente são exibidos telenovelas, telejornais e *reality-shows*. Atualmente, as três maiores emissoras do país, Rede Globo, SBT e Rede Record, disputam a audiência do horário nobre.

A telenovela *Viver a Vida* era exibida logo após o *Jornal Nacional*, no horário das 21 horas e entrou como substituta ao grande sucesso *Caminho das Índias*. Sob autoria de Manoel Carlos, a novela estreou em 14 de dezembro de 2009 e teve 209 capítulos, tendo o último exibido em 14 de maio de 2010.

Entre os atores principais estavam Taís Araújo, José Mayer, Lília Cabral, Thiago Lacerda, Alinne Moraes, Mateus Solano e Giovanna Antonelli. A trama se passa na cidade do Rio do Janeiro e também em Búzios. A história começa em torno de Helena (Taís Araújo), uma modelo de sucesso, jovem e solteira, que se apaixona por Marcos (José Mayer), um homem vinte anos mais velho do que ela e recém-separado de Teresa (Lílian Cabral). Os dois foram casados por 30 anos e tiveram três filhas, entre elas, Luciana (Alinne Moraes). É uma garota mimada e aspirante a modelo. E ainda rival de Helena nas passarelas. Namora Jorge (Mateus Solano), um homem sério, apaixonado mas que não gosta da ideia dela ser modelo. Ele tem um irmão gêmeo idêntico, Miguel (também vivido por Mateus Solano), que na verdade, é o oposto dele. Médico, alegre, brincalhão e namorado de Renata (Bárbara Paz).

A trama ganha um novo rumo quando Helena recebe um convite para desfilar em Petra, na Jordânia, e pede para que Luciana também seja convidada, com o objetivo de aproximação da então enteada. As duas acabam tendo uma grande discussão durante a viagem. No trajeto do hotel para o aeroporto, Helena segue no carro designado a ela e proíbe a presença de Luciana. Esta vai em um ônibus junto com outras modelos. O veículo sofre um acidente. Luciana é trazida ao Brasil onde os médicos confirmam que está tetraplégica.

Miguel assume o tratamento de Luciana e os dois começam a se aproximar. Jorge, por sua vez, não consegue lidar bem com a nova condição da namorada, sente-se enciumado com a relação que ela tem com o irmão gêmeo e, aos poucos, o casal vai se afastando. Luciana acaba se apaixonando por Miguel e vice-versa. Os dois se casam e têm um casal de gêmeos.

Viver a Vida tentou retratar na personagem Luciana, uma cadeirante, as mínimas vivências das pessoas com deficiência.

Uma cena representativa foi quando Luciana e Miguel chegam a Paris, na França, para lua-de-mel e ao visitarem a Torre Eiffel descobrem que cadeirantes não podem ir até o mirante, que fica no terceiro andar.

Outra cena marcante foi quando Luciana é levada ao mar nos braços de Miguel. Ela queria retornar ao lugar, mas não via possibilidades para isso, já que agora dependia da cadeira de rodas para se locomover. Em um episódio seguinte, a novela mostrou um tipo de cadeira adaptada que permite que a pessoa com a deficiência física como a de Luciana possa entrar na água.

A experiência de uma cadeirante na telenovela, por si só, já é uma mistura de ficção com realidade. O tema da deficiência contou com consultores que conhecem o assunto para apoiar a equipe que faz a novela e para que as cenas pareçam mais reais. Entre eles, estava a jornalista Flávia Cintra, encarregada de preparar a atriz Alinne Moraes para viver a personagem. A história de Luciana foi inspirada também na vida de Flávia, hoje com 38 anos. Tetraplégica desde os 18, em consequência de um acidente de carro, ela se formou, casou e teve um casal de gêmeos, Mariana e Mateus. Era jovem quando soube que não poderia mais andar. Ela perdeu o movimento total das pernas e parcial dos braços. Passou por todo o processo vivido pela personagem – da negação à aceitação - da nova condição.

Ativista da causa das pessoas com deficiência, Flávia foi chamada para ser consultora da trama e seis meses antes do início da novela, já estava em contato com Alinne Moraes no chamado “laboratório” feito pelos artistas para compor os personagens.

Viver a Vida rompeu muitas barreiras. A telenovela brasileira teve pela primeira vez uma protagonista cadeirante e que não passou por uma milagrosa recuperação no final da trama, o que deixaria subentendido que a pessoa só volta a ser feliz quando deixa de ter a

deficiência, uma ação que seria distante da política de inclusão. A telenovela abordou tabus, como a vida afetiva das pessoas com deficiência, e discutiu vários outros temas relevantes, entre eles, a questão da acessibilidade. Mostrou que essas pessoas trabalham, namoram, sofrem, sorriem, como qualquer outra. A telenovela também trazia no final de cada capítulo depoimentos de pessoas que desafiaram os diagnósticos das mais variadas doenças e seguiram em frente. Exemplos de que a vida continua, apesar de toda e qualquer limitação ou barreira imposta no caminho. Mostrou como podemos superar limites, realizar sonhos e tocar a vida, com alegrias e realizações, driblando as dificuldades do dia-a-dia que todos passam.

A novela *Páginas da Vida* (2006), também da Rede Globo, teve a atuação de Joana Mocarzel, na época com 7 anos, que fez uma das personagens principais, a Clara, uma criança com síndrome de Down. O folhetim foi um divisor de águas na representação das pessoas com síndrome de Down. E agora *Viver a Vida* vai ficar na história do Movimento das Pessoas com Deficiência. A telenovela mostrou a luta, a superação, os desafios e também o valor destas pessoas. Deu voz à minoria. A abordagem sobre o tema foi ampla.

O autor da novela Manoel Carlos foi premiado pela UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization. Isso porque, sob influência do tema abordado em *Viver a Vida*, em muitos locais as calçadas estariam sendo rebaixadas e as leis sendo propostas para obrigar estabelecimentos comerciais a terem rampas para cadeirantes.

Outro ponto que queremos ressaltar é que, como enfoque no nosso estudo, mais uma vez telejornalismo e telenovela pactuaram. Se a personagem Luciana foi inspirada na história da vida real de Flávia Cintra, desta vez, a visibilidade dada à vida da jornalista através da trama, além do alcance atingido pelo assunto deficiência, proporcionou a ela um novo emprego. Em maio de 2010, Flávia foi contratada como repórter do *Fantástico*. A presença de uma cadeirante na reportagem de uma TV de grande alcance do público foi algo inédito. Ela passou a fazer matérias comuns, de temas variados, não somente ligados à acessibilidade. E

deu ainda mais visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência e as retratou com mais realismo.

Aqui percebemos com muita clareza como jornalismo e novela possuem um forte elo de ligação. E ainda o peso do Ibope das telenovelas em todos os quesitos, a ponto da repercussão de uma trama ser tanta que influenciou a vida profissional de uma pessoa ligada diretamente a história da ficção.

Como já tratado neste estudo, *Viver a Vida* e sua personagem Luciana tiveram uma grande influência na divulgação dos assuntos que abordam às pessoas com deficiência. Vertente explorada em todos os cantos, inclusive nas emissoras concorrentes da Rede Globo.

4 SBT – SEGUNDO LUGAR NO ÍNDICE DE AUDIÊNCIA

A Rede Tupi de Televisão, a primeira emissora do país, teve seu fim decretado em julho de 1980. Por problemas financeiros, ela foi cassada pelo governo, sendo dividida para dois grupos: Sílvio Santos, de São Paulo, e Adolph Bloch, do Rio de Janeiro.

O início do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, do empresário e radialista Sílvio Santos se dá, por sua vez, no começo da década de 80, em 19 de agosto de 1981, trazendo uma programação mais popular, em meio a irrefutável soberania da Rede Globo. Para conseguir sete canais que compreendiam a extinta TV Tupi, propriedade do empresário Assis Chateaubriand, técnicos e diretores tiveram que provar que estavam aptos a administrar uma nova emissora no país. Na época, o Grupo Sílvio Santos – uma renomada empresa de produção artística e comercialização de anúncios e publicidade - já havia adquirido o antigo canal 11, do Rio de Janeiro.

No ano de 1983, com a também criação da Rede Manchete de Televisão, do Grupo Bloch, com programação diferenciada por documentários e programas fora do padrão habitual. As novatas começaram a impor uma corrida pelos índices de audiência, ousando competir com os referenciais de qualidade da Globo. O SBT, em pouco tempo, ganha destaque é consagrado como vice-líder de audiência, segundo Rezende (2000).

Em seus primeiros anos de funcionamento, o SBT estruturou-se como forma de sistema e era obrigado por lei a preencher 12 horas de programação diária. Enquanto os demais conglomerados de TV brasileira se organizavam como redes, a o Sistema Brasileiro de Televisão se estabeleceu como “Central Independente de Produções”, sem uma emissora cabeça de rede. Isso ocorreu no final da década de 80, quando a marca SBT foi consolidada.

Segundo informações do site da emissora, ao fim da década seguinte, o SBT tinha 84 emissoras afiliadas. Hoje já são 109 emissoras que cobrem mais de 96% dos lares com TV, atingindo mais de 182 milhões de espectadores.

Em 1996, foi inaugurado o Complexo da Anhanguera, um conglomerado de estúdios com 231 mil metros quadrados, mudando a sede da emissora da Vila Guilherme, em São Paulo, para Osasco. Hoje, cerca de 5 mil pessoas por mês frequentam os 8 estúdios existentes para compor os auditórios dos programas, segundo informações do site da emissora.

Um momento de queda da emissora foi quando em 2007 o SBT chegou a perder o lugar de vice-líder de audiência nacional para a Rede Record, que investia em novos programas e tecnologias avançadas. Pouco tempo depois - considerando parâmetros gerais e não programas isolados -, o segundo lugar retornou para o SBT. Um dos motivos seria a grande popularidade da emissora junto à classe de renda mais baixa.

Por muitos anos, os desenhos e os programas de auditório foram os carros-chefes da programação. Um grande sucesso foi o programa do palhaço Bozó e da apresentadora Mara Maravilha, com seu *Show Maravilha*. As séries mexicanas *Chaves* e *Chapolin*, que começaram a ser exibidas em 1984 pelo SBT, também transformaram-se nos maiores sucessos de audiência da história da emissora. Tanto que até hoje *Chaves* permanece na grade da programação, agradando não só o público infantil como adulto.

As telenovelas que faziam sucesso fora do país foram o trunfo da emissora ao longo de muitos anos. As primeiras a serem exibidas foram *Os ricos também choram*, em 1982, *Cristina Bazán*, em 1983, e *Chispita*, em 1984. A partir de 1994, o SBT investiu em remakes de antigas produções de outras emissoras, como *Éramos Seis*, *As pupilas do Senhor Reitor*, *Sangue do Meu Sangue* e *Os Ossos do Barão*. Produziu ainda novelas adaptadas de textos mexicanos como *O Direito de Nascer* e *Pérola Negra*. As produções originais

mexicanas – *Maria Mercedes*, *Marimar*, *Maria do Bairro*, *A Usurpadora*, *Carrossel* - chegaram ao seu auge na época.

Segundo informações do site do SBT, a emissora teve como ícones, além do próprio dirigente, Carlos Alberto de Nóbrega, comandante de *A Praça é Nossa*; o personagem Golias, de grande sucesso; assim como outros apresentadores de ponta, como Raul Gil e Gugu Liberato, que alavancavam a audiência no quesito entretenimento da emissora.

Em 1986, o SBT passa a contar com a presença de Hebe Camargo, que deixa a Rede Bandeirantes, levando seu programa de entrevistas e variedades.

A partir de 1987 outro artista de peso passou a fazer parte do SBT, o comediante Jô Soares. Na época trabalhando na Rede Globo, foi contratado como forma de tornar mais agressiva a rivalidade do SBT com a concorrente número um. Jô ganhou dois programas: o humorístico *Veja o Gordo* e o talk-show *Jô Soares Onze e Meia*.

Em agosto do mesmo ano, em meio a rivalidade das emissoras, o então apresentador do programa *Viva a Noite*, Gugu Liberato, chegou a assinar contrato com a Rede Globo. Sílvio Santos rapidamente cobriu a oferta da concorrente, garantindo a permanência do artista no SBT. Gugu era considerado como sucessor de Sílvio em seus programas de domingo, assumindo em 1993 o *Domingo Legal* na programação dominical, travando uma guerra de audiência com o *Domingão do Faustão*, da Rede Globo.

Em 1991, Serginho Groisman, que comandava o *Matéria Prima* na TV Cultura, é contratado pelo SBT para estar frente do *Programa Livre*, grande sucesso da emissora junto ao público jovem. A apresentadora Eliana também estreia na TV de Sílvio Santos, comandando o infantil *Festolândia* e, tempos depois, o *Bom Dia e Cia*.

Em 1993 é Angélica quem deixa a Manchete e assume três programas no SBT: *Passa ou Repassa*, *TV Animal* e *Casa da Angélica*.

Agosto de 1999 é a vez do apresentador Carlos Massa, o Ratinho, trocar a Record pelo SBT, tornando-se uma espécie de fenômeno no fim dos anos 90. Hoje ainda permanece na emissora, apesar do vai-e-vem dos horários de exibição do seu programa.

A mudança na grade de programação ainda é uma constante, o que tem provocado insatisfação e até a saída de artistas de peso do SBT, como a apresentadora Hebe Camargo, recém contratada pela Rede TV. O apresentador Gugu Liberato já havia deixado a emissora em 2007, após 20 anos de trabalho, levando equipe e boa parte da estrutura do seu programa para a TV Record. Angélica foi contratada pela TV Globo em 1996. Os apresentadores Serginho Groisman e Jô Soares fizeram o mesmo caminho em 1999.

Na expectativa de mudanças na estrutura da emissora, o empresário Sílvio Santos apostou na presença da família na direção do grupo. Desde 2008, sua filha Daniela Beyruti está no comando do SBT.

Em novembro de 2010, o Grupo Sílvio Santos passou por uma fase delicada de crise financeira. O Banco PanAmericano, também pertencente ao grupo, teve prejuízos em conta, de aproximadamente R\$ 2.5 bilhões, o que provocou a necessidade de empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Crédito para recuperar o banco. Por conta disso, o Grupo Sílvio Santos colocou como garantia para pagamento do empréstimo as empresas da firma, incluindo o SBT, entre outras. O fato provocou certa crise no interior da emissora. Já em fevereiro de 2011, o empresário Sílvio Santos anunciou a venda do Banco PanAmericano ao BTG Pactual, por R\$ 450 milhões, quitando as dívidas do grupo junto ao Fundo Garantidor de Crédito, tirando, assim, o SBT de uma situação de instabilidade.

Outra característica da grade de programação da emissora são as pouquíssimas inserções de jornalismo.

Para todo o seu público espalhado pelo país, o SBT levava ao ar, em média, 20 horas de programação por dia. Os programas infantis representavam a maior parte, 22%,

seguidos pelos shows, 21% e os filmes, 16%. As novelas e o telejornalismo ficam empatados em quarto lugar, com 14% (REZENDE, 2000, p. 162).

Hoje, a situação pouco mudou. A programação inclui uma média de 8 filmes por semana, com quase 20 seriados. O *Programa Silvio Santos*, depois de um tempo sem exibição, voltou para a grade da emissora. Em 1993, chegou a entrar para o *Guinness* como um dos programas mais duradouros da TV.

Em 2005, por sua vez, houve um *boom* jornalístico no SBT.

4.1 O JORNALISMO NO SBT

O SBT demorou muito a encontrar um modelo de jornalismo um pouco mais consistente. Os primeiros programas do estilo, de forte apelo popular, como *O povo na TV*, alcançavam bons índices de audiência. Porém, o telejornalismo da rede era descomprometido com a crítica, baseados no próprio desejo do dirigente Sílvio Santos, explícitos em entrevista à revista *Imprensa*. “Meu jornalismo vai ser imparcial, vai só elogiar [...]. É para descobrir no ser humano as qualidades que ele tem, Quando não houver possibilidades de apontar essas qualidades, ou apontar as suas obras, suas realizações, nós vamos apenas dar a notícia” (SQUIRRA, 1993, p. 138).

Ao longo da década de 1980, os programas jornalísticos da emissora foram *Cidade 4*, *24 horas*, *Noticentro*, *Últimas Notícias*, todos sem grande expressividade. Essa situação perdurou até 1988, quando foram contratados três profissionais para a direção e apresentação do jornalismo, respectivamente: Marcos Wilson, Luiz Fernando Emediato e Boris Casoy. O SBT investiu também em uma nova roupagem, com novas vinhetas e

modernização tecnológica, com novas câmeras, ilhas de edição e equipamentos de computação gráfica.

O jornalista Boris Casoy, renomado editor-chefe da *Folha de São Paulo*, ganhou a missão de âncora do *Telejornal Brasi*, inaugurado em 28 de setembro de 1988. E estabeleceu um estilo bem característico. Além de ler as notícias, ele passou a fazer entrevistas e tecer comentários pessoais sobre os fatos noticiados. Ficaram famosos seus bordões “Isto é uma vergonha” e “É preciso passar o Brasil a limpo”.

Uso dois tipos de opinião. A primeira tem a finalidade de incentivar o exercício da cidadania. Tento mostrar que é bom exigir, é bom a gente querer. A segunda são alguns postulados realmente polêmicos. A opinião de um veículo de comunicação é muito importante, porque é como uma espécie de megafone para várias pessoas que pensam da mesma forma, mas não têm voz (entrevista de CASOY apud SQUIRRA, 1993, p. 164).

Seu estilo não foi visto com bons olhos à maioria dos profissionais, uma vez que no país imperava um modelo de jornalista-apresentador sem maiores interferências na notícia, seguido à risca pela concorrente TV Globo. Porém, o *TJ Brasil* é tido como um marco na consolidação de um novo modo de apresentação, baseado na concepção norte-americana do âncora, o apresentador que tem a função de editor-chefe.

Perante o público, o estilo agradou e, assim, o *Telejornal Brasil* teve uma rápida ascensão na escala do Ibope e na credibilidade, concorrendo com o *Jornal Nacional*, líder absoluto de audiência desde sua estreia na TV Globo. Com 40 minutos de duração, o telejornal se transformou no segundo produto do SBT a atrair mais publicidade, superado apenas pelo programa de auditório de Sílvio Santos.

Daí em diante, com o grande sucesso de modelo de ancoragem estabelecido por Boris Casoy à frente do *TJ Brasil*, o telejornalismo do SBT se firmou e continuou a avançar. O novo investimento foi, então, no jornalista trazido da Rede Globo, Hermano Henning, que passou a ancorar o noticiário internacional do *TJ* em Washington, juntamente com Roberto

Garcia. Novas contratações de peso ocorreram, entre elas, da jornalista Lilian Witte Fibe, que tornou-se âncora da segunda edição do *TJ Brasil*.

Ressaltamos que o *TJ Brasil* mudou de horário mais de uma dezena de vezes, desde a sua estreia. Entretanto, as trocas frequentes na grade de programação – fato comum na emissora de Sílvio Santos – não chegaram a afetar a audiência do telejornal.

Em 20 de maio de 1991, o SBT apostou em um novo estilo de telejornalismo, bem sensacionalista: o *Aqui Agora*. Além da influência radiofônica, o programa usava o recurso do plano-sequência¹⁰ para dar mais realismo e suspense às narrativas, com reportagens policiais, flagrantes, denúncias e violência. O objetivo era conquistar a audiência das classes C, D e E. Eram duas horas de duração diária, em horário nobre no SBT. O grande prestígio popular, entretanto, não se traduzia em maior faturamento publicitário.

O *TJ Brasil*, por sua vez, se mantinha como a segunda fonte de renda do SBT, apesar de não superar o índice de audiência do *Aqui Agora*, que ficou no ar até o fim de 1997. No mês de junho do mesmo ano, o jornalista Boris Casoy deixou a função de âncora do *Telejornal Brasil* para seu substituto aos sábados, Hermano Henning. Casoy, após nove anos de SBT, foi contratado pela Rede Record de Televisão, carregando para emissora seu estilo próprio de apresentador. Apesar do carisma de Hermano, o telejornal se desfigurou completamente com a saída de seu âncora característico.

Em agosto, o *TJ Brasil* sofreu mais uma mudança no seu horário, sendo exibido às 18h30, provocando uma grande queda na audiência. Em 31 de dezembro de 1997, o telejornal foi abruptamente extinto da grade do SBT. Em seu lugar, entrou o programa humorístico *Chaves*.

Logo após, a emissora lançou sua primeira experiência globalizada no telejornalismo, em parceria com a rede de TV americana CBS, lançando o *Jornal do SBT* –

¹⁰ Estilo de estilo de matéria em que o repórter vai andando e mostrando os acontecimentos, contando a história.

Telenotícias CBS, transmitido diretamente de Miami, ancorado pelo casal Eliakim Araújo e Leila Cordeiro.

Em 9 de março de 1988, o SBT inaugura um telejornal no horário nobre, o *Noticidade*, informativo local, exibido de 19h15 às 19h30, seguido pelo *Jornal do SBT – Telenotícias CBS*, de 19h30 às 20 horas. Neste último, permanecia a apresentação de Eliakim Araújo e Leila Cordeiro em Miami e o noticiário nacional era feito por Hermano Henning. Além disso, a emissora manteve um boletim intitulado *Notícias de Última Hora*.

Mas esta boa fase jornalística do SBT não durou muito. Quatro meses após as estreias, os programas foram extintos, só permanecendo os boletins *Notícias de Última Hora*. A emissora, assim, reforçou sua imagem de não ter como aposta o jornalismo.

Nos ataques de 11 de setembro de 2001, o SBT restringiu-se a noticiários em plantões de intervalo na programação, enquanto outras emissoras faziam grande cobertura do fato histórico.

Entretanto, mudanças no setor estavam por vir, quando o SBT resolve investir no jornalismo da emissora.

4.2 SBT BRASIL E A VICE-LIDERANÇA

Em agosto de 2005 foi inaugurada uma nova fase do jornalismo do SBT, segundo o site da emissora. Uma equipe de profissionais renomados foi contratada, entre eles, a jornalista global Ana Paula Padrão, além de correspondentes internacionais nos Estados Unidos, na França, Reino Unido, Itália, Argentina e Líbano. A emissora investiu em uma tecnologia avançada com o intuito de reforçar a área jornalística. A estréia do *SBT Brasil* no

dia 15 daquele mês, às 19h15, teve uma média de 10 pontos no Ibope, conquistando a vice-liderança da televisão e no telejornalismo.

Em dezembro de 2006, Ana Paula Padrão deixou a bancada do *SBT Brasil* para apresentar o *SBT Realidade*. Quem assumiu o posto foi Carlos Nascimento, vindo da Rede Bandeirantes.

Por um curto período, a bancada foi dividida com Juliana Alvim, repórter de Brasília. Em março de 2007, a nova companheira de Carlos Nascimento foi Cíntia Begnini. Sete meses depois, Cíntia ficou encarregada de apresentar apenas o *SBT Manchetes*, também ao lado de Nascimento. Porém, pouco depois o telejornal foi extinto e os dois passaram a apresentar o *Jornal do SBT*, edição da noite.

Desde agosto de 2009, quando completou 4 anos de exibição, o *SBT Brasil* é apresentado por Carlos Nascimento e por Karyn Bravo, sempre no horário nobre da televisão.

O jornalista Carlos Nascimento iniciou suas atividades na Rede Globo em 1977. Trabalhou por onze anos na TV Globo de São Paulo, onde foi repórter dos telejornais *Bom Dia São Paulo*, *Globo Rural*, *Globo Repórter* e *Jornal Nacional*. Em 1980 e 1981 recebeu o prêmio Wladimir Herzog do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Durante a cobertura da morte de Tancredo Neves, em 1985, Nascimento firmou sua popularidade junto ao público.

Em 1988, o jornalista estreou de âncora, já contratado pela TV Cultura, apresentando o *Jornal da Cultura*, onde chegou a receber mais um prêmio, desta vez da Associação Paulista dos Críticos de Arte, com o melhor telejornal. No ano seguinte, Nascimento foi contratado pela Record e, novamente, agraciado com o título de melhor telejornal, apresentando o *Jornal da Record*.

Em 1990, já consagrado como âncora, o jornalista voltou para Rede Globo, onde permaneceu até 2004. Nesse período, esteve à frente do *São Paulo Já* e *Jornal Hoje*, além de

apresentar esporadicamente o *Jornal Nacional* e *Fantástico*. Entre suas coberturas jornalísticas marcantes desta época estão a transmissão, ao vivo, do ataque ao *World Trade Center* por terroristas, em 11 de setembro de 2001, e da captura de Saddam Hussein, confirmando seu nome entre os melhores âncoras da TV brasileira.

Da Globo, Nascimento seguiu para Rede Bandeirantes, apresentando o *Jornal da Band* e um programa diário na Rede Band News FM. Fazia também comentários sobre política e economia no canal de notícias Band News TV e na Rádio Bandeirantes AM. Em 2005, o *Jornal da Band* recebeu o prêmio Comunique-se, ao ser escolhido por 80 mil jornalistas, por ter o melhor apresentador da TV brasileira.

Em fevereiro de 2006, então, Carlos Nascimento assinou contrato com o SBT, onde permanece até os dias atuais, à frente do *Jornal do SBT*, com Cíntia Begnini, e do *SBT Brasil*, com Karyn Bravo.

Já a jornalista Karyn Bravo trabalhava da Rede Bandeirantes quando foi contratada pelo SBT para apresentar a previsão do tempo de seus telejornais. Com a saída de Cíntia Begnini da apresentação do *SBT Brasil*, Nascimento esteve por quase dois anos sozinho na bancada. Após este período, a “garota do tempo” assumiu a bancada do *SBT Brasil* com Carlos Nascimento.

Aos finais de semana, jornalistas como Hermano Henning, Rodolpho Gamberini, Cíntia Begnini, Joyce Ribeiro e César Filho se revezam na apresentação do *SBT Brasil*.

A princípio, o telejornal era exibido às 21h15. Em setembro de 2009, o *SBT Brasil* estreou em novo horário, sendo transmitido das 19h30 às 20h15, trazendo as notícias do cenário nacional e internacional antes da exibição de seu concorrente maior, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que só tem início após 20h15. A mudança de horário também trouxe mais visibilidade ao telejornal. Em 1º de março de 2010, o *SBT Brasil* ganhou novo

cenário e nova vinheta, um conjunto de recursos técnicos que, para além da credibilidade, dão agilidade e ajudam a construir a identidade do programa e da emissora.

Até hoje permanece como vice-líder de audiência, segundo Ibope, perdendo apenas para as telenovelas globais.

Temos que em qualquer formato de programa jornalístico na televisão, o apresentador é a figura central, aquele que representa a “cara” do programa, e que constrói a ligação entre o telespectador e o telejornal. Portanto, acreditamos que muito da popularidade que hoje o *SBT Brasil* tem é devido a presença de um âncora de peso, de carreira sólida e de qualidade comprovada ao longo de 33 anos de profissão. Carlos Nascimento é um jornalista premiado e que passa credibilidade na sua fala. Ao lado de Karyn Bravo, é uma figura carismática à frente do *SBT Brasil*. Além disso, a emissora ainda traz consigo a forte herança do jornalismo implantado pelo estilo bem pessoal de Boris Casoy quando esteve à frente do *TJ Brasil*, que foi um grande sucesso jornalístico e trunfo do SBT para alavancar no setor. O rastro de ousadia de Boris contribuiu para que a Globo não ficasse como única na preferência do público no quesito telejornalismo.

Desde Boris Casoy, o SBT tentava implantar um telejornalismo forte. E parece que, até então, o modelo de maior garantia de sucesso tem sido o *SBT Brasil* e seu segundo lugar no índice de audiência.

5 UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TELEJORNALISMO

Conforme já mencionamos, anteriormente, pretendemos verificar como as pessoas com deficiência são representadas no telejornalismo, especificamente no jornal da emissora líder de audiência, o *SBT Brasil*. Averiguamos como essa representação pode interferir na construção identitária dessa minoria marginalizada e sujeita a preconceitos. Ainda queremos verificar se a telenovela *Viver A Vida* teve influência direta no telejornal, pautando notícias para o jornalismo, mesmo depois que sua exibição foi encerrada.

Para alcançar tais objetivos, adotamos como procedimento metodológico a análise de conteúdo das matérias exibidas, que façam relação direta ou indireta às pessoas com deficiências com vistas a compreender os modos de apresentação desses sujeitos sugeridos pelas narrativas. De acordo com Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo se define como um “conjunto de técnicas e análise das comunicações”. O texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. O método procura obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência (dedução de maneira lógica, pelo raciocínio) de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens.

Albert Kientz (1973, p. 69) traz uma outra perspectiva interessante sobre a AC. Para ele, “a análise de conteúdo permite revelar (no sentido fotográfico) os modelos, as imagens, os estereótipos que circulam na cultura de massa”.

O método visa, segundo Bardin, analisar as características de uma mensagem através da comparação das mesmas para receptores distintos, ou em situações diferentes com

os mesmos receptores; analisar o contexto ou o significado de conceitos sociológicos e outros nas mensagens; bem como analisar as condições que induziram ou produziram a mensagem.

O que se procura estabelecer quando se realiza uma análise, conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. Atingir a profundidade do texto, resgatando-lhe o conteúdo. A materialidade lingüística é, dessa forma, entendida como algo que indiretamente remete a um outro espaço, a um outro lugar que representaria o foco de interesse do pesquisador: o das condições (psicológicas, sociológicas, etc.) em que se produzem os textos submetidos à investigação.

Para realizar a análise de conteúdo neste estudo a composição do *corpus* deu-se pelos seguintes procedimentos: primeiro, a escolha da televisão. Em um segundo momento, a escolha do telejornal *SBT Brasil*, exibido no horário nobre da emissora SBT. Após, optamos pela subdivisão de acompanhamento do telejornal em duas etapas. Em um primeiro momento, foram dois meses de análise. No primeiro mês, a novela *Viver a Vida* ainda estava sendo exibida. Seu término, aqui considerando a *reprise* do último capítulo, foi em 15 de maio. Portanto, isto ocorreu no meio do nosso primeiro período escolhido para análise. Assim, acompanhamos o *SBT Brasil* por mais 30 dias após o fim imediato da novela. Em um segundo momento, fizemos mais um mês de verificação, quando a novela já estava encerrada há noventa dias.

5.1 As pessoas com deficiência no *SBT Brasil*

Dedicamos agora a um panorama geral de dados obtidos nos dois períodos de acompanhamento do *SBT Brasil*. Adiante, apresentaremos a análise das matérias e, relacionaremos, de uma maneira geral, os resultados obtidos à bibliografia pesquisada e apresentada nos capítulos anteriores.

A nossa primeira parte da análise esteve compreendida entre os dias 15 de abril e 15 de junho. Neste período, o telejornal começava sua exibição às 19h30 e encerrava às 20h15.

Começamos a análise em uma quinta-feira e finalizamos em uma terça-feira, concluindo 62 dias de acompanhamento do *SBT Brasil*, com 53 dias de jornal efetivamente, em uma série de 8 semanas completas e duas incompletas.

Nosso segundo período de análise se concentrou de 16 de agosto a 18 de setembro. Como estávamos em período eleitoral, a grade de programação da televisão foi modificada para veiculação da propaganda política. O *SBT Brasil* estava sendo exibido de 19h15 até 20h.

Foram 34 dias de análise, totalizando 30 telejornais concretamente, com 5 semanas completas. Iniciamos em uma segunda-feira e encerramos em um sábado.

Na primeira etapa, localizamos 8 matérias que faziam referência direta ou indireta ao assunto deficiência. Desse total, 7 eram reportagens e uma, nota coberta¹¹. Cinco delas foram exibidas até o dia 15 de maio, antes do término de *Viver a Vida*. Após isso, o telejornal ficou por duas semanas sem qualquer notícia referente ao tema deficiência. Desde o início da análise foi o maior período sem matérias sobre o assunto. Aqui, observamos uma influência direta da telenovela sobre a quantidade de matérias com e sem a exibição do folhetim. Adiante, a deficiência voltou a ganhar destaque em outras três reportagens.

¹¹ Texto em off – fala do repórter ou apresentador - coberto por imagens.

Na fase seguinte, foram 7 matérias no total, entre elas, uma nota coberta.

Localizamos, então, 15 matérias no conjunto.

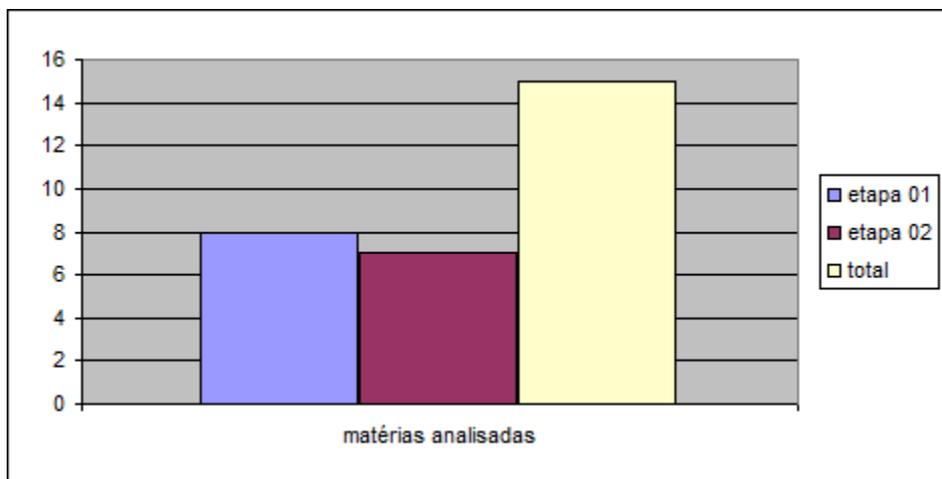


Gráfico 01

Aqui estabelecemos a primeira realidade. O quadro aponta que na primeira fase foram 53 telejornais analisados, totalizando 8 matérias sobre assunto. Na etapa posterior, completaram 30 telejornais e 7 reportagens. Portanto, os dados apontam que na primeira etapa, proporcionalmente, a cada 6 dias de telejornal, isto é, ao longo de uma semana, ao menos uma matéria sobre o tema era exibida. E na fase posterior, a média é de uma reportagem a cada 4 telejornais.

	TELEJORNAIS	MATÉRIAS
ETAPA 01	53	8
ETAPA 02	30	7

Tabela 01

Temos a proporção:

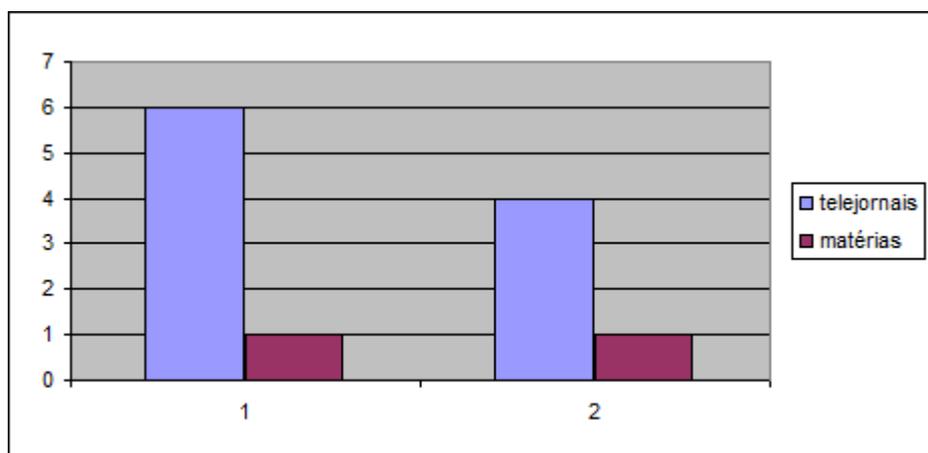


Gráfico 02

Observamos que a discussão do tema deficiência em *Viver a Vida* pode ter contribuído para esse aumento proporcional de matérias sobre o assunto, uma vez que o assunto permaneceu em destaque, ganhou mais visibilidade com o folhetim.

O número de matérias de um telejornal do *SBT Brasil* chega a uma média de 18 por dia, incluindo reportagens e notas cobertas e secas¹², totalizando 108 semanais. Se localizarmos, primeiramente, uma matéria por semana, proporcionalmente temos uma reportagem para cada 108 apresentadas. Na segunda etapa, a proporção é de uma matéria para cada 72 noticiadas.

	Matérias por dia	Matérias por semana
SBT BRASIL	18	108

Tabela 02

¹² São matérias curtas, sobre fatos acontecidos ou por acontecer, e sem imagens de cobertura.

	Proporção
Etapa 01	1 matéria a cada 6 telejornais (18 matérias cada) = 1 matéria a cada 108 apresentadas
Etapa 02	1 matéria a cada 4 telejornais (18 matérias cada) = 1 matéria a cada 72 apresentadas

Tabela 03

Na primeira análise, 5 das 8 matérias faziam referência direta ao assunto deficiência. Na fase seguinte, 4 das 7 mencionavam o tema de forma direta. Das 15, então, 9 abortavam abertamente os assuntos sobre deficiência e 6 deixaram o tema subentendido. Neste último caso, ainda assim as matérias foram incluídas em nossa análise.

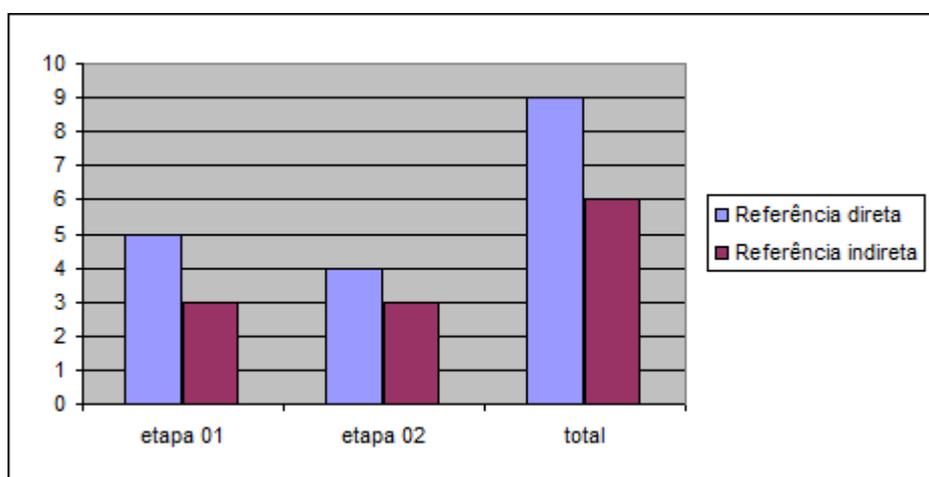


Gráfico 03

Definimos agora se os personagens com deficiência ganham voz, se são entrevistados nas reportagens. Para melhor compreensão, este critério está detalhado nas matérias que fazem referência direta ao assunto e nas que a apresentação é feita de forma indireta.

Na análise de abril a junho, entre as 5 que apresentam uma visão sobre o assunto deficiência, 3 dão voz aos deficientes e 2 não apresentam sonora¹³ deles.

Nas outras 3 que fazem referência indireta ao assunto, os personagens com deficiência, ou que assim consideramos, são entrevistados na matéria.

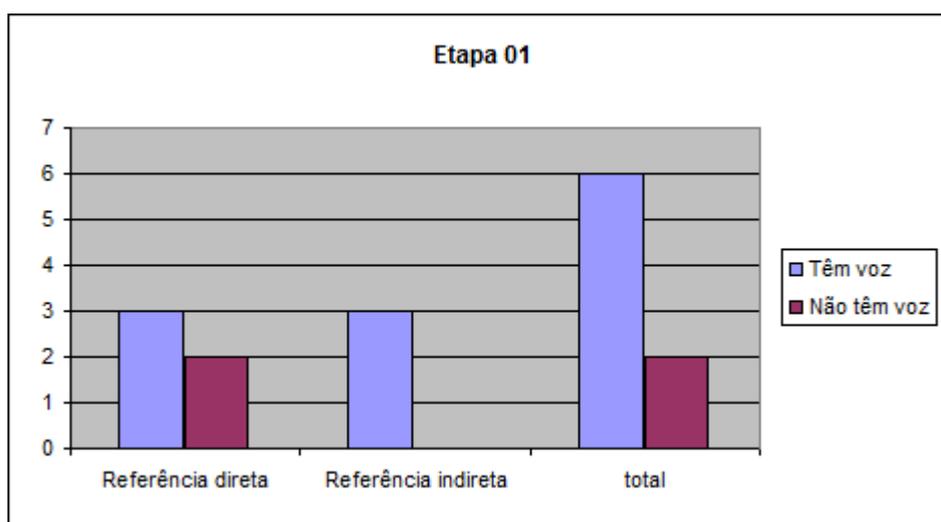


Gráfico 04

Na segunda verificação, de agosto e setembro, das 4 que tinham menção direta ao tema, 3 veicularam sonora dos deficientes e somente uma que não. Vale ressaltar que esta única estava na nota coberta que falava da morte e velório de uma pedagoga cega, Dorina Nowill. A personagem principal obviamente não poderia ter voz, mas outros representantes no local poderiam ser ouvidos.

As outras 3 que não tratavam do assunto diretamente, uma deu voz e outras duas, não, aos deficientes ou aqueles que assim avaliamos como se enquadrarem em quesitos de deficiência.

¹³ É a fala dos (as) entrevistados (as) nas reportagens.

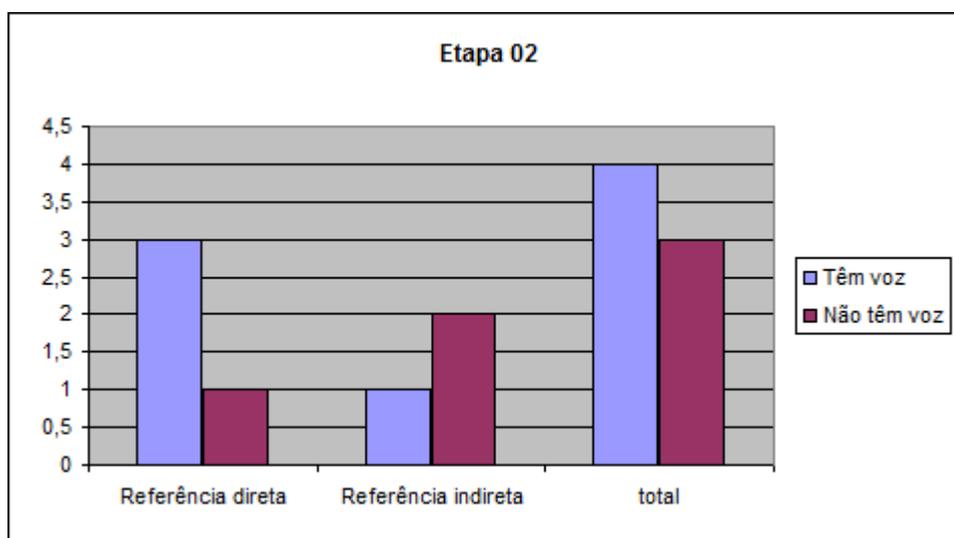


Gráfico 05

Totalizando, as pessoas com deficiência ganharam representação e fala aberta em 10 das 15 reportagens analisadas.

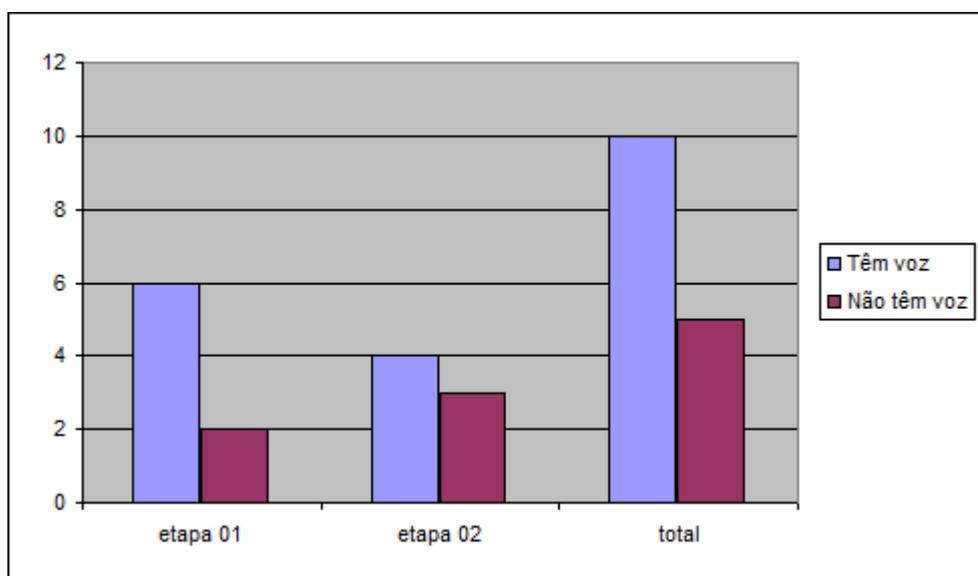


Gráfico 06

Também não será esta uma influência, ainda que indireta, de *Viver a Vida*, uma vez que a telenovela mostrou um outro lado da deficiência, que essas pessoas têm vida própria

e podem falar e agir por si próprias? A seguir, vejamos mais uma das ações que julgamos ter sido exercida pela discussão do tema na novela.

Os dados também apontam um número maior de matérias positivas do que negativas. Consideramos, avaliando as reportagens, de uma forma geral, salvo algumas ressalvas apresentadas no subitem posterior deste trabalho, que 10 delas têm mensagens e representações dadas de forma positiva. E em 5 dominam uma classificação negativa da matéria, seja pela representação preconceituosa, pela falta de conhecimento sobre o assunto tratado, seja pelo não aprofundamento na questão, no não-questionamento de ações inclusivas e cidadãs. Nesta conotação “negativa” incluímos não somente a matéria trabalhada pelo repórter como também a cabeça¹⁴ lida pelo apresentador. Afinal, a análise é sobre o telejornal como um todo. Nota-se que o número de matérias positivas nas duas etapas é igual, total de 5. O número de negativas, por sua vez, reduziu na segunda fase – na primeira, 3 foram consideradas negativas - sendo 2 negativas e 5 positivas.

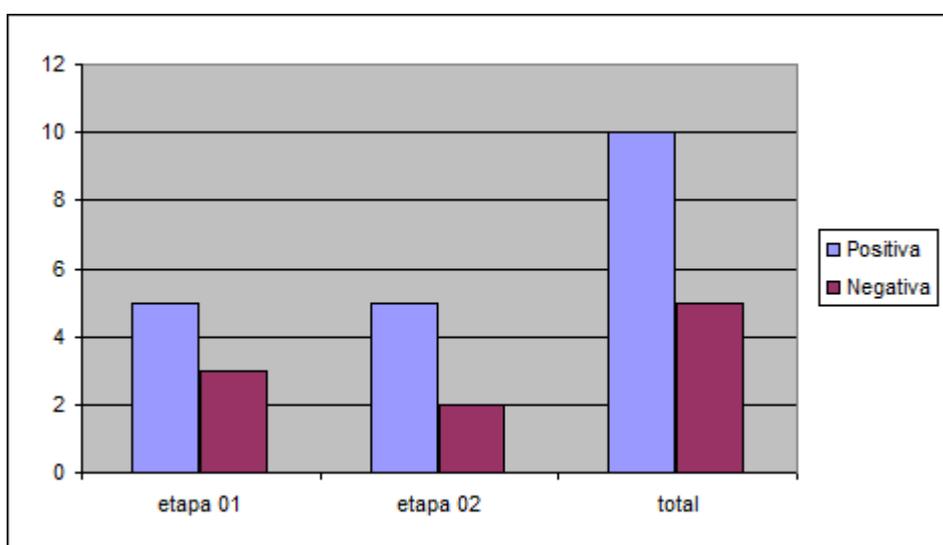


Gráfico 07

O tempo das matérias que analisamos, excluídas as notas cobertas que são de duração menor, variam de 1'24 até 1'50". Aqui não foi contabilizada também a reportagem

¹⁴ Texto lido pelo (a) apresentador (a) para introduzir a reportagem

que faz parte de uma série (*Mania de Cachorro*) e, portanto, trata-se de uma matéria mais trabalhada e o tempo de duração dela – nesta, temos 3’51” - já seria, de antemão, muito discrepante das demais. De um modo geral, esta média de 1’30”, é a estabelecida para as reportagens televisivas.

Em seguida, apresentamos a análise das matérias no *SBT Brasil*.

5.2 Análise qualitativa, identidade e cidadania

Terminado o primeiro processo, apresentamos agora a análise das matérias selecionadas e, relacionamos, de uma maneira geral, os resultados obtidos à bibliografia pesquisada e apresentada nos capítulos anteriores.

Para construção do mapa de codificação dos elementos textuais optamos por um referencial que procurasse atender à questão central da pesquisa, como os sujeitos com deficiência são representados. Assim, estabelecemos como operadores descritivos como referência de codificação todos os termos que fazem menção à pessoa com deficiência, incluindo sua caracterização como vítima, super-ser, entre outros. E ainda analisamos se o indivíduo com deficiência, o personagem da matéria, tem voz na história apresentada.

Já a caracterização do mapa de codificação dos elementos audiovisuais leva em conta os ambientes nos quais as cenas ocorrem, bem como uma descrição pormenorizada da narrativa analisada. Incluem movimentos de câmera, trilha sonora, iluminação, etc, para compreender o quanto elementos visuais contribuem no posicionamento dos indivíduos em questão.

Em nosso 5º dia de análise, surgiu a primeira reportagem que fazia referência, de forma direta, à pessoa com deficiência.

- Terça-feira, 20.04.20010

Os apresentadores do *SBT Brasil*, Karyn Bravo e Carlos Nascimento, chamam na cabeça da matéria uma briga entre dois homens, dentro de um supermercado, iniciada porque um deles tinha parado na vaga no estacionamento destinada às pessoas com deficiência.

Karyn diz: “Uma briga em um supermercado de Porto Alegre acabou mal para um empresário que defendeu o direito dos deficientes físicos”. Carlos Nascimento completa: “Ele deu uma bronca no motorista que parou na vaga para deficientes e apanhou tanto que teve que ser levado para o hospital”. São 12 segundos de fala dos dois.

A matéria tem início, então, contando como aconteceu o fato, mostrando imagens do circuito interno do estacionamento do supermercado. “O símbolo indica que a vaga é reservada. Mesmo sem ser deficiente físico, o motorista deste carro estaciona. Um empresário que parou na vaga ao lado o repreende”. O VT¹⁵ apresenta as cenas da briga, também filmadas pelo circuito interno. “Dentro da loja, a briga começa. O comerciante Rudicir de Freitas joga objetos no empresário Leo Mainardi. Os dois se agriem. Na confusão, Rudicir usa esta barra de ferro para bater na cabeça de Leo”.

A reportagem passa a contar como foi o atendimento do ferido, Leo, em um hospital particular de Porto Alegre, e explica que ele passou por uma cirurgia de emergência. Adriana, a esposa de Leo, que estava no local da briga, entra em sonora: “Meu marido simplesmente queria um direito que é do cadeirante. E ele veio com agressão. Ele estava transtornado”. Segue o VT dizendo que o agressor prestou depoimento e que sete testemunhas seriam ouvidas pelo delegado.

¹⁵ Termo substituto de reportagem, matéria.

Neste momento, a repórter revela no texto que o agredido tem uma filha cadeirante: “A esposa de Leo conta que o empresário tem uma filha de 24 anos que usa cadeira de rodas. Calessa sofre de paralisia cerebral e a família sente na pele o desrespeito aos direitos dos deficientes”. Neste trecho, a matéria veicula imagens da esposa e foto da filha do casal, em uma cadeira de rodas. E finaliza com a entrevista da esposa, coberta por cenas do carro estacionando na vaga para pessoas com deficiência e da briga: “O momento que meu marido passar ... ou ver alguém estacionado no local de deficiente ele sempre vai reivindicar, ele sempre vai cobrar”.

A matéria fecha com 1’32”. Em 12” de nota-pé¹⁶, Carlos Nascimento e Karyn Bravo tecem comentários. Ele diz: “A gente ouve a toda hora que o Brasil está se tornando um país de primeiro mundo, mas enquanto tivermos cenas deste tipo...”. E Karyn: “É... Estamos longe disso, né”.

Logo na cabeça do VT, encontramos o termo “deficientes físicos”. Como vimos em nosso estudo, na metade da década de 90 entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje. Segundo colocações de Vivarta em nosso trabalho, é preferível a expressão “pessoa com deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo. Neste caso, deve-se suprimir a palavra “físicos”. Deve-se usar apenas como nome genérico, sem especificar o tipo, mas referindo-se a todos os tipos. “Alguns profissionais, não-familiarizados com o campo da reabilitação, acreditam que as deficiências físicas são divididas em motoras, visuais, auditivas e mentais. Para eles, deficientes físicos são todas as pessoas que têm deficiência de qualquer tipo” (VIVARTA, 2003, p. 161).

A pessoa com deficiência citada na matéria é Calessa, a filha de Leo Mainardi, o agredido. A mulher de 24 anos não tem voz na reportagem, ela não entra em sonora. Somente

¹⁶ É a finalização da reportagem, em um texto curto, lido pelo (a) apresentador (a).

a mãe dela discute sobre o assunto e sobre a reivindicação do marido ao direito dos deficientes.

Neste trecho, destacamos o Off¹⁷ da repórter Ediene Ferigollo que ressalta que Calessa SOFRE¹⁸ de paralisia cerebral. A palavra “sofrer” coloca a pessoa em situação de vítima e, por isso, provoca sentimentos de piedade. Somente dizer que ela tem paralisia cerebral já seria o suficiente.

Mas é interessante que a repórter, por sua vez, chama atenção para o fato de que sujeitos com deficiência são desrespeitados em seus direitos, muitas vezes, vivenciados em conjunto com seus familiares.

Sobre os comentários, ao final, dos apresentadores do *SBT Brasil*, percebemos no texto a ausência de uma preocupação maior em citar este desrespeito. Avaliam somente a questão da violência da briga em si, sem dar ênfase à falta de conscientização do cidadão com o estacionamento de veículo em local reservado para pessoas com deficiência, previsto em lei.

A análise dos elementos audiovisuais nos diz pouco, uma vez que temos somente uma única foto de Calessa, que aparece no vídeo por 8 segundos, em movimento de zoom¹⁹, em 1’14” do VT. Temos ainda imagens do estacionamento com o símbolo no chão indicando a vaga para pessoas com deficiência, imagens estas que são reprisadas ao fim da reportagem. Por todo este conjunto, consideramos a reportagem de caráter negativo.

Dois dias após, temos a suíte²⁰ do caso.

- Quinta-feira, 22.04.2010

O apresentador Carlos Nascimento relembra o caso: “O comerciante que bateu num empresário por causa de uma vaga para deficientes físicos em Porto Alegre disse que

¹⁷ É a parte da notícia gravada pelo repórter ou pelo apresentador, para ser conjugada com as imagens do fato, sem que o rosto de quem faz a leitura apareça no vídeo.

¹⁸ Nesta análise, por vezes, daremos ênfase (com grafia em caixa alta) às palavras consideradas preconceituosas encontradas nos textos das reportagens.

¹⁹ Aproximação de imagem da câmera.

²⁰ Notícia que é desdobrada em cima de fatos novos.

está arrependido. A briga aconteceu quando um mandou o outro tirar o carro da vaga reservada para deficientes”.

Tem início a matéria de 1’24”. As primeiras imagens são da filha do agredido visitando o pai hospitalizado em Porto Alegre. “Leo está nesta cama de hospital porque defendeu o direito de pessoas como a filha dele, Calessa. A garota, que tem paralisia cerebral, visitou o pai”. Daí a reportagem relembra a briga, utilizando imagens de arquivo²¹. E, em seguida, o repórter comenta a questão do desrespeito à lei na cidade. Segue a sonora de um motorista estacionado em vaga reservada para pessoas com deficiência. “Mas eu estou dentro do carro. Se chegar um deficiente ali eu tiro o carro”. O Off comenta que parar indevidamente em vaga reservada é infração leve, com multa no valor de R\$53. E o motorista perde três pontos na carteira de habilitação, além de ter o carro removido. Segue a passagem²² do repórter Andrei Rossetto: “Nos estacionamentos privados não se aplica a multa ou qualquer tipo de penalidade. Em locais como supermercados, cabe aos donos orientar os clientes para deixar livre essas vagas. Mas muita gente dá um jeito de estacionar mais perto da porta”. O off e a sonora seguintes trazem a declaração de Rudicir, o agressor. Ele alegou que não tinha vista o símbolo na vaga reservada. “Peço desculpas para ele, para família dele, principalmente para filha dele, os deficientes que estão me achando um monstro”.

E a reportagem encerra com a resposta de Leo à declaração de Rudicir. Diz aceitar as desculpas mas não a agressão. “Porque se ele tivesse me matado, que foi um detalhe só porque eu ainda estou aqui... Ele iria lá na minha filha, na cadeira de rodas, e pedir desculpa para ela? Eu matei o teu pai mas tô arrependido?”.

²¹ Imagens utilizadas quando não há VT de cobertura do dia. Ou quando o assunto é retomado, no caso, Vts Suítes.

²² Se traduz como a ligação entre trechos de uma reportagem, servindo como ponte no caso de coberturas feitas em dois ou mais lugares distintos, É também chamada de passagem do repórter, utilizada no meio da matéria para destacar a presença do repórter no local onde se desenrola o fato. É a assinatura do repórter.

Carlos Nascimento dá início aos comentários: “Nós comentamos outro dia que este fato demonstra o quanto nós brasileiros estamos longe do primeiro mundo, né”. Karyn Bravo afirma e Nascimento completa: “E teve um entrevistado aí que comentou o seguinte: ah, eu estou na vaga proibida e se vier alguém eu tiro. Falta dizer que lá fora, nos países de primeiro mundo não é assim, não”.

Observamos neste caso que, na cabeça da matéria os erros persistem. Encontramos novamente o termo “deficientes físicos” e citam a vaga reservada para “deficientes”. O melhor seria pessoas com deficiência.

Calessa, a filha de Leo Mainardi, continua sem voz na reportagem. Dessa vez, a imagem mostra a presença dela no hospital, visitando o pai, mas não há qualquer opinião da personagem, que tem uma deficiência, sobre o fato em questão, o desrespeito, a agressão.

Uma mudança notada é que Calessa já não é mais apresentada como a pessoa que SOFRE de paralisia cerebral. O repórter cita: “A garota, que tem paralisia cerebral visitou o pai”. Nota-se aqui o uso de “garota” para uma mulher de 24 anos. Neste caso, Calessa foi infantilizada somente porque tem deficiência? Não justifica o uso do termo.

Ainda no primeiro Off da matéria, temos “... Rudicir de Freitas que parou em uma vaga para DEFICIENTES FÍSICOS em um supermercado”. Mais uma vez, chamamos atenção para este uso. Como vimos, a linguagem tem papel fundamental na questão da representação. Retomando Vivarta, a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível “pessoas com deficiência”.

Vemos que na sonora do entrevistado, estacionado indevidamente, a palavra “deficiente” retorna, reforçando como o termo está fortalecido no meio social. Mais adiante, na sonora de Rudicir, novamente: “... os deficientes que estão me achando um monstro”.

Na entrevista de Leo, ao final, encontramos: “Ele iria lá na minha filha, na cadeira de rodas, e pedir desculpa para ela?”. Não seria desnecessário o uso “na cadeira de rodas”? Isso qualifica a filha dele?

Desta vez, os comentários dos apresentadores são mais consistentes em relação à questão do desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência. Nascimento cita o exemplo do entrevistado e alerta sobre a “paradinha rápida” em local proibido, com vaga reservada. O apresentador faz um alerta para o assunto.

Sobre a análise dos elementos audiovisuais, temos 9 segundos de imagens de Calessa logo no início da reportagem, quando cita a visita que fez ao pai. Ela aparece sorridente, ao lado da cama, sentada à cadeira de rodas, de mãos dadas com o Leo. No fim da reportagem, temos mais 11 segundos da mesma imagem, cobrindo a fala do pai dela quando diz não aceitar a agressão. As imagens não são representativas quanto ao posicionamento da pessoa com deficiência em questão.

Interessante são as imagens de flagrante de pessoas com o carro estacionado indevidamente em vagas reservadas para pessoas com deficiência. A câmera deriva da placa de proibido estacionar para os veículos. Isso acontece antes de entrar o personagem entrevistado e, logo após, quando o repórter aborda as penalidades para o caso.

Apesar de muitos erros persistirem nesta matéria, acreditamos que houve uma melhoria no tratamento do assunto e a discussão foi ampliada. E, assim, a reportagem está classificada como positiva.

Em nossos estudos, de acordo com Victor Gentili, vimos que esta ação se relaciona com o direito à tutela, uma informação que torna público os direitos sociais ou se constitui ela mesma no próprio direito social.

Quase uma semana após a esta reportagem, temos o terceiro foco de nossa análise.

- Quarta-feira, 28.04.2010

A apresentadora Karyn Bravo anuncia o assunto da próxima matéria do SBT Brasil: “O primeiro marcapasso de diafragma instalada por médicos brasileiros pode trazer esperança para tetraplégicos que têm dificuldade para respirar”. Agora, Carlos Nascimento informa que um jovem de 20 anos, que nunca saiu da cama, foi o primeiro a usar o aparelho em fase experimental.

A reportagem tem início com um *sobe som*²³: a mãe conversa com o filho que está deitado em uma cama, ligado a aparelhos. O *Off*, na sequência, diz: “A mãe avisa e desliga o respirador. Uma conquista depois que Maurício recebeu o marcapasso que estimula o diafragma”. Em sonora de um médico, a reportagem explica a função do diafragma e do marcapasso. E volta o *Off*: “O jovem sofre de seringomelia, doença que paralisa os nervos situados na altura da nuca. Entre eles, o que faz o diafragma trabalhar”.

Em arte²⁴, é explicado como o marcapasso controla a frequência respiratória. E continua em *Off*: “A cada dia o paciente fica mais tempo longe do respirador, e não é portátil, funciona apenas a eletricidade”. É inserida, então, a passagem da repórter Simone Queiroz, que segue da porta do quarto até chegar à cama onde Maurício está: “No prazo de 3 a 6 meses o Maurício poderá respirar 24 horas por dia, apenas com a ajuda do marcapasso. Trata-se de uma grande mudança para quem sobreviveu nos últimos dois anos limitado a cama de casa ou aqui no hospital”.

Utilizando imagens de arquivo, é citado o caso de Maurício como semelhante ao do ator Christopher Reave, o *Super Man*, que ficou tetraplégico após um acidente.

Entra a sonora de outro médico: “Essa é uma perspectiva para os pacientes brasileiros tetraplégicos, com problemas de respiração, de conseguirem ter uma autonomia

²³ Usado com o próprio som ambiente captado na cena ou pode ser usado com fundo musical e imagens da matéria.

²⁴ Todo material que ilustra o texto de TV. Desde um simples desenho ou gráfico até a computadorização.

que eles nunca tiveram, de respirar, de falar”. Com imagens do marcapasso, em close²⁵, da mãe ao lado da cama do filho, a reportagem diz que “com o marcapasso, que custou 150 mil reais, a família espera uma nova rotina”. E completa com a sonora da mãe Miriam: Um churrasco, poder participar, ir ao quintal tomar um pouco de sol. Essas coisas comuns do dia-a-dia que normalmente não era, agora vai ser”.

A reportagem, de 1’40”, finaliza dizendo que “Maurício sonha com a faculdade e mais”. Segue a fala de Maurício: “Bem mais alegria!”.

Em nossa análise, avaliamos que a chamada da matéria feita pelos apresentadores não teve problemas.

Na reportagem, considerada como positiva, destacamos alguns momentos. Primeiramente, entendemos que o assunto abordado pode não ser de conhecimento de muitas pessoas, desde a deficiência apresentada pelo jovem como a inovação do uso do marcapasso, que poder ser certeza de uma vida com mais autonomia para pessoas com deficiência como a dele. Portanto, acreditamos que o tema apresentado foi de grande valia. Vimos aqui a importância da televisão, cumprindo seu papel de repasse de informações de interesse público.

Na passagem da repórter, diz que Maurício ficou limitado a cama de casa ou ao hospital. Como é comum encontrarmos em muitas matérias, neste caso, alguns jornalistas insistiriam em dizer que o jovem ficou PRESO a cama. Reforçamos que essas expressões provocam sentimento de piedade, desnecessário às pessoas com deficiência.

Houve sensibilidade na condução da matéria, salvo pequenos deslizes que apontamos. O uso do termo SOFRE de seringomelia aparece na matéria e neste estudo já foi colocada como uma expressão associada à vitimização da pessoa com deficiência, portanto,

²⁵ Um tipo de plano em que o cinegrafista que mostrar detalhes. Como de um rosto, por exemplo.

inadequada. Quando cita o caso do Super Man, a repórter não teve erros e disse que ele “ficou” tetraplégico.

A fala de Maurício encerrando o VT dá, assim, voz à pessoa com deficiência. Apesar da dificuldade de fala do jovem, a sonora dele não foi omitida da reportagem, traduzindo o sentimento do personagem com as mudanças e inovações trazidas pelo marcapasso. Aqui Maurício torna-se um personagem comum, que ganha espaço na reportagem. Questionamos: por que não dar voz às pessoas com deficiência? Remetemos aos estudos apresentados aqui que abordam que os sujeitos ao serem representados na mídia têm suas identidades construídas discursivamente. E que os atores sociais marcam sua experiência no mundo através da palavra.

Apesar da reportagem ter um enfoque essencialmente médico sobre a deficiência, percebe-se que a tecnologia apresentada trará mais qualidade de vida para Maurício e, ainda mais, inclusão no ambiente familiar, em um primeiro momento e, conseqüentemente, inclusão pessoal e social. Essa realidade está expressada na fala final da mãe que diz que ele poderá agora participar até do churrasco em casa.

Destacamos no mapa de codificação dos elementos audiovisuais o peso da imagem quando a repórter diz que Maurício sofre de seringomelia. Em close do rosto dele, a impressão que se tem é de um jovem apático, sem muitas reações ao mundo externo. Mas, em outros momentos da reportagem, fica claro que essa imagem não condiz com a realidade. Na gravação da passagem da repórter, por exemplo, Maurício vira o rosto e olha para ela algumas vezes. Com a mãe também há essa interação. E no final da matéria, quando diz que ele sonha com a faculdade, as cenas mostram desenhos feitos por ele, sinal de que ele é uma pessoa ativa em várias funções. Quando Maurício dá entrevista, essa imagem formada inicialmente sobre sua pessoa se desfaz. Mas observamos como o elemento audiovisual, casado com o poder da palavra, traz forte representação.

Lembramos que segundo as novas definições da Organização Mundial de Saúde, todo ser humano tem funcionalidades, mas algumas pessoas não são capazes de exercê-las da mesma forma que outras. Cada um tem sua particularidade, da mesma maneira que temos pessoas destros e outras canhotas.

Após uma semana, temos para análise uma nota coberta sobre um espanhol que teve o rosto transplantado.

- Terça-feira, 04.05.2010

Carlos Nascimento lê a cabeça da nota: “O espanhol que teve mais da metade do rosto transplantada apareceu em público pela primeira vez”.

O texto diz que ao sair do hospital, Rafael agradeceu aos médicos e disse que agora quer ficar longe da imprensa e da televisão. Aí entra uma fala curta de 1 segundo dele agradecendo. E segue o Off: “O espanhol passou por uma cirurgia de 30 horas para substituir mais de 60% do rosto por causa de uma doença congênita. Apenas 11 transplantes de rosto foram feitos até hoje em todo o mundo”.

A nota, apesar de curta – 19 segundos apenas – é interessante e classificada em nossa análise como positiva por mostrar uma doença que poucos conhecem e apresentar tratamentos que podem provocar mudanças na vida da pessoa com deficiência. Esclarecemos que a deficiência, neste caso, é física, condição provocada pela doença congênita que a matéria diz que ele tem. Retomamos a caracterização da deficiência física vista aqui, que aponta como uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênicas ou adquiridas. Percebemos que Rafael tem também dificuldade na fala.

Ainda assim, mais uma vez o personagem com deficiência ganha voz em reportagem, apesar do tema ser tratado de forma indireta.

A matéria traz imagens do espanhol saindo do hospital, abraçando os médicos e dando entrevista como uma pessoa comum. Mesmo tendo deformações no rosto – para muitos, isso seria o motivo para se esconderem das pessoas - Rafael aparece e dá entrevista. E a imprensa acompanhou, com a mesma naturalidade do rapaz, o desenvolvimento do assunto. É isso que chamamos de uma sociedade inclusiva, onde todos têm vez e voz.

- Sábado, 08.05.2010

Sob o comando dos apresentadores esporádicos, Cíntia Begnini e Rodolpho Gamberini, o *SBT Brasil* traz uma reportagem sobre uma jovem que foi queimada dentro de um ônibus, episódio provocado por traficantes no Rio de Janeiro.

O Off inicial diz: “O reflexo de uma jovem que tenta sobreviver com 50% do corpo queimados”. Seguimos para a passagem da repórter, localizada aos 50 segundos da matéria: “Ana Sheila vai precisar fazer fisioterapia todos os dias para recuperar o movimento da mão, do pescoço e dos pés. É um longo processo de recuperação. Mas as sequelas vão além das marcas no corpo”. As imagens desta passagem mostram Ana Sheila sentada na cama, ao fundo da repórter, fazendo exercícios com uma bola na mão.

No final da reportagem de 1’31”, Ana Sheila completa: “Eu pretendo voltar minha faculdade, voltar meu trabalho. Ter minha vida social de volta. Sair nas ruas sem que as pessoas fiquem olhando, sem que fiquem perguntando o que aconteceu, o que foi isso. Só quero ter minha vida normal”.

Nesta reportagem, o que percebemos é o exemplo de uma deficiência adquirida, no caso, provocado por um acidente. A estudante ficou com lesões que impossibilitam os

movimentos completos. Percebemos, assim, que todos os indivíduos são potencialmente passíveis de se tornar pessoas com deficiência.

Aqui verificamos como tudo que sai do que é “dito normal” à sociedade chama atenção. Além do absurdo do incêndio provocado por traficantes, que causou problemas a vida de terceiros, ficamos abismados com a fala da estudante, com o preconceito que vive desde que ficou com seqüelas. “Só quero ter uma vida normal”, afirma ela. Ana Sheila também se coloca em situação de inferioridade. Há que se considerar aqui que, no passado, a desinformação a respeito das pessoas com deficiência era tamanha que se permitia a crença fundamentada na ideia de anormalidade em relação aos indivíduos com alguma deficiência. Hoje, a normalidade em relação às pessoas é um conceito questionável e ultrapassado.

Neste caso específico, não fizemos uma análise aprofundada nem de texto nem do audiovisual já que a reportagem não faz uma relação direta com o assunto deficiência e, portanto, os elementos são pouco relevantes. Há que se pensar que esta matéria entra como exemplo nas estimativas consideradas alarmantes da Organização Mundial de Saúde de que mais da metade dos casos de deficiência poderiam ser evitados. Acreditamos que o assunto poderia ter sido suitado - usando jargão jornalístico para VT de suíte – sobre as políticas públicas de apoio a quem já desenvolveu alguma deficiência ou aquelas que, preventivamente, orientam a quem possa vir a adquiri-la.

Ressaltamos que aqui encontramos um jornalismo distante de sua responsabilidade profissional, sem informações necessárias à vida social. Neste caso, não foi respeitado o direito à informação.

Tomamos este exemplo ainda de como a mídia, de um modo geral, tem dificuldades em explorar o tema Deficiência segundo uma abordagem mais ampla. Assim, consideramos que a matéria teve um caráter negativo e preconceituoso.

A seguir, foram três semanas – 18 edições do telejornal - sem qualquer tipo de notícia sobre as pessoas com deficiência.

- Segunda-feira, 31.05.2010

Carlos Nascimento anuncia que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mandou o Hospital do Coração indenizar e pagar pensão vitalícia a um empresário. Karyn Bravo complementa: “Para os desembargadores, o empresário ficou tetraplégico em consequência de um erro durante um exame de cateterismo”.

A reportagem começa com imagens do empresário que anda em cadeira de rodas: “Um exame considerado simples pelos médicos quase custou uma vida. Há dez anos o empresário Sérgio Rossi ficou tetraplégico depois de ser submetido a um cateterismo no Hospital do Coração, em São Paulo”.

Na sonora, Sérgio diz: “Eu perdi todos os movimentos, fiquei completamente paralisado”. A matéria segue, em arte, explicando como funciona o exame de cateterismo e entrevista do médico citando os riscos mínimos do procedimento.

A repórter, em passagem, conta que a família resolveu processar o hospital pelo que consideram como erro. Segue, em Off, dizendo que o Hospital do Coração terá que pagar a indenização e que a instituição vai recorrer da decisão da Justiça. Segue em Off: “Para Sérgio, a batalha jurídica não é nada se comparada à luta pela vida”. E Sérgio finaliza: “O quanto eu viver, eu vou viver preso a essa cadeira e tentando fazer alguma coisa”. A matéria é apresentada em 1’33”.

Em nota-pé, a apresentadora reafirma que o Hospital vai recorrer porque os laudos da perícia não comprovam que a lesão na espinha foi causada por um erro no exame.

Para nossa análise, chama a atenção o sentimento de vitimização em relação à deficiência. O Off diz que “a batalha jurídica não é nada se comparada à luta pela vida”. Pelo

que parece, o empresário ficou limitado nos seus movimentos. A tetraplegia provoca a paralisia das quatro extremidades, superiores e inferiores, juntamente à musculatura do corpo. Há, portanto, a perda total ou parcial do movimento das pernas e braços. Mas nada impede que siga a vida, adaptado às suas novas limitações. O preconceito parte do próprio cadeirante, que entra com sonoridade na matéria por duas vezes: “...eu vou viver preso a essa cadeira”. Os termos “preso”, “confinado” e “condenado” provocam os sentimentos de piedade.

Os elementos audiovisuais também reforçam essa ideia. As imagens do empresário sempre focalizam a cadeira de rodas, os planos²⁶ são sempre de cima para baixo. Ou quando abertos, o cadeirante aparece em movimento, sendo empurrado por alguém. No trecho citado que diz sobre a luta pela vida, temos um contra-luz²⁷ da cadeira, elemento sempre reforçado no audiovisual da reportagem. A deficiência dele está condicionada diretamente ao uso da cadeira de rodas, que o torna, segundo a colocação da reportagem, uma pessoa dependente, incapacitada.

Ao longo desta pesquisa apresentamos as explicações de Silva (2005b), que aqui remetemos novamente, quando afirma que ao utilizar na mídia uma imagem em detrimento de outra, escolhas vão sendo feitas. E isto produz significados às representações feitas nos meios de comunicação.

Entre outros motivos, este seria o principal que classifica a matéria como negativa.

Na mesma semana, de terça a sexta, o *SBT Brasil* apresentou uma série chamada *Mania de Cachorro*, que tratava de várias questões relacionadas ao animal. Na última reportagem da série, abordaram os cães que ajudam em determinadas ações e tratamentos. O assunto da deficiência ficou evidente quando citaram o cão-guia, que auxilia pessoas cegas.

²⁶ Grau de angulação ou de abertura da câmera em relação à pessoa ou foco. Plano geral, americano (de busto), panorâmico, close up (ou somente close), big close.

²⁷ É a luz que localiza-se atrás da pessoa que está sendo gravada. Tem a finalidade de moldar o rosto da pessoa, em alguns casos - em sua maioria - com o intuito da não-identificação da mesma.

- Sexta-feira, 04.06.2010

A apresentadora Karyn Bravo, também repórter da matéria, faz a chamada: “A gente conheceu o trabalho de pessoas que usam o cachorro para combater o crime e pessoas que precisam deles até para curar doenças.

Os primeiros 1’42” iniciais da reportagem são voltados para explicar sobre os cães treinados para localizar drogas, celulares e usados em cerco aos bandidos, nas cidades de Diadema e Ribeirão Preto, em São Paulo.

Nos 38 segundos seguintes, temos a história do cão-guia. Entra sobe som do personagem cego Sílvio descendo escadas para estação de ônibus, acompanhado do cão. Segue em Off: “Encontrar o caminho para Sílvio é o papel de Naná”. Aparece uma arte do mapa do Brasil localizando a cidade de Sobradinho. Em seguida, em Off: “Todos os dias saem de Sobradinho, a cidade satélite de Brasília, e vão de ônibus até o trabalho”. As imagens, casadas com o texto, mostram exatamente os dois caminhando, subindo no ônibus e posicionados dentro do coletivo em vaga reservada.

Sílvio é entrevistado na reportagem. Escutamos a voz dele e entra o crédito²⁸. Mas a figura dele não aparece no vídeo. “Este trecho é um trecho que eu faço todos os dias e é um exemplo de tudo que uma calçada não deve ter, ou seja, buracos, postes”. A sonora é coberta com imagens que demonstram esta fala dele.

O Off seguinte traz dados sobre a deficiência visual no país. “O treinamento de um cão-guia custa, em média, 25 mil reais. Uma ajuda que está longe de ser uma realidade para os mais de 5 milhões de cegos no Brasil”. As cenas agora mostram o Sílvio chegando ao trabalho, subindo as escadas com Naná ao lado.

²⁸ Caracteres. Identificação dos entrevistados, repórteres, dados de pesquisa, endereços e ficha técnica que aparece no vídeo.

A reportagem continua agora tratando sobre os cães que ajudam no tratamento de crianças que estão doentes. São mais 1'30" até o fim da matéria, que fecha em 3'51".

A série *Mania de Cachorro*, no geral, tem um tom mais descontraído, apresentando o melhor amigo do homem e da mulher. Esta reportagem, especialmente no trecho que menciona o cão-guia, deu o recado com seriedade sobre o assunto. E ainda mostrou que a deficiência não é empecilho para nada. O personagem cego se locomove de casa para o local de trabalho, saindo de uma cidade para outra.

O trecho ainda traz dados relevantes, ressaltando o custo elevado que ficam, no caso, as adaptações para o cego ter uma vida social plena, como a ajuda de um cão-guia. Além disso, salienta críticas, através da sonora de Sílvio, sobre a falta de acessibilidade no espaço físico da cidade. Mostra que o cego teve que se adaptar à sociedade e, não o contrário. A matéria faz uma chamada pela política inclusiva, para que a sociedade receba essa minoria, com respeito aos seus direitos.

Nosso personagem com deficiência tem espaço e ganha voz na reportagem. Ficamos incomodados com relação ao fato do rosto dele não aparecer no vídeo. Nosso questionamento fica sem resposta sobre o motivo desse não aparecimento. Pelo que sabemos em termos de edição de imagens, o ideal seria que Sílvio aparecesse na tela, ainda que rapidamente e, em seguida, a fala dele fosse encoberta com as imagens. Enfim, conhecemos a figura de Sílvio pelas imagens anteriores apresentadas.

Para conhecimento sobre os termos relativos a esta deficiência, podemos usar cego, pessoa cega e pessoa com deficiência visual. Esta última indica que o deficiente tem uma visão parcial, diferentemente do cego, que não enxerga.

Ainda sobre os elementos audiovisuais, na análise da reportagem anterior citamos que as imagens do empresário tetraplégico sempre focalizavam a cadeira de rodas e, que segundo a colocação da reportagem, o tornava uma pessoa dependente, incapacitada. Aqui, as

imagens estão também há todo momento centradas na figura do cão Naná e no andar de Sílvio. Mas a ideia passada, dessa vez, não é de dependência do personagem cego, pelo contrário. Desta forma, percebemos que as imagens contribuem, sim, no posicionamento dos indivíduos em questão. Mas como elas são reflexo da descrição pormenorizada da narrativa, tendem a fazer uma representação com o mesmo significado que o texto nos diz. Um complementa o outro. Assim, temos aqui a classificação de uma reportagem positiva. Lembremos que quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. A representação feita aqui deu suporte e sustentação para uma identificação positiva da pessoa com deficiência.

No dia seguinte, localizamos mais uma reportagem para nossa análise.

- Sábado, 05.06.2010

Com apresentação de Cíntia Begnini e César Filho, o SBT Brasil trouxe uma reportagem sobre um campeonato brasileiro pouco tradicional.

Cíntia Begnini lê a cabeça: “No Campeonato Brasileiro de Futebol Digital pouco importa a habilidade com os pés na hora de jogar bola”. César Filho emenda: “Craques são aqueles que marcam gols com as mãos, no controle remoto.”

São 1’40” de uma reportagem leve e descontraída, trazendo imagens de jogo na tela do computador. “Gramado bonito, bola nova. Mas aqui é só enfeite. O futebol dessa turma rola pelos cabos. É digital, moderno”.

Segue comentando dos jogadores que vêm de várias partes no país para o campeonato. Em Off: “Marcelo chegou do Recife e deu de cara com o famoso nesse campinho”. O competidor Marcelo explica a história: “Logo na primeira fase vou pegar o Cavalo de Óculos que é um dos melhores jogadores do Brasil”. Então, o repórter pergunta: “pegar quem?”. E Marcelo responde: “Cavalo de Óculos”.

O repórter brinca com a mãe do jogador sobre esse apelido e ela conta a confusão na hora que ligam para casa dela. Dona Antônia diz: “Pedem para falar com o cavalo. Aí eu falo: cavalo? E eles falam: é”.

Mostrando imagens do Marcelo sentado ao lado do tal Cavalo de Óculos, que é cadeirante, o Off na sequência completa: “Não adianta agora tapinha nas costas. Como Bicampeão Paulista é dose, cavalar mesmo!”. Entra sonora do campeão Henrique, o Cavalo de Óculos: “Eu tenho que jogar de igual para igual com eles”.

O restante da reportagem apresenta a rivalidade Brasil e Argentina, que também acontece no jogo virtual. E revela grandes defesas e jogadas dos craques virtuais, os mesmos do futebol de campo tradicional, como Júlio César, Adriano, Pato, entre outros.

O grande destaque dessa matéria é que o foco principal era justamente fazer uma abordagem sobre o campeonato virtual e a paixão desses jogadores. Não importava dizer que o craque principal era cadeirante. A imagem disse por si só. Em um movimento de *travelling*²⁹, visualizamos os jogadores concentrados, com manetes na mão, e, de repente, o movimento sai de um canto, “passeia pela cadeira de rodas” e chega ao rosto do campeão Henrique. Aí entra a sonora dele. Só assim percebemos que o craque é um cadeirante. Aqui temos a explícita representação das pessoas com deficiência enfocadas em matérias entre outros indivíduos comuns. É um exemplo de respeito ao sujeito em sua identidade e diferença, como ser único e singular. É resultado da luta pelo reconhecimento da identidade no nível da esfera pública, segundo Barbalho (2009), justamente neste diálogo com o externo, onde atua a política da diferença.

Na sonora de Henrique, quando ele diz ter que jogar de “igual para igual” não sabemos se faz referência ao fato de ser uma pessoa com deficiência ou se é por ser campeão e ter que jogar com outros menos experientes. Esperamos que seja essa última hipótese.

²⁹ Imagens panorâmicas em que a câmera “passeia” pelos objetos.

Com esse exemplo, podemos mais uma vez reforçar que as pessoas com deficiência possuem, sim, algumas limitações. Para determinados funções e ocasiões. Mas em outras, não encontram dificuldades. Todos nós temos nossas limitações e dificuldades. No caso das pessoas com deficiência, isso fica somente mais visível. Mas não os tornam incapazes de realizar atividades do dia-a-dia. Este é outro exemplo de reportagem classificada como positiva.

Acompanhamos mais 8 edições do *SBT Brasil* até o dia 15 de junho e nenhuma outra matéria foi exibida com referências diretas ou indiretas ao assunto deficiência. Assim, encerramos a primeira parte da análise.

Ficamos durante dois meses sem o acompanhamento detalhado do telejornal. Retomamos o trabalho em 16 de agosto e estendemos até 18 de setembro.

Ao final da primeira semana, localizamos mais uma reportagem para a nossa análise.

- Sábado, 21.08.2010

A reportagem é sobre novidades na ciência. Karyn Bravo diz na cabeça: “A partir de células-tronco retiradas de dente de leite, pesquisadores brasileiros estão tratando de pessoas com problemas na visão ou que ficaram cegas”. Carlos Nascimento informa que os primeiros testes para recuperar córneas começariam já no mês de setembro.

A reportagem tem início com imagens de um rapaz cego caminhando e de um garotinho na cadeira do dentista. O Off diz: “Voltar a enxergar para sorrir. Ou neste caso, sorrir para voltar a enxergar. É a partir do dente de leite que pesquisadores do Instituto Butantan e da Universidade Federal de São Paulo pretendem recuperar pacientes com lesões nas córneas”. Na sequência, o texto anunciado explica como a polpa do dente de leite age no olho lesionado. A sonora do médico traz fundamentos sobre a adaptação das células-tronco do dente de leite à córnea.

A passagem da repórter Solange Boulos, feita dentro de um laboratório, informa o foco da pesquisa: “A técnica é indicada para quem não enxerga ou por quem tem lesões na córnea causadas por traumas, queimaduras, alterações genéticas ou até mau uso das lentes de contato. Hoje pacientes com esses problemas passam por transplantes de córnea, o que em muitos casos provoca rejeição. O novo procedimento, garantem os médicos, reduz esse risco a quase zero”.

A sonora de um médico, na sequência, reforça o baixo risco de rejeição. A matéria anuncia que os testes iniciais foram feitos com coelhos e que, a partir de setembro, humanos receberão as aplicações. Um personagem que será submetido ao procedimento é apresentado. “Luciano foi um dos pacientes selecionados. Há seis anos ficou cego por causa de uma doença que destrói as córneas. Já enxerga, na nova técnica, a esperança de cura”. A entrevista dele finaliza a matéria, de 1’40” no total: “Quando eu ouvi o doutor falando que tinha feito essa experiência com os coelhinhos e eles já estavam enxergando eu chorei. Praticamente... porque eu chorei por dentro porque lágrima eu não tenho, mas eu cheguei a chorar mas de felicidade”.

Como meio de análise, nos chama atenção o primeiro Off: “Voltar a enxergar para sorrir. Ou neste caso, sorrir para voltar a enxergar”. Cientes do trocadilho que a repórter quis fazer entre sorriso/dente de leite/cegueira/enxergar, ressaltamos que a forma como a expressão foi colocada aparenta preconceito. O cego só será feliz, só voltará a sorrir quando voltar a enxergar? Isso reforça o quadro de uma matéria de cunho negativo para o assunto.

Lembramos aqui que a linguagem tem papel fundamental na questão da representação e são responsáveis por construir imagens em nossas mentes, de acordo com Ribas (1985). Portanto, o cuidado no uso das palavras não deve ser percebido apenas como preciosismo linguístico.

Na passagem da repórter, entendemos que a técnica é indicada para quem é cego ou para quem é deficiente visual. Sobre este último, a reportagem nos diz como essa deficiência pode ser adquirida: traumas, queimaduras, alterações genéticas ou até mau uso das lentes de contato. Neste trecho, nossa lembrança retoma uma afirmativa neste trabalho que, mais da metade dos casos de deficiência poderiam ser evitados, segundo a OMS.

Chamamos atenção para o modo como a deficiência é apresentada, essencialmente sob o ponto de vista médico, que considera a mesma como uma doença. Recorremos ao Manual de *Mídia e Deficiência* para melhores explicações:

O enfoque médico reforça na sociedade a busca pela “cura” da deficiência, identificando-a, então, como um problema que precisa ser solucionado basicamente por terapias, novas tecnologias e medicamentos. Essa perspectiva contraria a certeza de que a qualidade de vida de uma pessoa com deficiência depende diretamente da inclusividade nos ambientes familiar, pessoal e social (VIVARTA, 2003, p. 126).

Essa ideia de cura está presente no Off que cita o personagem Luciano: “Há seis anos ficou cego por causa de uma doença que destrói as córneas. Já enxerga, na nova técnica, a esperança de CURA”.

Não queremos dizer que a mídia não deve levantar a bandeira de novos tratamentos que podem reverter algumas deficiências, mas acreditamos ser fundamental também o debate sobre a questão da inclusão social dessas minorias.

Analisamos as imagens apresentadas logo no início da reportagem, quando foi utilizado o trocadilho. O garoto, que enxerga, aparece sorrindo. O cego, que caminha pelas ruas, não. Reforçamos o poder da imagem quando associada a palavras ditas sem zelo. Voltamos a perguntar: o cego só será feliz quando voltar a enxergar?

Com certeza, não se deseja a deficiência, mas só a partir do seu reconhecimento é possível avançar em um processo de inclusão.

Dois dias após essa reportagem, o *SBT Brasil* anunciou uma feira para pessoas com deficiência.

- Terça-feira, 24.08.2010

O apresentador Carlos Nascimento faz a leitura da cabeça da reportagem: “Uma feira no Rio de Janeiro apresenta novidades tecnológicas para facilitar a vida dos deficientes físicos. Como um óculos que funciona como mouse do computador”.

A reportagem, de 1’43”, já começava dando bons exemplos do que está por vir: “Uma escada no caminho. Aos olhos da maioria, nada demais. Mas para quem precisa de uma cadeira de rodas é como uma porta que se fecha. O elevador portátil corrige uma velha deficiência: a falta de rampas. Já essa cadeira foi desenvolvida para pessoas com lesões graves. O sopro é a única fonte que controla a velocidade e a direção”. O engenheiro, criador da invenção, explica o funcionamento da cadeira através do sopro.

Outras inovações são apresentadas no Off: “Soprando também é possível navegar na internet. O valor é que é de tirar o fôlego: 18 mil reais. Rodas sob rodas. As antigas piras romanas que inspiraram o inventor deste triciclo para deficientes. Custa 15 mil reais”.

O repórter Marco Alvarenga faz uma passagem caminhando pela feira e dá o alerta: “Mais inclusão, mais mobilidade. As ferramentas para estas conquistas estão aí. Mas ainda existe uma grande barreira entre a tecnologia e os que mais precisam: o preço. A feira também mostra algumas iniciativas para tentar reduzir esta distância”.

Óculos que funcionam como mouse são apresentados na matéria. O preço convidativo também é realçado: R\$50. Outra novidade de baixo custo é mostrada. São reproduções de partes do corpo humano, feitas para serem tocadas, sentidas. “Com as pontas dos dedos, Dinaldo desvenda o corpo humano por dentro. E descobre como é o coração, como são nossos rins”. O auxiliar de radiologia que é cego dá uma entrevista sobre suas impressões ao toque realizado: “Parece feijão”. Em seguida, um médico finaliza a reportagem de 1’44”:

“São coisas básicas porque a gente não pensa nos que necessitam, cego, surdo, mudo, sem braço, sem perna. Mas a gente tem que pensar nisso também”.

Na cabeça desta reportagem, ainda aparecem termos inadequados, como “deficientes físicos”. E percebemos que os jornalistas responsáveis pela escrita ficaram presos somente às inovações tecnológicas, distantes de uma política inclusiva, salva pela brilhante condução do repórter.

Diferente da matéria anterior, voltada especificamente para os avanços da medicina e que não discutiu a questão da inclusão, esta discute sobre as novidades – relatando um informação de interesse coletivo - sem deixar de tocar na questão da falta de acessibilidade e do despreparo da sociedade para com essa minoria. O repórter chama atenção para isso logo no início. “Uma escada no caminho. Aos olhos da maioria, nada demais. Mas para quem precisa de uma cadeira de rodas é como uma porta que se fecha”. As imagens são de uma senhora na cadeira de rodas em frente a escada e também de um rapaz cadeirante no mesmo local.

Percebe-se, no texto, o uso da palavra MAIORIA, referência pouco encontrada no jornalismo. E ainda critica: “...aos olhos da maioria, nada demais”. E segue: “O elevador portátil corrige uma velha deficiência: a falta de rampas”. Ele aproveita para anunciar o novo invento, mas não perde a chance de falar da ausência de acessibilidade ainda nos dias de hoje.

A ideia da inclusão é esta. Não é somente porque uma pessoa não consegue se locomover que vamos fazer a melhor cadeira possível e só. É preciso atentarmos para como a sociedade recebe essa pessoa com deficiência. Foi isso que a reportagem fez.

A reportagem segue com esta política quando trata do alto custo de um produto que permite o acesso à internet através do sopro. “O valor é que é de tirar o fôlego: 18 mil reais”. Uma vez que a deficiência está diretamente ligada, em sua maioria, às famílias de baixa renda, temos que essa tecnologia é para poucos, como ressalta o repórter também em

sua passagem. “Mais inclusão, mais mobilidade. As ferramentas para estas conquistas estão aí. Mas ainda existe uma grande barreira entre a tecnologia e os que mais precisam: o preço”.

Até aqui, somente os criadores dos inventos tiveram vez. Agora, um cego dá entrevista sobre a novidade que reproduz parte do corpo humano, que pode ser sentido por ele pelo tato. E conta das suas impressões sobre os rins.

Outra sonora relevante é a do médico que finaliza a reportagem: “A gente não pensa nos que necessitam [...]. Mas a gente tem que pensar nisso também”.

Percebemos que, o tempo todo, a reportagem faz menção à questão da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e trata de informações que interessam ao coletivo.

As imagens nos mostram o absurdo dessa não-inclusão, como o desafio que enfrenta uma cadeirante diante de uma escada ou de um cego diante do desconhecimento do corpo humano, quando o ensino é voltado basicamente para os videntes.

A matéria nos deixa questionamentos sobre a estrutura social que vivemos, quando somente um padrão de pessoa vive em igualdade de acesso à educação, de chances de trabalho, de locomoção, entre outros problemas enfrentados ainda pelas pessoas com algum tipo de deficiência. A desigualdade é imposta pela sociedade. Por sua abordagem positiva, assim esteve classificada em nossa análise.

No início da semana seguinte, localizamos uma reportagem que não fazia referência direta às pessoas com deficiência, mas as imagens nos mostraram que esses sujeitos eram alvo do assunto.

- Segunda-feira, 30.08.2010 (1)

Karyn Bravo anuncia que a Justiça mandou contratar médicos peritos para preencher a vaga dos funcionários do INSS que estavam em greve há dois meses. Carlos Nascimento completa dizendo que 400 mil perícias estavam atrasadas, impedindo milhares de brasileiros de receberem os benefícios da previdência.

Antes de mais nada, queremos retomar os dados de que 14,5% da população brasileira apresentam ao menos alguma dificuldade física, mental, auditiva ou visual, o que corresponde a 24,5 milhões de pessoas, segundo o IBGE. É fundamental não só chamar atenção para este fato como também agregar deficiência inerente ao processo de envelhecimento.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, vista neste estudo, declara a deficiência como “perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente”, o que inclui as deficiências provocadas pela idade.

Portanto, muitas pessoas com alguma deficiência, seja ela mental, auditiva ou visual e física - provocada até pelo envelhecimento, muitas delas são beneficiárias da previdência. E, portanto, alvo da reportagem.

A matéria traz uma entrevistada chorando porque estava sentindo muita dor na coluna e não conseguiu ser avaliada por um médico perito para resolver se iria receber o auxílio-doença ou se aposentar por invalidez. Outros tantos personagens são mostrados voltando para casa, sem atendimento.

Apresentava também a reunião entre os representantes de médicos e o governo na tentativa de resolver a situação, além de soluções apresentadas e discordâncias entre as partes.

No meio do “fogo cruzado”, a reportagem de 1’22” diz que “A Justiça garantiu aos peritos em greve o pagamento dos salários. Quem passou por aqui hoje teve outra garantia. A de uma consulta que ainda pode ser remarcada”.

É nesta parte da matéria que as imagens nos mostram claramente a presença de pessoas com deficiência. Saindo do prédio do INSS, temos um homem que anda em cadeira de rodas. Na sequência, uma mulher que aparenta ter uma deficiência na perna e no braço esquerdos.

Entendemos aqui que o tema discutido em nosso trabalho foi abordado de forma indireta na reportagem. Mas, avaliamos que a mesma serve como informação de serviços à população, inclusive às pessoas com deficiência. Além de ressaltar os direitos sociais, uma informação dada, desta forma, relacionada ao direito à tutela. E, portanto, consideramos esta como de caráter positivo para quantificação em nossa análise.

Essa matéria foi exibida no primeiro bloco do telejornal. No mesmo dia, logo após o segundo intervalo comercial, localizamos uma nota coberta que anunciava a morte da pedagoga Dorina Nowill, pioneira a ajudar os cegos a conviver em sociedade.

- Segunda-feira, 30.08.2010 (2)

A cabeça, lida por Carlos Nascimento, informava que o corpo da pedagoga tinha sido enterrado em São Paulo.

O Off, em sequência, dizia: “Dorina Nowill morreu aos 91 anos, vítima de uma parada cardíaca. Ela estava internada havia 15 dias com infecção. A pedagoga ficou cega aos 17 anos. Na década de 1940 criou a fundação para o livro do cego. Dorina Nowill foi também presidente do Conselho Mundial para o bem-estar dos cegos”. São 19 segundos de informação.

As cenas mostram uma entrevista de arquivo da pedagoga, takes do cartaz e do livro da fundação criada por ela, além de imagens do velório.

A nota, de 19”, relembra os feitos de uma personagem importante no cenário da deficiência no Brasil e que fez diferença na vida dos 5 milhões de cegos existentes no país.

Figuras notórias no assunto Deficiência ganha vez no *SBT Brasil*, mesmo em razão de morte. Outra matéria classifica como positiva em nossa análise.

Ao final desta semana, o assunto novamente é notícia no telejornal.

- Sábado, 04.09.2010

O apresentador esporádico do telejornal, Rodolpho Gamberini, anuncia: “Uma advogada que só se comunica com o movimento dos olhos conseguiu publicar um livro”. Karyn completa: “Alexandra Szafir tem uma doença que paralisa os músculos, sem prejudicar a atividade cerebral”.

O Off informa: “Só restaram os movimentos dos olhos e de alguns músculos do rosto. É assim que Alexandra faz contatos. Letra a letra as palavras vão se formando. Em outro ritmo, o trabalho da advogada prossegue”.

Entra a sonora de uma mulher, Magda, creditada como ajudante de Alexandra. Ela já havia aparecido nas imagens segurando um papel à frente de Alexandra. Magda conta o que faz para ajudar. “Eu ajudo é, tipo, mostrando os processos para ela ler, né. Ligando o programa de computador, essas coisas assim”. Então, o repórter pergunta: “O resto?”. “O resto é tudo com ela”, diz Magda.

O Off seguinte dá detalhes sobre a vida de Alexandra. “Alexandra é vítima de uma doença, sobre a qual, inclusive para os médicos, há mais perguntas do que respostas. A esclerose lateral miontrófica tira aos poucos todo o movimento dos músculos, mas não afeta a atividade cerebral. Tudo se vê, tudo se ouve, tudo se sente. Saudade, por exemplo, do escritório que não vai há quatro anos, mas que é mantido em nome dos valores que ela defende”.

Um advogado é entrevistado e informa sobre os valores defendidos pela advogada: solidariedade, ajuda, competência e direito de defesa.

O repórter surge em meio à biblioteca da Alexandra, com mais de 100 livros. Ele anuncia que a advogada não abriu mão deste mundo dos livros por causa da doença. E começa a explicar como ela faz isso. Segue em texto: “Com a ajuda de um programa que lê o movimento do rosto, ela escreveu por dois anos, até terminar um livro. Superou o próprio

drama para falar do drama de gente pobre e excluída pela Justiça. Hoje, numa espécie de prisão do próprio corpo, ela me diz pacientemente, escrevendo no computador, que a gente tem que acostumar com tudo. Mas acostumar-se é diferente de render-se. E nisso a doutora Alexandra é taxativa: não me rendo nunca”. Assim termina a matéria de 1’38”.

Primeiramente, vamos abordar a deficiência apresentada. A esclerose lateral miontrófica é uma doença degenerativa e, como já vimos, nesses casos sempre ocorrem deficiências, principalmente a física, que é o caso de Alexandra. Pelo que parece, ela teve afetada a mobilidade, a coordenação motora geral e fala.

Sobre o texto, logo no princípio a reportagem explica que só restaram os movimentos dos olhos e é assim que ela faz contatos, pelo computador. Destacamos o trecho “em outro ritmo, o trabalho da advogada prossegue”. Voltamos a dizer e tomemos esse caso como mais um exemplo de que a deficiência não é impedimento para o trabalho nem para outras atividades. Alexandra permanece trabalhando, fez apenas adaptações para sua nova condição de vida.

Daí em diante, surgem alguns deslizos, já encontrados nas análises anteriores. “Alexandra é VÍTIMA de uma doença”. E continuam ao longo da reportagem: “Superou o próprio DRAMA para falar do drama de gente pobre e excluída pela Justiça. Hoje, numa espécie de PRISÃO do próprio corpo ...”. As palavras “Drama” e “Prisão” refletem o que se pensa sobre a deficiência: “uma coisa ruim”, além de despertarem o sentimento de piedade.

A frase escrita por Alexandra, que aqui consideramos com a fala dada a ela na matéria, nos diz, segundo leitura que fizemos nas imagens apresentadas: “A gente se acostuma com tudo, não sei se isso é bom ou ruim. Não me rendo nunca, sou teimosa”. Como diz o repórter em Off, Alexandra é taxativa quando afirma não se render diante das limitações impostas pela doença.

Chamemos atenção para o fato corriqueiro de, no jornalismo, as pessoas com deficiência serem tratadas sob a figura de heróis, capazes de superar brilhantemente suas limitações. As pessoas com deficiência continuam sendo, antes de tudo, pessoas. Portanto, existem as más e as boas, as persistentes e as preguiçosas, etc. No caso de Alexandra, a característica de teimosia é inerente dela, independente da deficiência. Este e os outros citados nos fazem analisar a reportagem sob um caráter basicamente negativo.

Uma semana e meia após essa reportagem, temos a análise de uma reportagem que não faz menção direta ao assunto deficiência, porém se enquadra em nosso enfoque.

- Quarta-feira, 15.09.2010

A reportagem, anunciada por Carlos Nascimento, aborda a questão de pacientes que precisam recorrer à Justiça para receber remédios, equipamentos e exames que o Estado tem a obrigação de oferecer. Muitos não resistem à espera.

A matéria começa, então, a contar o caso de Fábio, 14 anos, que tinha leucemia e não suportou esperar a burocracia para liberação do respirador mecânico que necessitava.

A passagem do repórter traz dados alarmantes de que só no município do Rio de Janeiro, por mês, 400 pessoas procuram a Defensoria Pública para tentar conseguir o que não encontram no Sistema Único de Saúde. A defensora pública Andrea Mazza diz em sonora: “O ideal seria que ninguém procurasse o judiciário, né. Que os entes públicos já cumprissem com suas obrigações constitucionais de forma voluntária”.

Em seguida, temos o caso de Dona Maria de Fátima que, há três anos, faz o trajeto de casa para o hospital e vice-versa. “O filho Wenderson, de 16 anos, tem uma doença degenerativa e depende de equipamentos para continuar vivendo. A família luta na Justiça para que ele receba o tratamento em casa. Mas a Secretaria de Saúde de Itaboraí, região metropolitana do Rio, alega que a residência não tem condições de manter o respirador

elétrico funcionando”, informa o Off do repórter. A matéria de 1’41” termina com a sonora da mãe, desesperada: “Não adianta, ele não vai morrer dentro do hospital, chorando, pedir para vir embora e eu sem saber o que fazer. Eu já não aguento mais”.

Esperávamos uma resposta, em nota-pé, da Secretaria de Saúde de Itaboraí, sobre outra possibilidade ou não para o caso de Wenderson. E ainda uma posição dos órgãos oficiais sobre o caso do menino Fábio. Quantos ainda precisarão recorrer à Justiça para cobrar um direito constitucional de todo cidadão? E quantos não resistirão a tamanha burocracia? Achamos a produção do *SBT Brasil* falha neste ponto, pouco crítica.

Sobre a análise, a reportagem mostra uma deficiência física de Wenderson, condicionada pela doença degenerativa que ele tem. E apresenta um enfoque voltado para a prestação de serviços à população – ao menos, foi uma tentativa – sobre o direito de todos, com ou sem deficiência, de ter acesso a remédios, equipamentos e exames na saúde pública. E se não obtiverem essa conquista, a reportagem alerta que podem recorrer ao Ministério Público.

No caso, Wenderson recebe o tratamento na saúde pública. Mas a mãe quer o direito respeitado de ter acesso ao equipamento que o menino precisa, o respirador elétrico, para levá-lo para casa.

As imagens nos mostram o nosso personagem com deficiência, o garoto Wenderson, deitado na cama do hospital. Ele tem movimentos dos braços e das mãos e aparece mexendo em um computador.

Observamos que, como o assunto é tratado de uma forma geral, voltado para toda a população, esta reportagem foi quantificada como não apresentando um tratamento direto ao assunto deficiência.

Apesar da falha do *SBT Brasil* apontada aqui, temos essa reportagem, de um modo geral, como de cunho positivo, basicamente pelo alerta que dá aos parentes e pessoas

com deficiência que na ausência de remédios, equipamentos e exames na saúde pública existe o Ministério Público para recorrerem. Promove um debate sobre a questão dos direitos sociais a todo cidadão e cidadã.

No dia seguinte, localizamos uma reportagem de alerta sobre atos inconsequentes que podem provocar alguma deficiência nas pessoas envolvidas.

- Quinta-feira, 16.09.2010

Essa é a primeira reportagem do dia e a cabeça diz: “O SBT Brasil começa com um alerta aos pais, principalmente dos jovens. Um estudante de economia vai passar por um transplante de córnea porque colocou vodca nos olhos. Jovens se reúnem para fazer o mesmo por acreditar que ficarão mais bêbados”.

O Off informa: “Em uma semana, dois casos parecidos. O médico oftalmologista de Campinas, interior de São Paulo, ouviu de dois jovens universitários, um de 21, outro de 23 anos, que eles colocaram vodca nos olhos, porque queriam ficar embriagados mais rapidamente”. A ideia surgiu depois assistirem vídeos na internet de jovens fazendo o mesmo, conta a matéria.

Na passagem, a repórter explica que a vodca, assim como qualquer outra bebida alcoólica, queima a córnea, a membrana transparente que reveste o olho. O que pode causar danos irreversíveis. Um dos estudantes está com infecção crônica nos olhos, segundo informações da matéria, e terá que passar por um transplante de córnea.

A reportagem de 1’50” finaliza com a sonora do médico: “É um ato insano. É um ato que, eu diria para você, mutilante”.

O enfoque de alerta da reportagem é muito interessante. Como vimos em nosso estudo, mais da metade dos casos de deficiência poderiam ser evitados. E este serve de exemplo como um dos que podem entrar nesta estatística da Organização Mundial de Saúde.

As imagens fortes, do olho lesionado, com infecção, contribuem para marcar a mensagem da reportagem.

Esta reportagem também foi incluída na parte quantitativa com uma abordagem indireta ao assunto deficiência. E está classificada como apresentando uma mensagem positiva.

Assim, finalizamos nossa segunda parte de análise.

A presente reflexão das matérias do *SBT Brasil* que abordam o tema da deficiência sugere que ainda há necessidade de uma discussão sobre o assunto para os jornalistas que atuam na mídia e para a sociedade, como um todo. Lembrando que as práticas sociais são consequências das discursivas e vice-versa.

Alguns estereótipos ainda permanecem no discurso da mídia. Como vimos, estes são representações sociais, institucionalizadas, reiteradas e reducionistas. Pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo possui sobre outro, criadas com base numa repetição e naturalizados em sua essência.

Mas, de um modo geral, frente outras pesquisas realizadas e segundo dados apresentados nesta, as matérias já ganham ares de inclusão, desprovidas de estigmas, e as pessoas com deficiência já são tema de reportagens nos telejornais. Acreditamos que muito do que se viu aqui foi influência da novela *Viver a Vida* que, de fato, marcou a história do Movimento das Pessoas com Deficiência. Ela permitiu que o assunto ganhasse destaque e divulgação extrema em diversos meios de comunicação. Além disso, estimulou o processo de identificação nos telespectadores, através da personagem Luciana, criando debates sobre as vivências das pessoas com deficiência, inclusive sobre os processos de inclusão desse grupo na sociedade.

Repensemos aqui a necessidade da prática do jornalismo com informações necessárias à vida social, repassando notícias de interesse coletivo. Conforme Gentili,

teremos a informação tida como direito à tutela, tornando público os direitos sociais ou a própria informação dada na notícia se constituindo no direito social.

Abordamos e promovemos a reflexão sobre relação entre jornalismo e espaço público, este último local capaz de gerir os interesses comuns aos grupos sociais e cidadãos. O jornalismo, por sua vez, na função de constituir e conformar o espaço público. A TV, de acordo com Maria Rita Kehl, ainda mais atuante nestes espaços de estabelecimento de relações de poder, ganhando força frente sua grande visibilidade na sociedade. Ela constrói representações da sociedade que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade.

Segundo Dominique Wolton, as identidades são transformadas a partir da veiculação de mensagens pela televisão, o que significa que a TV constitui-se em um meio também reflexivo. Através dela, sujeitos podem repensar e mudar suas visões de mundo ou, dependendo do que é exibido, reforçar pensamentos enraizados. As representações exercidas nela fazem as coisas e as pessoas significarem, segundo vimos na afirmação de Santos (2009). Atua na consolidação e afirmação de certas identidades. Precisamos, assim, refletir mais sobre as representações dos sujeitos na televisão e em seus telejornais, em busca de representações dignas, respeitando direitos e exercício da cidadania de todas e todos indivíduos.

6 PALAVRAS FINAIS

Para mim, o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo; é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por essa razão, a utopia é também, um compromisso histórico.
Paulo Freire

O presente estudo conclui que há uma representação das pessoas com deficiência nos telejornais, ainda que em pequenas proporções frente a gama de notícias que são apresentadas diariamente. As análises paralelas à *Viver a Vida* nos permitem dizer que a telenovela contribui para a divulgação de assuntos em realce na história de ficção e que estes se tornam temas presentes nos telejornais. Percebemos um volume considerável de reportagens quando a novela estava sendo exibida e, mesmo depois de seu término, a influência permaneceu, conseguindo firmar o assunto nos jornais televisivos. Portanto, confirmamos nossa hipótese de que os telejornais buscam pauta nas histórias das telenovelas, aumentando o debate de assuntos em destaque no folhetim. E mesmo em emissoras concorrentes é visível esta influência, reafirmando a política do *agenda setting*, com jornalistas monitorando a cobertura dos demais e colocando os mesmos assuntos na agenda dos noticiários. Vimos que o *SBT Brasil*, da concorrente, também exibiu reportagens sobre pessoas com deficiência que eram protagonistas na telenovela global, estimulando a discussão sobre o assunto na mídia como um todo.

As notícias apresentadas nos telejornais analisados trouxeram à tona que houve uma mudança positiva no trato e no modo como os jornalistas lidam com o assunto deficiência, se comparados à nossa análise feita nos anos de 2004 e 2005 em pesquisa anterior. Os referenciais obtidos agora compõem, em sua maioria, um retrato positivo das pessoas com deficiência.

Também consideramos ser de influência, ainda que indireta da novela *Viver a Vida*, essa forma de apresentação das notícias, em sua maioria de caráter positivo, uma vez que o assunto foi mais debatido e os jornalistas podem ter se interessado mais em pesquisar o tema para não divulgá-lo de forma errada.

Assim, nossa segunda hipótese de que o assunto no telejornalismo ainda é carregado de termos pejorativos e preconceituosos se fez verdade apenas em alguns casos. Entretanto, assim como previsto em nossa hipótese, o uso de termos impróprios está relacionado a falta de conhecimento e entrosamento dos jornalistas com a questão. Isso é nítido quando fazemos a referência com a novela. Nota-se que nas duas etapas o número de matérias positivas é superior ao de negativas. Na segunda fase, entretanto, a quantidade de reportagens negativas caiu em relação à primeira etapa. Concluimos que os jornalistas foram mais cuidadosos ao veicularem matérias sobre o tema em destaque na mídia, buscando o uso de termos corretos, diminuindo a frequência ou abandono dos que carregam um histórico de discriminação. Além disso, realçaram, em uma grande quantidade de reportagens, o direito à tutela, tornando público, por exemplo, direitos ao atendimento das necessidades básicas de moradia, escola, saúde, alimentação, entre outros. Assim, contribuíram para que esses direitos sejam reconhecidos e protegidos e que as pessoas – com ou sem deficiência - exercitem sua cidadania, cientes de seus direitos. Lembrando que o acesso à informação é central para a consecução de um conjunto de direitos.

Reforçamos que é preciso compreender como a deficiência é pensada e repensada no ambiente jornalístico. A busca por uma informação de qualidade e por uma representação mais próxima do real se faz jus à cidadania das pessoas. Na discussão sobre a inclusão das minorias e do indivíduo de um modo geral, é importante a noção de respeito, cada um sendo único e singular, cidadãos e sujeitos com o direito de serem respeitados em suas diferenças. Cada um de nós constitui um dos arranjos possíveis do ser na humanidade. Enquanto

jornalistas e formadores de opinião precisamos refletir mais sobre as questões da diversidade humana.

Vive-se um momento necessário de revisar conceitos sobre leis da natureza, a sociedade, o significado pedagógico da instituição escolar, o indivíduo, as noções de igualdade e diferença e, por que não, repensar a instituição jornalística. Um jornalismo ético, responsável socialmente e que contribua para uma sociedade mais justa, solidária e livre. Isenta de preconceitos e amarras. O debate ético reflete o pluralismo de uma sociedade que almeja viver valores, direitos e atitudes com mais dignidade. O que é, de certa forma, empecilho para isso são as nossas palavras e atitudes, muitas delas reforçadas no discurso e fontes em imagens da mídia.

Assim, pretendíamos averiguar se o jornalismo, exercido na televisão, estaria cumprindo seu papel de repasse das informações de bem público – previsto em seu Código de Ética -, oferecendo instrumentos necessários para que os sujeitos desta pesquisa se sintam cidadãos, sendo representados na mídia.

E como poderiam ser representados na mídia? Tornando-se visíveis. Retomando os pensamentos da filósofa Hannah Arendt, existir é fazer visível nos espaço público. No Brasil, a melhor forma de ganhar visibilidade é através da televisão, de acordo com os estudos apresentados.

Para muitos, na TV só existe banalidade. Nós acreditamos que ela pode ser meio de promoção da cidadania. Simplesmente porque o veículo tem o poder de alcançar os mais diversos setores da sociedade, em variados níveis culturais e sociais e é um fenômeno de grande impacto na vida social moderna – as telenovelas são seu exemplo mais fiel. A televisão possui um potencial transformador mas, que, infelizmente, subestimado pelos interesses comerciais, ainda está pouco em uso. Focamos nosso olhar para os meios

expressivos do veículo. Afinal, usando um termo de Arlindo Machado, a TV é e será aquilo que nós fizemos dela.

Assim, percebemos a necessidade deste trabalho como meio de monitoramento do conteúdo, principalmente o jornalístico, presente na TV, cientes da função do jornalismo enquanto serviço público, fornecendo aos cidadãos e cidadãs informações essenciais para viverem e, conseqüentemente, para tomarem suas decisões diárias, além de moldar seus pensamentos e ações.

Como resultado, temos a conclusão que a representação das pessoas com deficiência, de forma mais digna, com respeito aos direitos do cidadão, observando suas identidades em suas diferenças, começou a ser feita na mídia, especialmente na televisiva. Ainda é preciso caminhar. Mas os primeiros passos para um jornalismo ético e cidadão, responsável socialmente, já foram dados.

Contribuímos com a conscientização sobre o assunto deficiência, debatendo a consolidação da cidadania desses sujeitos, incentivada pela divulgação de matérias jornalísticas que tornassem nobre o tema.

É válido ressaltar que o foco deste estudo concentrou-se na análise das reportagens exibidas em um único telejornal do horário nobre. Entretanto, ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar os aspectos culturais ou socialmente construídos, acerca da representação sobre a “deficiência” na realidade social.

Examinado no contexto de ação simbólica, o jornalismo deve ser estudado como transmissor de códigos culturais, mas por sua vez deve apresentar formas de compreensão sobre a deficiência, especificamente, para não repetir os preconceitos já inseridos no sistema cultural, para não impor protótipos e estilos de vida de acordo com a conveniência da sociedade. Lembremos as palavras de Victor Gentilli que os jornais podem ser o foco inicial detonador da quebra da inércia e de estímulo a um movimento de ampliação da cidadania.

E quantas não foram as vezes que fomos nomeados de utópicos e sonhadores. Seja pelo crédito dado à televisão e ao jornalismo, seja pela importância dada às palavras, considerado pela maioria como um cuidado desnecessário e extremamente exagerado. E quantos não viram relevância no assunto estudado, pelo simples fato de desconsiderarem 14,5% da população brasileira com alguma deficiência, na sua maioria discriminada e inferiorizada por uma sociedade preconceituosa.

Mas aqui, ao assumirmos o que para muitos pode ser chamado de utopia, damos um passo para nosso compromisso histórico, apresentando como referência as palavras de Paulo Freire no início deste capítulo. Compromisso de ir em busca da denúncia da estrutura desumanizante, por vezes vista nas notícias dos telejornais. E determinamos, assim, um sonho de um dia anunciar que o jornalismo apresenta, enfim, a estrutura humanizante, que trará cidadania para uma grande parcela de minoria. E representará todos e todas em suas diferenças.

Como jornalista que esta pesquisadora é deixamos a reflexão desta dissertação também para apreciação dos colegas jornalistas, possibilitando novas posturas para futuras produções sobre pessoas com deficiência. E que os profissionais da área jornalística que acompanharem esse trabalho contribuam para a melhoria dos jornais, conscientes do papel dos meios informativos na atualidade. Esperamos que o estudo tenha contribuído para o aprendizado acumulado, favorecendo para que outros debates continuem a partir de onde paramos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Cândido José Mendes de, FALCÃO, Ângela, MACEDO, Cláudia (orgs.). **TV ao vivo: depoimentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ANDRADE, Roberta Manuela Barros de. **O fascínio de Sherazade**. Os usos sociais da telenovela. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. **A multiplicidade de leituras e de leitores na telenovela brasileira**. In: XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 2 a 6 de setembro de 2003a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila, CARVALHO, Morgana Garcia, SILVA, André Luiz de Castro. **A presença de "gente comum" na recente programação superpopular da TV brasileira**. Vitória (ES), trabalho apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste (Sipac), 2001, Grupo de Trabalho - Jornalismo, 14 fls. digit.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel, BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2009, p.27-39.
- BERGER, P., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento** [por] Peter L. Berger [e] Thomas Luckmann. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRASIL/MEC/SEESP. **Política nacional de Educação especial**. Brasília: MEC, 1994.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BUCCI, Eugênio. A crítica de televisão. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004a, p. 27-42.
- _____. Na TV, os cânones do jornalismo são anacrônicos. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004b, p. 127-140.
- _____. Apêndice: direitos do telespectador. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004c, p. 241-250.
- CAMARGO, Vera Regina Toledo. **O telejornalismo e o esporte-espetáculo**. São Paulo: Universidade Metodista, outubro de 1998. Tese de Doutorado em Comunicação.
- CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. 2ª ed. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1989.
- COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- COSTA, Antônio Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Fevereiro/2002, Vol. 17, n. 48, p.15-30.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **A milésima segunda noite**. Da narrativa mítica à telenovela – análise estética e sociológica. São Paulo: Annablume, 2000.
- COUTINHO, Iluska. **Público, Telejornalismo e Identidade: uma reflexão sobre as esferas noticiosas e o destinatário da informação televisual**. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, Setembro/2007.

- _____. **Telejornalismo e encenação**: quando a reportagem vira show. In: VIII Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste. 2001.
- _____. Verbete Telejornalismo. In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2010, Vol. 01, p. 1.157-1.158.
- CURADO, Olga. **A notícia na TV**: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.
- ESTEVES, João Pissarra. **Os media e a questão da identidade** – sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito. Março/1999. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em 12 de junho de 2009.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: cidadania e informação**. Trabalho apresentado como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- GLAT, R. e DUQUE, M. A. T. **Convivendo com filhos especiais**: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003.
- GOMES, Wilson, MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em *Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas*. In: GOMES, Wilson, MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008a, p. 31-68.
- GOMES, Taiga Corrêa. **A localidade no telejornalismo**: um espaço de interação e pertencimento. In Intercom Sudeste 2006. Ribeirão Preto, maio 2006.
- GUARESCHI, Neuza Maria e F. A mídia e a produção de modos de ser da adolescência. **Revista Famecos**. Porto Alegre, agosto/2006, n. 30, p. 81-90.
- HAENDCHEN, Daniella. **Palavras em movimento**: o discurso jornalístico sobre o sujeito deficiente. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2006.
- HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo**: representação e estigma. São Paulo: Plexus Editora, 2003.
- HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 103-132.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.
- HOLFELDT, Antonio. Verbete Comunicação. In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2010, Vol. 01, p. 234-235.
- KEHL, Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 87-106.
- KEHL, Maria Rita. Visibilidade e espetáculo. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004a, p. 141-161.
- KIENTZ, A. A análise de conteúdo aplicada aos media. In: KIENTZ, A. **Comunicação de massa – análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 51-73.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.
- LAHNI, Cláudia Regina. Educomunicação e cidadania: um estudo sobre o rádio no Território de Oportunidades e identidade juvenil. In: LAHNI, Cláudia Regina, PINHEIRO, Marta de Araújo. **Sociedade e Comunicação**: perspectivas contemporâneas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p.67-82.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2000.

- LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Narrativas Televisivas e Identidade Nacional: O Caso da Telenovela Brasileira**. In: XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 4 e 5 de setembro de 2002.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.
- MAIA, Vanessa. Verbete Comunicação (busca do sentido da). In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2010, Vol. 01, p. 235-236.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARQUES, Carlos Alberto. **A imagem da alteridade na mídia**. 2001. 248 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARQUES, Luciana Pacheco, MARQUES, Carlos Alberto (org.). Exclusão social do deficiente; descortinando o preconceito e a discriminação. In: MARQUES, Luciana Pacheco, MARQUES, Carlos Alberto . **[Re]significando o outro**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2008, p. 9-24.
- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)**. Salvador: Ianamá, 2002.
- MELCHIADES, Mônica Regina Canedo. **Visões da deficiência: concepções determinantes formadoras de opinião pública**. 2003. 71 pag. Trabalho de conclusão de curso (especialização *latu sensu* em Mídia e Deficiência) – Faculdade de Comunicação, UFJF, Juiz de Fora.
- MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - 1**, Neurose. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1981.5ª edição.
- MOTA, Célia Ladeira. **O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no telejornal**. In: PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio Antônio Camargo (org.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.
- ORMEZZANO, Graciela, POTRICH, Cilene Maria, FRIDERICH, Bibiana, CORDEIRO, Lílian. **Cultura e estereótipos veiculados pela televisão**. In: VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Passo Fundo/RS, 2005.
- PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 4ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: **Lumina** – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF. Vol.1, nº 1, junho de 2007.
- RAMPELOTTO, Elisa Maria. **Mesmidade ouvinte & alteridade surda: invenções do outro surdo no Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- RAMOS, Murilo César. **Televisão no Brasil é Serviço Público?** In: TERRA MAGAZINE. 12/12/2006. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,OI129459-EI6794,00.html>. Acesso em 12/11/2010.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo : Summus, 2000.
- RIBAS, J.B.C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- RINCÓN, Omar (Org). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002.
- ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra M. Nora. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, jul./dez.2002, p. 74-94.
- SANTORO, Luís Fernando. **A imagem nas mãos**. São Paulo: Summus, 1989.
- SANTOS, Raldianny Pereira dos. Sujeito, discurso e ideologia: a constituição de identidades na cultura midiática. **Revista Culturas Mediáticas**. PPGCOM UFPB. No 01. Jan/jun 2009.
- SANTOS, Maria Sirley dos. **O sujeito da inclusão**: uma questão a ser discutida. In: CAMPOS, Herculano R.; PANNUTI, Maria Regina Viana; SANTOS, Maria Sirley dos. **Inclusão: reflexões e possibilidades**. São Paulo: Loyola, 2010, p. 49-97.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SILVA, Adriana Fernandes da. **Identidade e representações no telejornalismo regional**: o caso da TV Tem Bauru. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Setembro/2005b.
- SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel, BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2009, p. 11-14.
- _____. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **A máquina de Narciso**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SOMMA, J. **Jornalismo, Informação e Cidadania Contemporânea**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, São Paulo: Intercom, 2002.
- SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo: produção e técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TÓFOLI, Luciene. **Ética no jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume I Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2ª. Ed., 2005.
- TRINTA, Aluizio Ramos. Televisão e formações identitárias no Brasil. In: LAHNI, Cláudia Regina, PINHEIRO, Marta de Araújo. **Sociedade e Comunicação: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 31-50.
- _____. **Identidades, identificação e projeção**. In: Texto de conclusão de curso na disciplina ‘Televisão e Identidade cultural’ do Mestrado em Comunicação e Sociedade, FACOM/UFJF. Julho/2007.
- VAMPRÉ, Octavio Augusto. **Raízes e evolução do rádio e da televisão**. Porto Alegre: Feplam - RBS, 1979.
- VIVARTA, Veet. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi, Fundação Banco do Brasil, 2003.
- VIZEU, Alfredo Eurico (org.). **A Sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.
- _____. Telejornalismo: o conhecimento do cotidiano. **Revista Estudo em Jornalismo e mídia**. Vol 2. no 2. 2º semestre 2005a.
- VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo Eurico (org.). **A Sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p 11-27.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

- Woodward, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005, p.7-72.

Sites acessados:

- www.sbt.com.br. Acesso em 23 de janeiro de 2011.
- www.flavia.cintra.blog.uol.com.br. Acesso em 17 de dezembro de 2010.
- www.mdemulher.abril.com.br/revistas/anamaria. Acesso em 10 de janeiro de 2011.
- www.ibge.gov.br. Acesso em 17 de julho de 2009.
- www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf. Acesso em 12 de agosto de 2009.

APÊNDICE

Decupagem das reportagens do *SBT Brasil* analisadas

1ª parte da análise

1) Terça-feira, 20.04.20010

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): UMA BRIGA EM UM SUPERMERCADO DE PORTO ALEGRE ACABOU MAL PARA UM EMPRESÁRIO QUE DEFENDEU O DIREITO DOS DEFICIENTES FÍSICOS.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA):ELE DEU UMA BRONCA NO MOTORISTA QUE PAROU NA VAGA PARA DEFICIENTES E APANHOU TANTO QUE TEVE QUE SER LEVADO PARA O HOSPITAL.

LEGENDA - PORTO ALEGRE

OFF1 (coberto por imagens do circuito interno do carro parando no estacionamento e da briga dentro da loja):

O SÍMBOLO INDICA QUE A VAGA É RESERVADA. MESMO SEM SER DEFICIENTE FÍSICO, O MOTORISTA DESTE CARRO ESTACIONA. UM EMPRESÁRIO QUE PAROU NA VAGA AO LADO O REPREENDE. DENTRO DA LOJA, A BRIGA COMEÇA. O COMERCIANTE RUDICIR DE FREITAS JOGA OBJETOS NO EMPRESÁRIO LEO MAINARDI. OS DOIS SE AGRIDEM. NA CONFUSÃO, RUDICIR USA ESTA BARRA DE FERRO PARA BATER NA CABEÇA DE LEO.

PASSAGEM na porta do hospital (EDIENE FERIGOLLO – NOVO HAMBURGO, RS) - NA BRIGA, O EMPRESÁRIO FICOU INCONSCIENTE, LEVOU ONZE PONTOS NA CABEÇA E VOLTOU PARA CASA. CINCO HORAS DEPOIS PASSOU MAL E FOI TRAZIDO PARA ESTE HOSPITAL AQUI EM NOVO HAMBURGO. OS MÉDICOS ENCONTRARAM UM COÁGULO NO CÉREBRO E O EMPRESÁRIO PASSOU POR UMA CIRURGIA DE EMERGÊNCIA.

OFF2 (coberto por imagens externas do hospital e da briga)

LEO ESTÁ INTERNADO EM OBSERVAÇÃO. A ESPOSA QUE APARECE NAS IMAGENS TENTANDO ACALMAR OS DOIS NÃO ENTENDEU O MOTIVO DA AGRESSÃO.

SONORA (ADRIANA CENTA – ESPOSA DE LEO) MEU MARIDO SIMPLEMENTE QUERIA UM DIREITO QUE É DO CADEIRANTE. E ELE VEIO COM AGRESSÃO. ELE ESTAVA TRANSTORNADO.

OFF3 (coberto por imagens do agressor e do delegado)

O AGRESSOR PRESTOU DEPOIMENTO NESTA TARDE. O DELEGADO QUER OUVIR AS SETE TESTEMUNHAS QUE ESTAVAM NO SUPERMERCADO NO MOMENTO DA BRIGA PARA INDICIAR RUDICIR.

SONORA (CLEBER FERREIRA - DELEGADO) OU LESÕES CORPORAIS GRAVES OU ATÉ TENTATIVA DE HOMICÍDIO.

OFF4 (Coberto por imagens da esposa e foto da filha)

A ESPOSA DE LEO CONTA QUE O EMPRESÁRIO TEM UMA FILHA DE 24 ANOS QUE USA CADEIRA DE RODAS. CALESSA SOFRE DE PARALISIA CEREBRAL E A FAMÍLIA SENTE NA PELE O DESRESPEITO AOS DIREITOS DOS DEFICIENTES.

SONORA (ADRIANA CENTA – ESPOSA DE LEO – coberta com imagens do carro estacionando na vaga de pessoas com deficiência e momentos da briga) O MOMENTO QUE

MEU MARIDO PASSAR ... OU VER ALGUÉM ESTACIONADO NO LOCAL DE DEFICIENTE ELE SEMPRE VAI REIVINDICAR, ELE SEMPRE VAI COBRAR.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): A GENTE OUVI A TODA HORA QUE O BRASIL ESTÁ SE TORNANDO UM PAÍS DE PRIMEIRO MUNDO MAS ENQUANTO TIVERMOS CENAS DESTA TIPO...

KARYN BRAVO (estúdio): É... ESTAMOS LONGE DISSO, NÉ.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): MUITO LONGE.

KARYN BRAVO (estúdio): ELE ESTÁ CERTO E O CARA NÃO RECONHECEU.

2) Quinta-feira, 22.04.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): (CABEÇA): O COMERCIANTE QUE BATEU NUM EMPRESÁRIO POR CAUSA DE UMA VAGA PARA DEFICIENTES FÍSICOS EM PORTO ALEGRE DISSE QUE ESTÁ ARREPENDIDO. A BRIGA ACONTECEU QUANDO UM MANDOU O OUTRO TIRAR O CARRO DA VAGA RESERVADA PARA DEFICIENTES.

LEGENDA - NOVO HAMBURGO, RS

OFF1 (Coberto por imagens do quarto do hospital com a filha ao lado da cama, de mãos dadas com o pai; imagens da briga; imagens de placa de estacionamento para deficientes e carro estacionado)

LEO ESTÁ NESTA CAMA DE HOSPITAL PORQUE DEFENDEU O DIREITO DE PESSOAS COMO A FILHA DELE CALESSA. A GAROTA, QUE TEM PARALISIA CEREBRAL VISITOU O PAI. O EMPRESÁRIO FOI AGREDIDO DEPOIS QUE REPRENDEU O COMERCIANTE RUDICIR DE FREITAS QUE PAROU EM UMA VAGA PARA DEFICIENTES FÍSICOS EM UM SUPERMERCADO DE PORTO ALEGRE. OS DOIS DISCUTIRAM DENTRO DA LOJA E RUDICIR USOU ESSA BARRA DE FERRO PARA BATER NA CABEÇA DE LEO. EM PORTO ALEGRE NÃO É DIFÍCIL ENCONTRAR GENTE QUE DESRESPEITA A LEI.

SONORA (Sem crédito) MAS EU ESTOU DENTRO DO CARRO. SE CHEGAR UM DEFICIENTE ALI EU TIRO O CARRO.

OFF2 (Coberto com imagens de placa de estacionamento de áreas reservadas

PARAR EM VAGA RESERVADA INDEVIDAMENTE É INFRAÇÃO LEVE COM MULTA DE 53 REAIS. O MOTORISTA LEVA TRÊS PONTOS NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO ALÉM DE TER O CARRO REMOVIDO.

PASSAGEM em movimento (ANDREI ROSSETTO, PORTO ALEGRE, RS) NOS ESTACIONAMENTOS PRIVADOS NÃO SE APLICA A MULTA OU QUALQUER TIPO DE PENALIDADE. EM LOCAIS COMO SUPERMERCADOS CABE AOS DONOS ORIENTAR OS CLIENTES PARA DEIXAR LIVRE ESSAS VAGAS. MAS MUITA GENTE DÁ UM JEITO DE ESTACIONAR MAIS PERTO DA PORTA.

OFF3 (Coberto com imagens de Rudicir)

RUDICIR, O COMERCIANTE QUE PAROU NA VAGA ESPECIAL, ALEGOU NÃO TER VISTO O SÍMBOLO.

SONORA (RUDICIR DE FREITAS, ACUSADO) PEÇO DESCULPAS PARA ELE, PARA FAMÍLIA DELE, PRINCIPALMENTE PARA FILHA DELE, OS DEFICIENTES QUE ESTÃO ME ACHANDO UM MONSTRO.

OFF4 (Coberto com imagens do carro de Rudicir estacionando na vaga; imagens do Leo no hospital com a filha)

POR TELEFONE, LEO MAINARDI DISSE QUE ACEITA AS DESCULPAS POR RUDICIR TER PARADO EM LUGAR RESERVADO. MAS NÃO PERDOA AS AGRESSÕES.

VOZ DE LEO, POR TELEFONE (imagens do Leo no hospital com a filha e entra fala dele com legenda) - PORQUE SE ELE TIVESSE ME MATADO, QUE FOI UM DETALHE SÓ PORQUE EU AINDA ESTOU AQUI... ELE IRIA LÁ NA MINHA FILHA, NA CADEIRA DE RODAS, E PEDIR DESCULPA PARA ELA? EU MATEI O TEU PAI MAS TÔ ARREPENDIDO?

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): NÓS COMENTAMOS OUTRO DIA QUE ESTE FATO DEMONSTRA O QUANTO NÓS BRASILEIROS ESTAMOS LONGE DO PRIMEIRO MUNDO, NÉ.

KARYN BRAVO (estúdio): POIS É.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): E TEVE UM ENTREVISTADO AÍ QUE COMENTOU O SEGUINTE: AH, EU ESTOU NA VAGA PROIBIDA E SE VIER ALGUÉM EU TIRO. FALTA DIZER QUE LÁ FORA, NOS PAÍSES DE PRIMEIRO MUNDO NÃO É ASSIM, NÃO.

KARYN BRAVO (estúdio): ISSO NÃO ACONTECE.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): NÃO PODE PARAR, NÃO PODE PARAR!

KARYN BRAVO (estúdio): É.

3) Quarta-feira, 28.04.2010

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): O PRIMEIRO MARCAPASSO DE DIAFRAGMA INSTALADA POR MÉDICOS BRASILEIROS PODE TRAZER ESPERANÇA PARA TETRAPLÉGICOS QUE TÊM DIFICULDADE PARA RESPIRAR.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): - (CABEÇA): UM JOVEM DE 20 ANOS, QUE NUNCA SAIU DA CAMA, FOI O PRIMEIRO A USAR O APARELHO, QUE ESTÁ EM FASE EXPERIMENTAL.

LEGENDA - SÃO PAULO

SOBE SOM mãe conversa com filho (imagens do filho na cama ligado a aparelhos)

OFF1 (coberto com imagens do filho na cama ligado a aparelhos)

A MÃE AVISA E DESLIGA O RESPIRADOR. UMA CONQUISTA DEPOIS QUE MAURICIO RECEBEU O MARCAPASSO QUE ESTIMULA O DIAFRAGMA.

SONORA (RODRIGO SARDENBERG, MÉDICO) A PRINCIPAL FUNÇÃO DELE É FAZER O MÚSCULO DIAFRAGMÁTICO CONTRAIR. O MÚSCULO DIAFRAGMÁTICO É O PRINCIPAL MÚSCULO DA RESPIRAÇÃO. DESSA FORMA QUE A RESPIRAÇÃO DELE FICA MAIS PRÓXIMO DO FISIOLÓGICO POSSÍVEL.

OFF2 (Coberto com imagens do jovem, com closes do movimento do diafragma.

O JOVEM SOFRE DE SERINGOMELIA, DOENÇA QUE PARALISA OS NERVOS SITUADOS NA ALTURA DA NUCA. ENTRE ELAS, O QUE FAZ O DIAFRAGMA TRABALHAR.

ARTE

O MARCAPASSO INSTALADO NA REGIÃO DO DIAFRAGMA É CONECTADO A UM RÁDIO TRANSMISSOR QUE CONTROLA FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA E A QUANTIDADE DE OXIGÊNIO.

OFF3 (Volta com imagens do jovem)

A CADA DIA O PACIENTE FICA MAIS TEMPO LONGE DO RESPIRADOR, E NÃO É PORTÁTIL, FUNCIONA APENAS A ELETRICIDADE.

PASSAGEM em movimento da porta do quarto até a cama do jovem (SIMONE QUEIROZ, SÃO PAULO) NO PRAZO DE 3 A 6 MESES O MAURÍCIO PODERÁ RESPIRAR 24 HORAS POR DIA APENAS COM A AJUDA DO MARCAPASSO. TRATA-SE DE UMA GRANDE MUDANÇA PARA QUEM SOBREVIVEU NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS LIMITADO A CAMA DE CASA OU AQUI NO HOSPITAL.

OFF4 (Coberto com imagens do filme do Super-homem

QUADRO SEMELHANTE AO DO ATOR CRISTOPHER REAVE, O SUPER MAN, QUE APÓS UM ACIDENTE FICOU TETRAPLÉGICO E MORREU VÍTIMA DE UM INFARTO.

SONORA (RIAD YOUNES, MÉDICO) ESSA É UMA PERSPECTIVA PARA OS PACIENTES BRASILEIROS TETRAPLÉGICOS, COM PROBLEMAS DE RESPIRAÇÃO DE CONSEGUIREM TER UMA AUTONOMIA QUE ELES NUNCA TIVERAM, DE RESPIRAR, DE FALAR.

OFF5 (Coberto com imagens do marcapasso em close e da mãe ao lado da cama do filho)

COM O MARCAPASSO, QUE CUSTOU 150 MIL REAIS, A FAMÍLIA ESPERA UMA NOVA ROTINA.

SONORA (MIRIAM RIVEROS, MÃE DO MAURÍCIO) UM CHURRASCO, PODER PARTICIPAR, IR AO QUINTAL TOMAR UM POUCO DE SOL. ESSAS COISAS COMUNS DO DIA-A-DIA QUE NORMALMENTE NÃO ERA, AGORA VAI SER.

OFF6 (Coberto com imagens de desenhos dele)

MAURÍCIO SONHA COM A FACULDADE E MAIS

SONORA (DO MAURÍCIO, MAS SEM CRÉDITO, COM LEGENDA) BEM MAIS ALEGRIA.

4) Terça-feira, 04.05.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): - (CABEÇA): O ESPANHOL QUE TEVE MAIS DA METADE DO ROSTO TRANSPLANTADA APARECEU EM PÚBLICO PELA PRIMEIRA VEZ.

LEGENDA – SEVILLA, ESPANHA

OFF(Coberto com imagens do espanhol saindo do hospital, dando entrevista e abraçando os médicos)

AO SAIR DO HOSPITAL, RAFAEL AGRADECEU AOS MÉDICOS E DISSE QUE AGORA QUER FICAR LONGE DA IMPRENSA E DA TELEVISÃO.

SOBE SOM curto da fala dele.

O ESPANHOL PASSOU POR UMA CIRURGIA DE 30 HORAS PARA SUBSTITUIR MAIS DE 60% DO ROSTO POR CAUSA DE UMA DOENÇA CONGÊNITA. APENAS 11 TRANSPLANTES DE ROSTO FORAM FEITOS ATÉ HOJE EM TODO O MUNDO.

5) Sábado, 08.05.2010

CÍNTIA BEGNINI (estúdio) – (CABEÇA): ESTÁ EM CASA DEPOIS DE DOIS MESES A JOVEM QUE TEVE METADE DO CORPO QUEIMADO DENTRO DE UM MICROÔNIBUS.

RODOLPHO GAMBERINI (estúdio) – (CABEÇA): O INCÊNDIO FOI PROVOCADO POR TRAFICANTES NO RIO DE JANEIRO. A REPÓRTER LIANE BORGES

CONVERSOU COM A ESTUDANTE DE DIREITO QUE SONHA EM VOLTAR PARA A FACULDADE.

LEGENDA – RIO DE JANEIRO

OFF1 (Coberto com imagens da jovem com pomada pelo corpo queimado)

O REFLEXO DE UMA JOVEM QUE TENTA SOBREVIVER COM 50% DO CORPO QUEIMADOS. AS LEMBRANÇAS NÃO SAEM DA CABEÇA DE ANA SHEILA, DE 21 ANOS. PARA ELA, FOI UM MILAGRE TER CONSEGUIDO ESCAPAR.

SONORA (ANA SHEILA DE SOUZA, ESTUDANTE) O PIOR É O SENTIMENTO DE SER QUEIMADA VIVA, NÉ, PORQUE É UM DESESPERO. O FOGO PEGANDO NO SEU CORPO, VOCÊ NÃO TEM COMO LEVANTAR... VOCÊ PENSA QUE VAI MORRER.

OFF2 (Coberto com fotos do incêndio, imagens noturnas da favela)

O INCÊNDIO FOI PARA VINGAR A PRISÃO DE UM TRAFICANTE DA CIDADE DE DEUS, DA ZONA OESTE DO RIO. A FAVELA FOI PACIFICADA PELA POLÍCIA HÁ MAIS DE UM ANO.

SONORA (ANA SHEILA DE SOUZA, ESTUDANTE) UM LOCAL PACIFICADO, TÁ AÍ A PROVA MAIOR QUE NÃO É PACIFICADO. NÃO ADIANTA O PREFEITO, O GOVERNADOR IR PARA TELEVISÃO FALAR QUE TÁ PACIFICADO SE EU FUI QUEIMADA DENTRO DO ÔNIBUS NESTE LOCAL.

OFF3 (Coberto com imagens de

4 ACUSADOS DO ATENTADO ESTÃO NA CADEIA. ELES SÃO PARENTES DE LEANDRO DA SILVA, DE 19 ANOS, PRESO COM 80 PAPELOTES DE COCAÍNA.

PASSAGEM com Ana Sheila ao fundo exercitando a mão (LIANE BORGES, RIO DE JANEIRO) ANA SHEILA VAI PRECISAR FAZER FISIOTERAPIA TODOS OS DIAS PARA RECUPERAR O MOVIMENTO DA MÃO, DO PESCOÇO E DOS PÉS. É UM LONGO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO. MAS AS SEQUELAS VÃO ALÉM DAS MARCAS NO CORPO.

SONORA (ANA SHEILA DE SOUZA, ESTUDANTE) EU SINTO REVOLTADA ASSIM... EU FICO MUITO REVOLTADA PORQUE ATÉ AGORA EU NÃO ACREDITO QUE UM SER HUMANO SEJA CAPAZ DE TACAR FOGO NO CORPO DO OUTRO.

OFF 4 (Coberto com imagens da Ana Sheila)

MESMO SEM ESQUECER O QUE PASSOU, ELA PENSA NO FUTURO.

SONORA (ANA SHEILA DE SOUZA, ESTUDANTE) EU PRETENDO VOLTAR MINHA FACULDADE, VOLTAR MEU TRABALHO. TER MINHA VIDA SOCIAL DE VOLTA. SAIR NAS RUAS SEM QUE AS PESSOAS FIQUEM OLHANDO, SEM QUE FIQUEM PERGUNTANDO O QUE ACONTECEU, O QUE FOI ISSO. SÓ QUERO TER MINHA VIDA NORMAL.

CÍNTIA BEGNINI (estúdio) – (NOTA-PÉ): A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DISSE QUE DEPOIS DA OCUPAÇÃO DA CIDADE DE DEUS O NÚMERO DE ASSASSINATOS PODE SER COMPARADO AO DE UM PAÍS DE PRIMEIRO MUNDO.

6) Segunda-feira, 31.05.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio): - (CABEÇA): O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO MANDOU O HOSPITAL DO CORAÇÃO INDENIZAR E PAGAR PENSÃO VITALÍCIA A UM EMPRESÁRIO.

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): PARA OS DESEMBARGADORES O EMPRESÁRIO FICOU TETRAPLÉGICO EM CONSEQUÊNCIA DE UM ERRO DURANTE UM EXAME DE CATETERISMO.

LEGENDA – PETRÓPOLIS, RJ

OFF1 (Coberto com imagens do empresário na cadeira de rodas, um parente empurrando o cadeirante)

UM EXAME CONSIDERADO SIMPLES PELOS MÉDICOS QUASE CUSTOU UMA VIDA. HÁ DEZ ANOS O EMPRESÁRIO SÉRGIO ROSSI FICOU TETRAPLÉGICO DEPOIS DE SER SUBMETIDO A UM CATETERISMO NO HOSPITAL DO CORAÇÃO, EM SÃO PAULO.

SONORA (SÉRGIO ROSSI, EMPRESÁRIO) EU PERDI TODOS OS MOVIMENTOS, FIQUEI COMPLETAMENTE PARALISADO.

ARTE

O CATETERISMO DURA DE 40 MINUTOS A UMA HORA. O PACIENTE RECEBE APENAS A ANESTESIA LOCAL. UM TUBO É INTRODUZIDO POR UMA VEIA DO BRAÇO OU PELA VIRILHA ATÉ CHEGAR AO CORAÇÃO. O EXAME PODE SER REALIZADO TANTO PARA DIAGNOSTICAR COMO PARA CORRIGIR PROBLEMAS CARDIO-VASCULARES.

SONORA (MARCO ANTÔNIO DE MATTOS, CARDIOLOGISTA) OS RISCOS JÁ DEMONSTRADOS NA LITERATURA SÃO MUITO PEQUENOS. SÃO QUASE QUE RAROS. É MENOR QUE 1%.

PASSAGEM imagem deriva do empresário na cadeira para a repórter (LIANE BORGES, PETRÓPOLIS, RJ) A FAMÍLIA DECIDIU PROCESSAR O HOSPITAL. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO ENTENDEU, EM SEGUNDA INSTÂNCIA, QUE HOVE ERRO MÉDICO. OS DESEMBARGADORES CONSIDERAM QUE O MONITORAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL NÃO FOI FEITO ADEQUADAMENTE O QUE PROVOCOU LESÕES IRREVERSÍVEIS NO PACIENTE.

SONORA (SIDNEY PILDEVASSER, ADVOGADO DA FAMÍLIA) ISSO FEZ COM QUE A ARTÉRIA ROMPESS E TODO O SANGUE FOSSE PARA MEDULA E ELE CHEGASSE A SITUAÇÃO QUE ESTÁ.

OFF2 (Coberto com imagens externas do Hospital e imagens do empresário de close e contra-luz dele sentando à cadeira)

O HOSPITAL DO CORAÇÃO, CONSIDERADO UM DOS PRINCIPAIS CENTROS DE CARDIOLOGIA DO MUNDO, TERÁ QUE PAGAR INDENIZAÇÃO DE 200 MIL REAIS, PENSÃO VITALÍCIA DE 3 MIL POR MÊS E AS DESPESAS MÉDICAS DO EMPRESÁRIO. O HOSPITAL INFORMOU QUE VAI RECORRER DA SENTENÇA. PARA SÉRGIO, A BATALHA JURÍDICA NÃO É NADA SE COMPARADA À LUTA PELA VIDA.

SONORA (SÉRGIO ROSSI, EMPRESÁRIO) O QUANTO EU VIVER, EU VOU VIVER PRESO A ESSA CADEIRA E TENTANDO FAZER ALGUMA COISA.

KARYN BRAVO (estúdio) – (NOTA-PÉ): BOM, COMO DISSE A REPÓRTER O HOSPITAL DO CORAÇÃO VAI RECORRER PORQUE OS LAUDOS DA PERÍCIA NÃO COMPROVAM QUE A LESÃO NA ESPINHA FOI CAUSADA POR UM ERRO NO EXAME.

RODA VINHETA MANIA DE CACHORRO

CÉSAR FILHO (estúdio): - (CABEÇA): NA ÚLTIMA REPORTAGEM DA SÉRIE MANIA DE CACHORRO A MINHA COLEGA KARYN BRAVO VAI MOSTRAR CÃO QUE AJUDA.

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): É, CÉSAR, A GENTE CONHECEU O TRABALHO DE PESSOAS QUE USAM O CACHORRO PARA COMBATER O CRIME E PESSOAS QUE PRECISAM DELES ATÉ PARA CURAR DOENÇAS.

LEGENDA – DIADEMA, SP

SOBE SOM COM IMAGENS DE CÃES PRESOS E LATINDO

OFF1 (Coberto com imagens de cães presos, treinando, entrando no carro da PM ATRÁS DAS GRADES, PARECEM FERÓZES. DO LADO DE FORA, TREINADOS PARA PROTEGER A POPULAÇÃO. O LABRADOR E O PASTOR FAZEM PARTE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE DIADEMA, NA GRANE SÃO PAULO. O QUE PARA O HUNTER É BRINCADEIRA, PARA O TREINADOR É COISA SÉRIA.

SONORA (ROSAIR SOUZA, SUPERVISOR GUARDA CIVIL MUNICIPAL) ELE TEM QUE ACERTAR 100%. ENQUANTO ELE NÃO ACERTAR 100% ELE NÃO SAI PARA RUA, PARA O TRABALHO.

OFF 2(Coberto com imagens do cão farejando)

O CÃO É ESPECIALISTA EM ACHAR DROGAS.

PASSAGEM 1 anda do cão para as pessoas e câmera focaliza a repórter colocando o tubo na sandália (KARYN BRAVO, DIADEMA, SP) AGORA NÓS VAMOS SIMULAR UM TESTE COM O HUNTER, ESTE LABRADOR PRETO AQUI DO MEU LADO. HÁ MAIS QUATRO PESSOAS COMIGO AQUI NA QUADRA. E EU VOU ESCONDER UM TUBO DE PVC COM ESSÊNCIA DE ENTORPECENTE AQUI NA MINHA SANDÁLIA POR DENTRO DA MINHA CALÇA. VAMOS VER QUANTO TEMPO O HUNTER VAI LEVAR PARA IDENTIFICAR O CHEIRO DO TUBINHO DE PVC. VAMOS LÁ, HUNTER...

Roda relógio do cronômetro na tela.

... O HUNTER ACHOU. ACABOU DE ENCONTRAR. QUANTO TEMPO O HUNTER LEVOU? 9 SEGUNDOS.

OFF3 (Coberto com imagens do cão recebendo a bola, imagens do cão saindo do carro da PM e indo pegar o bandido).

A RECOMPENSA? UMA BOLINHA DE TÊNIS. (SOBE SOM SIRENE) OS CACHORROS QUE ABORDAM OS CRIMINOSOS TAMBÉM SÃO RÁPIDOS.

SOBE SOM cão pegando bandido.

E SÓ ATACAM DEPOIS DO COMANDO DOS GUARDAS.

ARTE – CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO NO MAPA DE SÃO PAULO.

OFF 4 (Coberto com imagens do cão procurando celular e achando)

EM RIBEIRÃO PRETO, A 300 KM DE SÃO PAULO, ESSE PASTOR BELGA RECEBE OUTRO TIPO DE COMANDO. FUZIL, COMO É CHAMADO, FOI TREINADO PARA ACHAR CELULARES NA PENITENCIÁRIA DA CIDADE. ELE RECONHECE O CHEIRO DO APARELHO. EM 4 MESES, ENCONTROU 13.

SONORA (RICARDO CASSAROTTI, SOLDADO) EM POUCO TEMPO, VAI SER O TERROR DOS CELULARES.

OFF 5 (Coberto com imagens de Silvio descendo para estação de ônibus acompanhado pelo cão-guia)

ENCONTRAR O CAMINHO PARA SILVIO É O PAPEL DE NANÁ.

SOBE SOM Naná entrando com o dono no ônibus e arte da cidade de sobradinho.

OFF 6 (Coberto com imagens dos dois posicionados dentro do ônibus e depois caminhando pelas ruas)

TODOS OS DIAS SAEM DE SOBRADINHO, A CIDADE SATÉLITE DE BRASÍLIA E VÃO DE ÔNIBUS ATÉ O TRABALHO.

SONORA – entra o crédito do entrevistado mas ele não aparece. As imagens cobrem toda a fala dele (SÍLVIO DE ALCÂNTARA, REGULADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS) ESTE TRECHO É UM TRECHO QUE EU FAÇO TODOS OS DIAS E É UM EXEMPLO DE TUDO QUE UMA CALÇADA NÃO DEVE TER, OU SEJA, BURACOS, POSTES.

OFF 7 (Coberto com imagens do cão chegando ao trabalho com o dono

O TREINAMENTO DE UM CÃO-GUIA CUSTA, EM MÉDIA, 25 MIL REAIS (entra arte na tela com o valor). UMA AJUDA QUE ESTÁ LONGE DE SER UMA REALIDADE PARA OS MAIS DE 5 MILHÕES DE CEGOS NO BRASIL.

SOBE SOM – aparecem crianças no hospital com cães

OFF 8 (Coberto com imagens das crianças no hospital com os cães)

AJUDAR A CURAR. EM CAMPINAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO. A TAREFA É DAR CARINHO E MOTIVAÇÃO ÀS CRIANÇAS DOENTES. NO HOSPITAL CELSO PIETRO, UMA VEZ A CADA 15 DIAS ACONTECE A CÃOTERAPIA.

SONORA (NILTON GRIPALDI, PEDIATRA HOSPITAL CELSO PIETRO) SÃO ANIMAIS TREINADOS, VACINADOS E PREPARADOS PARA TRAZER ÀS CRIANÇAS JUNTO AOS HOSPITAIS.

OFF 9 (Coberto com imagens de close de um cão com pano de médico e sendo abraçado por uma senhora)

E QUANDO ESTES DOUTORES PASSAM ATÉ ABRAÇO DÃO.

SOBE SOM DO TREINADOR: AGORA DÁ UM ABRAÇO NELA, TOBBY (Coberto com imagem do cão pulando na repórter).

FALA DA REPÓRTER: AHHH.

OFF 10 (Coberto com imagens do menininho Pedro numa cama brincando com o cão)

OS CÃES FAZEM COM QUE AS CRIANÇAS TENHAM VONTADE DE SE MOVIMENTAR. ATÉ A IMUNIDADE DELAS MELHORA, SEGUNDO OS MÉDICOS. PEDRO TEVE VÁRIOS ÓRGÃOS DO CORPO PERFURADOS DEPOIS DE CAIR DE COSTAS NUMA MESA DE VIDRO.

SONORA (MARIA AMÉLIA DOS SANTOS, MÃE DO PEDRO) ELE TEM VÁRIAS CICATRIZES, NÉ, PELO CORPO TODO, NÉ, NO ABDÔMEN E ELE SENTE MUITA DOR. ENTÃO A GENTE ACHAVA QUE ELE NÃO IA NEM CONSEGUIR SAIR DA CAMA.

PASSAGEM 2 repórter sentada na cama ao lado de Pedro que brinca com um cãozinho (KARYN BRAVO, CAMPINAS) O PEDRO, DE 5 ANOS, É UM EXEMPLO BEM SUCEDIDO NO TRATAMENTO DA CÃOTERAPIA. DEPOIS DO ACIDENTE ELE SÓ PERDEU O MEDO DE TENTAR SAIR DA CAMA E ANDAR APÓS O CONTATO COM OS CÃES.

OFF 11 (Coberto com imagens dos cãesinhos, do Pedro abraçando o cãozinho, imagens de várias pessoas fazendo carinho em cães)

O CONTATO COM CACHORROS COMO HANNA E BOBBY TROUXE ALEGRIA. HOJE, JÁ RECUPERADO, QUEM RECEBEU TANTOS ABRAÇOS TEVE SEU MOMENTOS DE OFERECER. É, AFINAL, A NOSSA RELAÇÃO COM ELAS DEVE SER MESMO DE TROCA.

SOBE SOM FINAL COM BG

CÍNTIA BEGNINI (estúdio) – (CABEÇA): NO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL DIGITAL POUCO IMPORTA A HABILIDADE COM OS PÉS NA HORA DE JOGAR BOLA.

CÉSAR FILHO (estúdio) – (CABEÇA): CRAQUES SÃO AQUELES QUE MARCAM GOLS COM AS MÃOS, NO CONTROLE REMOTO.

LEGENDA – GUARULHOS, SP.

OFF1(Coberto com imagens de bola no chão, gramado novo. Depois, imagens do jogo na tela do computador e pessoas sentadas no banco com manete)

GRAMADO BONITO, BOLA NOVA. MAS AQUI É SÓ ENFEITE. O FUTEBOL DESSA TURMA ROLA PELOS CABOS. É DIGITAL, MODERNO. MAS A CONVERSA DOS JOGADORES...

SONORA (Sem crédito) VÃO BUSCAR OS TRÊS PONTOS E ASSIM POR DIANTE, NÉ.

OFF2 (Coberto com imagens de jogo)

POR TRÊS PONTOS, MAIS DE MIL QUILÔMETROS.

SONORA (Sem crédito) EU SOU DE PORTO ALEGRE, VOU JOGAR DE BRASIL.

OFF3 (Coberto com imagens de jogo e do Marcelo)

O BRASIL TODO VEIO JOGAR EM SÃO PAULO. MARCELO CHEGOU DO RECIFE E DEU DE CARA COM O FAMOSO NESSE CAMPINHO.

SONORA (MARCELO MANN, COMPETIDOR) LOGO NA PRIMEIRA FASE VOU PEGAR O CAVALO DE ÓCULOS QUE É UM DOS MELHORES JOGADORES DO BRASIL. (*REPÓRTER PERGUNTA: PEGAR QUEM? MARCELO RESPONDE:*)

CAVALO DE ÓCULOS.

OFF4 (Coberto com imagens da Dona Antônia)

DONA ANTÔNIA NÃO GOSTA MUITO QUANDO LIGAM COM ESSA CONVERSA.

SONORA (ANTÔNIA LOPES, MÃE DE COMPETIDOR) PEDEM PARA FALAR COM O CAVALO. AÍ EU FALO: CAVALO? E ELES FALAM: É

OFF5 (Coberto com imagens do competidor Marcelo ao lado de Cavalos de Óculos. Câmera foca de baixo e mostra a cadeira de rodas do Cavalos de óculos).

NÃO ADIANTA AGORA TAPINHA NAS COSTAS. COMO BICAMPEÃO PAULISTA É DOSE, CAVALAR MESMO.

SONORA (HENRIQUE PONTES LOPES, BICAMPEÃO PAULISTA) EU TENHO QUE JOGAR DE IGUAL PARA IGUAL COM ELES.

OFF6 (Coberto com imagens do competidor Cavalos de Óculos, imagens do jogo com detalhes das seleções em campo, imagens do boneco de jogadores famosos da seleção de verdade)

O SANTISTA DE CORAÇÃO VAI DE BARCELONA. ALIÁS, A ESCOLHA É LIVRE. BRASIL E ARGENTINA SÃO AS SELEÇÕES PREFERIDAS DE QUEM CHUTA COM AS MÃOS. É QUE A TECNOLOGIA DO JOGO IMITA EM DETALHES A VIDA REAL. QUEM É BOM NO GRAMADO JOGA MELHOR AQUI TAMBÉM.

PASSAGEM imagem deriva dos bonecos dos jogadores para o repórter que está no meio do ginásio onde são montados os telões com os jogos virtuais e ao lado do troféu da competição (CELITO ESTEVES, GUARULHOS, SP) AS ESCALAÇÕES MUDAM, DE POUCO EM POUCO DA MESMA FORMA QUE ACONTECE NA VIDA REAL. QUER DIZER, NA SEMANA QUE VEM O BRASIL JÁ NÃO VAI TER RONALDINHO GAÚCHO, ADRIANO, DIEGO, PATO. TALVEZ NÃO SEJA TÃO FÁCIL LEVANTAR O CANECO, VIU.

OFF7 (Coberto com imagens de detalhes dos jogadores na tela e das jogadas)

DUNGA NÃO CHAMOU PARA COPA E ELES SERÃO CORTADOS TAMBÉM DO JOGO VIRTUAL. ALTERA A FORÇA DE ATAQUE, LÁ ATRÁS NÃO. SEGURANÇA MANTIDA.

SOBE SOM do pessoal jogando em frente aos computadores
(Sem crédito) NOSSA, MEU DEUS, QUE DEFESA.

OFF8 (Coberto com imagens do jogo de verdade da seleção brasileira)
É JÚLIO CÉSAR NO GOL.

(Sem crédito) PEGA ATÉ PENSAMENTO.

SOBE SOM FINAL – ÊÊÊÊ (mesclando imagens dos competidores, do jogo na tela e do jogo de verdade, com a torcida).

2ª parte da análise

1) Sábado, 21.08.2010

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): A PARTIR DE CÉLULAS-TRONCO RETIRADAS DE DENTE DE LEITE PESQUISADORES BRASILEIROS ESTÃO TRATANDO DE PESSOAS COM PROBLEMAS NA VISÃO OU QUE FICARAM CEGAS.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA): OS PRIMEIROS TESTES PARA RECUPERAR CÓRNEAS COMEÇAM JÁ EM SETEMBRO.

LEGENDA – SÃO PAULO

OFF1 (Coberto com imagens de cegos caminhando, menino arrancando dente, pesquisador no laboratório, close de um olho).

VOLTAR A ENXERGAR PARA SORRIR. OU NESTE CASO, SORRIR PARA VOLTAR A ENXERGAR. É A PARTIR DO DENTE DE LEITE QUE PESQUISADORES DO INSTITUTO BUTANTAN E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO PRETENDEM RECUPERAR PACIENTES COM LESÕES NAS CÓRNEAS.

ARTE passo-a-passo do processo

A POLPA DO DENTE DE LEITE É RETIRADA E COLOCADA DIRETAMENTE NA SUPERFÍCIE DO OLHO LESIONADO. EM SEGUIDA, UMA LENTE TRANSPARENTE FEITA DE MATERIAL ORGÂNICO É APLICADA. AS CÉLULAS-TRONCO DO DENTE DE LEITE, ENTÃO, SE ADAPTAM AO TECIDO OCULAR.

SONORA (NELSON FORESTO LIVIER, PESQUISADOR INSTITUTO BUTANTAN) ESSAS CÉLULAS SÃO CAPAZES DE COBRIR TODA A SUPERFÍCIE DA CÓRNEA E DEVOLVER A TRANSPARÊNCIA DESSE TECIDO.

PASSAGEM câmera deriva dos remédios na prateleira em um laboratório para a repórter estática (SOLANGE BOULOS, SÃO PAULO) A TÉCNICA É INDICADA PARA QUEM NÃO ENXERGA OU POR QUEM TEM LESÕES NA CÓRNEA CAUSADAS POR TRAUMAS, QUEIMADURAS, ALTERAÇÕES GENÉTICAS OU ATÉ MAU USO DAS LENTES DE CONTATO. HOJE PACIENTES COM ESSES PROBLEMAS PASSAM POR TRANSPLANTES DE CÓRNEA, O QUE EM MUITOS CASOS PROVOCA REJEIÇÃO. O NOVO PROCEDIMENTO, GARANTEM OS MÉDICOS, REDUZ ESSE RISCO A QUASE ZERO.

SONORA (JOSÉ ÁLVARO PEREIRA GOMES, OFTALMOLOGISTA DA UNIFESP) SÃO CÉLULAS MUITO PRIMITIVAS QUE NÃO EXPRESSAM AS PROTÉINAS RESPONSÁVEIS PELA REJEIÇÃO. SEGUNDO VANTAGEM É QUE VOCÊ TEM UMA

FONTE QUASE INESGOTÁVEL DE CÉLULAS QUE SÃO OS DENTES DE LEITE, QUE PODEM SER DE DIFERENTES INDIVÍDUOS.

OFF2 (Coberto com imagens de laboratório, pesquisadores fazendo manuseio, imagens do Luciano fazendo exame do olho e de óculos escuros)

OS TESTES INICIAIS FORAM FEITOS COM SUCESSO EM COELHOS. A PARTIR DE SETEMBRO, HUMANOS DEVERÃO RECEBER APLICAÇÕES EXPERIMENTAIS. LUCIANO FOI UM DOS PACIENTES SELECIONADOS. HÁ SEIS ANOS FICOU CEGO POR CAUSA DE UMA DOENÇA QUE DESTRÓI AS CÓRNEAS. JÁ ENXERGA, NA NOVA TÉCNICA, A ESPERANÇA DE CURA.

SONORA (LUCIANO MARTINS DE CASTRO, PACIENTE) QUANDO EU OUVI O DOUTOR FALANDO QUE TINHA FEITO ESSA EXPERIÊNCIA COM OS COELHINHOS E ELES JÁ ESTAVAM ENXERGANDO EU CHOREI. PRATICAMENTE... PORQUE EU CHOREI POR DENTRO PORQUE LÁGRIMA EU NÃO TENHO, MAS EU CHEGUEI A CHORAR MAS DE FELICIDADE.

2) Terça-feira, 24.08.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA): UMA FEIRA NO RIO DE JANEIRO APRESENTA NOVIDADES TECNOLÓGICAS PARA FACILITAR A VIDA DOS DEFICIENTES FÍSICOS. COMO UM ÓCULOS QUE FUNCIONA COMO MOUSE DO COMPUTADOR.

LEGENDA – RIO DE JANEIRO

OFF1 (Coberto com imagens de uma senhora na cadeira de rodas frente a escada, de um rapaz na cadeira de rodas com elevador na roda, de um rapaz assoprando em um cadeira de rodas e determinando a direção da cadeira).

UMA ESCADA NO CAMINHO. AOS OLHOS DA MAIORIA, NADA DEMAIS. MAS PARA QUEM PRECISA DE UMA CADEIRA DE RODAS É COMO UMA PORTA QUE SE FECHA. O ELEVADOR PORTÁTIL CORRIGE UMA VELHA DEFICIÊNCIA: A FALTA DE RAMPAS. JÁ ESSA CADEIRA FOI DESENVOLVIDA PARA PESSOAS COM LESÕES GRAVES. O SOPRO É A ÚNICA FONTE QUE CONTROLA A VELOCIDADE E A DIREÇÃO.

SONORA (JONATHAN RUMMEL, ENGENHEIRO) SOPRO FORTE E FRACO E ASPIRAÇÃO FORTE E FRACO, DETERMINA AS DIREÇÕES PARA FRENTE, PRA TRÁS, PARA OS LADOS.

OFF2 (Coberto com imagens de pequeno computador na internet, senhora andando pela feira de cadeiras de rodas, senhor cadeirante sobe em uma moto,

SOPRANDO TAMBÉM É POSSÍVEL NAVEGAR NA INTERNET. O VALOR É QUE É DE TIRAR O FÔLEGO: 18 MIL REAIS. RODAS SOB RODAS. AS ANTIGAS PIRAS ROMANAS QUE INSPIRARAM O INVENTOR DESTE TRICICLO PARA DEFICIENTES. CUSTA 15 MIL REAIS.

PASSAGEM repórter caminha pela feira como uma série de novidades ao fundo (MARCO ALVARENGA, RIO DE JANEIRO) MAIS INCLUSÃO, MAIS MOBILIDADE. AS FERRAMENTAS PARA ESTAS CONQUISTAS ESTÃO AÍ. MAS AINDA EXISTE UMA GRANDE BARREIRA ENTRA A TECNOLOGIA E OS QUE MAIS PRECISAM: O PREÇO. A FEIRA TAMBÉM MOSTRA ALGUMAS INICIATIVAS PARA TENTAR REDUZIR ESTA DISTÂNCIA.

OFF3 (Coberto com imagens de menino com óculos movimentando a cabeça e câmera mostra efeito no computador. Imagens do produto da UFMG em close e do Dinaldo tateando o equipamento).

PEQUENOS MOVIMENTOS NA CABEÇA E O MUNDO SE ABRE NA TELA DO COMPUTADOR. OS ÓCULOS FUNCIONAM COMO MOUSE. A INVENÇÃO DE UM ESTUDANTE DO RIO GRANDE DO SUL LEVA UMA GRANDE VANTAGEM: O PREÇO. POR MENOS DE 50 REAIS É POSSÍVEL COLOCÁ-LO NO MERCADO. OUTRA NOVIDADE DE BAIXO CUSTO PARA AUXILIAR A EDUCAÇÃO VEIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. COM AS PONTAS DOS DEDOS, DINALDO DESVENDA O CORPO HUMANO POR DENTRO. E DESCOBRE COMO É O CORAÇÃO, COMO SÃO NOSSOS RINS.

SONORA (DINALDO FELIPE, AUXILIAR DE RADIOLOGIA)PARECE ...FEIJÃO.

SONORA (PAULO ANDRADE ALMEIDA, MÉDICO) SÃO COISAS BASAIS PORQUE A GENTE NÃO PENSA NOS QUE NECESSITAM, CEGO, SURDO, MUDO, SEM BRAÇO, SEM PERNA. MAS A GENTE TEM QUE PENSAR NISSO TAMBÉM.

3) Segunda-feira, 30.08.2010

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): A JUSTIÇA MANDOU CONTRATAR PERITOS MÉDICOS TEMPORÁRIOS PARA PREENCHER A VAGA DOS FUNCIONÁRIOS DO INSS QUE ESTÃO EM GREVE HÁ DOIS MESES.

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA): 400 MIL PERÍCIAS ESTÃO ATRASADAS, O QUE IMPEDE MILHARES DE BRASILEIROS DE RECEBEREM OS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA.

LEGENDA – SÃO PAULO

OFF1 (Coberto com imagens de papel de aviso e de uma senhora)

NO PAPEL, O AVISO DE QUE 50% DOS ATENDIMENTOS ESTÃO GARANTIDOS. NA PRÁTICA:

SONORA entrevistada chorando (MARIA DE LURDES ALTMAN, OPERADORA DE TELEMARKEING) EU JÁ PENSEI QUE EU VINHA, QUE EU IA SER ATENDIDA E ELES NÃO ATENDERAM, EU TÔ COM MUITA DOR. EU QUERO RESOLVER MEU PROBLEMA, É SÓ ISSO.

OFF2 (Coberto com imagens de Maria andando de bengala, imagens de outro senhor na cadeira de rodas, que depois se levanta e anda de muletas e do movimento no local).

HÁ QUATRO MESES A DOR NA COLUNA AFASTOU MARIA DE LURDES DO TRABALHO. PARA RECEBER O AUXÍLIO-DOENÇA OU SE APOSENTAR POR INVALIDEZ, A OPERADORA DE TELEMARKEING PRECISA PASSAR POR UM MÉDICO PERITO DO INSS. A JUSTIÇA DETERMINOU PRAZO MÁXIMO DE 15 DIAS PARA O AGENDAMENTO DE CONSULTAS. A DE MARIA FOI TRANSFERIDA PARA OUTUBRO. SEBASTIÃO VAI TER QUE ESPERAR AINDA MAIS.

SONORA (Sem crédito) REMARCARAM PARA O MÊS 11.

OFF3 (Coberto com imagens uma mulher atravessando a rua de muleta com a perna enfaixada, da reunião dos representantes e de guardas e movimentação na porta do INSS)

ENQUANTO MUITOS VOLTAVAM PARA CASA, REPRESENTANTES DE MÉDICOS E GOVERNO TENTAVAM RESOLVER A SITUAÇÃO. DUAS HORAS E NENHUM ACORDO. OS MÉDICOS PERITOS DIZEM QUE SÓ VOLTAM AO TRABALHO SE RECEBEREM MAIS E TIVEREM REFORÇO DE PESSOAL.

PASSAGEM em frente à Previdência Social (PATRÍCIA VASCONCELLOS, SÃO PAULO) O GOVERNO DIZ QUE SÓ NEGOCIA SE AS 400 MIL PERÍCIAS EM ATRASO FOREM

COLOCADAS EM DIA. SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS TEMPORÁRIOS O MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DISSE QUE ELAS IRÃO ACONTECER. SÓ NÃO DISSE QUANTAS SERÃO NEM QUANDO.

SONORA (CARLOS EDUARDO GABAS, MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) A CONDIÇÃO BÁSICA QUE SEJA UM MÉDICO, QUE VAI SER CREDENCIADO JUNTO AO INSS, VAI SER ANALISADO O CURRÍCULO E A CONTRATAÇÃO E O PAGAMENTO SERÁ FEITO POR DEMANDA, POR NÚMERO DE PERÍCIAS.

SONORA (CID CARVALHAES, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS) A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS SE COLOCA CONTRÁRIA A QUALQUER FORMA DE TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE A ESTA.

OFF4 (Coberto com imagens do prédio do INSS, imagem de um homem na cadeira de rodas e de uma mulher que aparenta ter uma deficiência na perna e no braço esquerdos).

A JUSTIÇA GARANTIU AOS PERITOS EM GREVE O PAGAMENTO DOS SALÁRIOS. QUEM PASSOU POR AQUI HOJE TEVE OUTRA GARANTIA. A DE UMA CONSULTA QUE AINDA PODE SER REMARCADA.

4) Segunda-feira, 30.08.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA): FOI ENTERRADO EM SÃO PAULO O CORPO DA PEDAGOGA DORINA NOWILL, PIONEIRA EM AJUDAR OS CEGOS A CONVIVER EM SOCIEDADE.

LEGENDA – SÃO PAULO

OFF (Coberto com imagens de Dorina, de cartaz e livro da fundação dela e imagens do velório)

DORINA NOWILL MORREU AOS 91 ANOS VÍTIMA DE UMA PARADA CARDÍACA. ELA ESTAVA INTERNADA HAVIA 15 DIAS COM INFECÇÃO. A PEDAGOGA FICOU CEGA AOS 17 ANOS. NA DÉCADA DE 1940 CRIOU A FUNDAÇÃO PARA O LIVRO DO CEGO. DORINA NOWILL FOI TAMBÉM PRESIDENTE DO CONSELHO MUNDIAL PARA O BEM-ESTAR DOS CEGOS.

5) Sábado, 04.09.2010

RODOLPHO GAMBERINI (estúdio) – (CABEÇA): UMA ADVOGADA QUE SÓ SE COMUNICA COM O MOVIMENTO DOS OLHOS CONSEGUIU PUBLICAR UM LIVRO.

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): ALEXANDRA SZAFIR TEM UMA DOENÇA QUE PARALISA OS MÚSCULOS, SEM PREJUDICAR A ATIVIDADE CEREBRAL.

LEGENDA – SÃO PAULO

OFF1 (Coberto com imagens da Alexandra em close com movimento dos olhos, escrita no computador. Imagens de uma mulher mostrando as letras em um papel para Alexandra).

SÓ RESTARAM OS MOVIMENTOS DOS OLHOS E DE ALGUNS MÚSCULOS DO ROSTO. É ASSIM QUE ALEXANDRA FAZ CONTATOS. LETRA A LETRA AS PALAVRAS VÃO SE FORMANDO. EM OUTRO RITMO O TRABALHO DA ADVOGADA PROSEGUE.

SONORA (MAGNA PORTO, AJUDANTE) EU AJUDO É, TIPO, MOSTRANDO OS PROCESSOS PARA ELA LER, NÉ. LIGANDO O PROGRAMA DE COMPUTADOR, ESSAS COISAS ASSIM. (*REPÓRTER PERGUNTA: O RESTO?*) O RESTO É TUDO COM ELA.

OFF2 (Coberto com imagens da Alexandra em close, movimento dos olhos, escrita na tela do computador, imagens do prédio do escritório, imagens do ALEXANDRA É VÍTIMA DE UMA DOENÇA, SOBRE A QUAL, INCLUSIVE PARA OS MÉDICOS, HÁ MAIS PERGUNTAS DO QUE RESPOSTAS. A ESCLEROSE LATERAL MIONTRÓFICA TIRA AOS POUÇOS TODO O MOVIMENTO DOS MÚSCULOS, MAS NÃO AFETA A ATIVIDADE CEREBRAL. TUDO SE VÊ, TUDO SE OUVI, TUDO SE SENTE. SAUDADE, POR EXEMPLO, DO ESCRITÓRIO QUE NÃO VAI HÁ QUATRO ANOS, MAS QUE É MANTIDO EM NOME DOS VALORES QUE ELA DEFENDE.
SONORA (LEOPOLDO LOUVEIRA, ADVOGADO) SOLIDARIEDADE, AJUDA, COMPETÊNCIA E DIREITO DE DEFESA.

PASSAGEM sai da biblioteca e se dirige à Alexandra que está em frente ao computador (SÉRGIO UTSCH, SÃO PAULO) ESSA É PARTE DA BIBLIOTECA DA ALEXANDRA. TEM MUITOS LIVROS JURÍDICOS, MUITA LITERATURA TAMBÉM. UM MUNDO DO QUAL ELA NÃO ABRIU MÃO POR CAUSA DA DOENÇA. É ISSO QUE A GENTE VAI ENTENDER AGORA.

OFF3 (Coberto com imagens da Alexandra em close na tela do computador, folheia o livro, imagem da conversa dela com repórter com o texto no computador, COM A AJUDA DE UM PROGRAMA QUE LÊ O MOVIMENTO DO ROSTO ELA ESCREVEU POR DOIS ANOS, ATÉ TERMINAR UM LIVRO. SUPEROU O PRÓPRIO DRAMA PARA FALAR DO DRAMA DE GENTE POBRE E EXCLUÍDA PELA JUSTIÇA. HOJE NUMA ESPÉCIE DE PRISÃO DO PRÓPRIO CORPO, ELA ME DIZ PACIENTEMENTE, ESCREVENDO NO COMPUTADOR, QUE A GENTE TEM QUE ACOSTUMAR COM TUDO. MAS ACOSTUMAR-SE É DIFERENTE DE RENDER-SE. E NISSO A DOUTORA ALEXANDRA É TAXATIVA: NÃO ME RENDO NUNCA.

6) Quarta-feira, - 15.09.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA): MAIS DE 50 MIL PACIENTES JÁ RECORRERAM À JUSTIÇA PARA RECEBER REMÉDIOS, EQUIPAMENTOS E EXAMES QUE O ESTADO TEM A OBRIGAÇÃO DE OFERECER.

KARYN BRAVO (estúdio) – (CABEÇA): É, MAS NEM SEMPRE A SOLUÇÃO É RÁPIDA E MUITOS NÃO RESISTEM.

LEGENDA – RIO DE JANEIRO

OFF1 (Coberto com fotos de Fábio)

FÁBIO TINHA LEUCEMIA E NÃO SUPORTOU O VAI-E-VEM DE PAPÉIS, NEM O JOGO DE EMPURRA. MORREU AOS 14 ANOS.

SONORA (MARIA DAS GRAÇAS SOUZA, MÃE DE FÁBIO) MEU FILHO ESPEROU, ESPEROU, ATÉ NÃO AGUENTAR MAIS E ACABOU FALECENDO.

OFF2 (Coberto com imagens do documento da Justiça, dos pais do menino, da irmã com fotos, imagens com processo e arte lateralmente no vídeo dos dados anunciados)

HÁ SEIS MESES A JUSTIÇA DETERMINOU QUE A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO FORNECESSE O RESPIRADOR MECÂNICO PARA O MENINO. O GOVERNO ABRIU UMA LICITAÇÃO PARA COMPRAR O EQUIPAMENTO QUE NÃO CHEGOU A TEMPO. O MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTIMA QUE DE 2003 A 2009 MAIS DE 50 MIL BRASILEIROS ENTRARAM COM AÇÕES NA JUSTIÇA PARA CONSEGUIR REMÉDIOS, EQUIPAMENTOS E EXAMES QUE O ESTADO TEM A OBRIGAÇÃO DE OFERECER.

PASSAGEM porta da Defensoria Pública RJ(MARCO ALVARENGA, RIO DE JANEIRO) SÓ AQUI NO MUNICÍPIO DO RIO, POR MÊS, EM MÉDIA, 400 PESSOAS PROCURAM

A DEFENSORIA PÚBLICA PARA TENTAR CONSEGUIR O QUE NÃO ENCONTRAM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. A LUTA PELA VIDA EXIGE PRESSA MAS NEM ISSO TEM SENSIBILIZADO A BUROCRACIA.

SONORA (ANDREA MAZZA, DEFENSORA PÚBLICA) O IDEAL SERIA QUE NINGUÉM PROCURASSE O JUDICIÁRIO, NÉ. QUE OS ENTES PÚBLICOS JÁ CUMPRISSEM COM SUAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS DE FORMA VOLUNTÁRIA.

LEGENDA – ITABORAÍ, RJ

OFF3 (Coberto com imagens da Maria de Fátima entrando em casa, imagem do filho deitado na cama mexendo no computador, da mãe beijando o filho e cena do respirador)

DE CASA PARA O HOSPITAL, DO HOSPITAL PARA CASA. DONA MARIA DE FÁTIMA FAZ ESSE TRAJETO HÁ TRÊS ANOS, TODOS OS DIAS. O FILHO WENDERSON, DE 16 ANOS, TEM UMA DOENÇA DEGENERATIVA E DEPENDE DE EQUIPAMENTOS PARA CONTINUAR VIVENDO. A FAMÍLIA LUTA NA JUSTIÇA PARA QUE ELE RECEBA O TRATAMENTO EM CASA. MAS A SECRETARIA DE SAÚDE DE ITABORAÍ, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO, ALEGA QUE A RESIDÊNCIA NÃO TEM CONDIÇÕES DE MANTER O RESPIRADOR ELÉTRICO FUNCIONANDO.

SONORA (MARIA DE FÁTIMA SALES, MÃE DE WENDERSON) QUERO MEU FILHO EM CASA, CUSTE O QUE CUSTAR. EU VOU LUTAR ATÉ DIZER CHEGA. NÃO ADIANTA, ELE NÃO VAI MORRER DENTRO DO HOSPITAL, CHORANDO, PEDIR PARA VIR EMBORA E EU SEM SABER O QUE FAZER. EU JÁ NÃO AGUENTO MAIS.

7) Quinta-feira, - 16.09.2010

CARLOS NASCIMENTO (estúdio) – (CABEÇA): O SBT BRASIL COMEÇA COM UM ALERTA AOS PAIS, PRINCIPALMENTE DOS JOVENS. UM ESTUDANTE DE ECONOMIA VAI PASSAR POR UM TRANSPLANTE DE CÓRNEA PORQUE COLOCOU VODCA NOS OLHOS. JOVENS SE REÚNEM PARA FAZER O MESMO POR ACREDITAR QUE FICARÃO MAIS BÊBADOS.

LEGENDA – CAMPINAS, SP

OFF1 (Coberto com imagens do médico apontando para um olho irritado em foto no computador)

EM UMA SEMANA, DOIS CASOS PARECIDOS. O MÉDICO OFTALMOLOGISTA DE CAMPINAS, INTERIOR DE SÃO PAULO, OUVIU DE DOIS JOVENS UNIVERSITÁRIOS, UM DE 21, OUTRO DE 23 ANOS, QUE ELES COLOCARAM VODCA NOS OLHOS PORQUE QUERIAM FICAR EMBRIAGADOS MAIS RAPIDAMENTE.

SONORA (LEONCIO QUEIROZ NETO, OFTALMOLOGISTA) ISSO É MITO... EMBRIAGAR-SE ATRAVÉS DOS OLHOS, AUMENTAR O TEOR ALCOÓLICO ATRAVÉS DA CORRENTE SANGUÍNEA É IMPOSSÍVEL POIS NÃO EXISTE NA SUPERFÍCIE OCULAR CÉLULAS QUE PODERIAM ABSORVER A VODCA ASSIM COMO OCORRE NO ESTÔMAGO.

OFF2 (Coberto com imagens de uma simulação colocando líquido no olho)

UM DOS PACIENTES, UM ESTUDANTE DE ECONOMIA, ACEITOU DAR ENTREVISTA POR TELEFONE.

VOZ DO ESTUDANTE, POR TELEFONE, COM ARTE/LEGENDA

A GENTE JÁ TINHA BEBIDO UM POUCO E FALAMOS: VAMOS FAZER AQUILO LÁ, QUE A GENTE TINHA COMBINADO? VAMOS. AÍ A GENTE ACABOU PINGANDO A VODCA NO OLHO.

DOIS PINGARAM COM A GARRAFA E EU PINGUEI COM A COLHER.

OFF3 (Coberto com imagens de vídeos da internet)

NA INTERNET, VÍDEOS MOSTRAM GRUPOS DE AMIGOS, A MAIORIA HOMENS, FAZENDO O MESMO. MUITAS GRAVAÇÕES SÃO DE OUTROS PAÍSES, COMO ESTADOS UNIDOS E INGLATERRA.

VOZ DO ESTUDANTE, POR TELEFONE, COM ARTE/LEGENDA

VOCÊ PEGA NA INTERNET... VOCÊ NÃO VÊ OS OUTROS FALANDO ALGO CONTRA. DEPOIS, VOCÊ ANALISANDO, VOCÊ FALA: PELO AMOR DE DEUS, O QUE EU FIZ?

PASSAGEM com um modelo de olho nas mãos, o repórter mostra a córnea (PATRÍCIA VASCONCELLOS, CAMPINAS, SP) UMA AVENTURA PERIGOSA. A VODCA, ASSIM COMO QUALQUER OUTRA BEBIDA ALCOÓLICA, QUEIMA A CÓRNEA, A MEMBRANA TRANSPARENTE QUE REVESTE O OLHO. QUEM SE AVENTURA PODE CAUSAR DANOS IRREVERSÍVEIS.

OFF4 (Coberto com imagens do olho do menino e do médico)

O ESTUDANTE DE ECONOMIA ESTÁ COM UMA INFEÇÃO CRÔNICA NOS OLHOS. VAI TER QUE PASSAR POR UM TRANSPLANTE DE CÓRNEA.

VOZ DO ESTUDANTE, POR TELEFONE, COM ARTE/LEGENDA

EU TÔ PROCURANDO TRATAR DO MEU OLHO. ESTOU ATÉ UM POUCO ABALADO EMOCIONALMENTE PORQUE ISSO DEIXA A GENTE PRA BAIXO, NÉ.

SONORA coberta com imagens do olho avermelhado (LEONCIO QUEIROZ NETO, OFTALMOLOGISTA) É UM ATO INSANO. E...É UM ATO QUE, EU DIRIA PARA VOCÊ, MUTILANTE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

- 01 – Número de telejornais analisados e quantidade de matérias sobre pessoas com deficiência exibidas nas etapas 01 e 02. p.130.
- 02 – Número de matérias gerais exibidas no SBT por dia e total por semana. p. 131.
- 03 – Proporção quantidade de matérias exibidas no SBT Brasil para o número de matérias sobre pessoas com deficiência transmitidas ao longo dos dois períodos de análise. p. 132.

GRÁFICOS

- 01 – Número de matérias sobre pessoas com deficiência exibidas na etapa 01, 02 e a soma dos dois períodos. p. 130
- 02 – Proporção número de telejornais analisados para a quantidade de matérias sobre pessoas com deficiência exibidas na etapa 01 e 02. p. 131
- 03 – Número de matérias que tratam diretamente e indiretamente sobre pessoas com deficiência exibidas na etapa 01, 02 e a soma dos dois períodos. p. 132
- 04 – Sobre a quantidade de entrevistas com pessoas com deficiência entre as matérias que abordavam diretamente o tema. p. 133
- 05 - Sobre a quantidade de entrevistas com pessoas com deficiência entre as matérias que abordavam indiretamente o tema. p. 134
- 06 – Soma das etapas 01 e 02 sobre a quantidade de entrevistas com pessoas com deficiência. p. 134
- 07 - Sobre a quantidade de matérias positivas e negativas que tinham como tema as pessoas com deficiência. p. 135

ANEXO

Entrevista Flávia Cintra

Reproduzimos aqui trechos da entrevista com a jornalista Flávia Cintra concedida à Lidice Bá para a *Revista Ana Maria*, por considerarmos o depoimento relevante como forma de conscientização sobre o assunto tratado neste trabalho. E por também contribuir com nosso estudo, relacionando telenovela telejornalismo, realidade e ficção.

LB: A história da Luciana pode mudar vidas?

FC: "Claro. Tem gente em casa achando que se a pessoa perde os movimentos, a vida acaba. E o pior: a família acredita. Começa a tratar a pessoa como inválida. Minha sorte é que, em 1991, quando sofri o acidente, na minha família ninguém nunca duvidou de que eu poderia, apesar das dificuldades, ter as minhas conquistas".

[...] LB: Quanto tempo durou o período de dor?

FC: "Dor física, uns três ou quatro meses. Dor emocional durou mais - acho que um ano. Não um ano chorando, mas um ano de luto, de reelaboração".

LB: Luto?

FC: "Sim, porque de uma hora pra outra, você passa a viver numa condição que você nunca previu e nunca planejou. E começa a se perguntar: Por que isso foi acontecer comigo?. A gente vive numa cultura católica forte. Fiz dez anos de terapia pra me livrar disso. O mundo gira em torno da culpa, do pecado e da punição. Mas entendi que estar nessa nova condição não é castigo é uma fatalidade. Eu não estava sendo castigada por nada. Eu passei por uma situação fatal que gerou consequências".

LB: Na novela, a gente sente a angústia da Luciana, na horizontal. Como foi pra você?

FC: "Eu passava todo o meu tempo chorando pelas coisas que eu não podia mais fazer: andar na rua, dançar, correr, ficar ofegante de cansaço físico, jogar vôlei na praia, sentir o pé afundando na areia... Essa sensação de sentir o pé afundando na areia com o peso do corpo é uma que até hoje eu sinto uma saudade".

LB: Quando começou a acreditar na sua recuperação?

FC: "Eu ainda estava na AACD fazendo reabilitação e, em uma das sessões de terapia ocupacional, pedi para a terapeuta uma peça de adaptação para eu segurar o batom. Como ela era uma alemã brava, ela me deu o batom, colocou o espelho na minha frente e perguntou: Qual é a dificuldade?. Nessa hora me dei conta de que não tinha tentado! Consegui passar na frente dela e chorava: de medo dela e de alegria de ter conseguido! Daí comecei a fazer uma lista de tudo o que eu podia fazer".

[...] LB: E o que falta no mundo lá fora, para quem é cadeirante?

FC: "Acessibilidade. Se eu não tenho carro, como ando na rua? Com ruas esburacadas, guias não rebaixadas? Como subo no ônibus? Como vou de metrô? Como é nas empresas, para receber funcionários? Se temos acesso a tudo isso, a gente promove o convívio, e o contato tira a ideia de que ser cadeirante é o fim do mundo".

LB: Você se acha forte?

FC: "Não sou frágil. E minha força não é privilégio meu. Anos antes disso acontecer comigo, eu pensei: Se eu perdesse os movimentos, eu morreria. Mas quando perdi, morrer nem passou

pela minha cabeça! A gente não sabe do que é capaz! A gente só descobre quando a vida te põe à prova. Você não sabe o quanto você é poderosa, você só sabe na hora que enfrenta uma situação difícil e você tem que superar. Aí você descobre o quanto é forte".

LB: Como a família pode colaborar?

FC: "Permitindo que a pessoa experimente, tente fazer as coisas sozinha. Porque vira automático! Você diz: Quero água e já vem o copo de água. E não é por mal. É que o comportamento do cuidar fica condicionado. Cuidar é necessário, mas se passa do limite, vira uma situação de subestimar a pessoa deficiente".

LB: Mas é difícil saber o limite.

FC: "Lógico que é! A pessoa tem que observar. Se a pessoa consegue cortar o bife sozinha, deixe-a. Não a trate como criança. Se ele não consegue amarrar o sapato, amarre pra ele. Ou sugira que, para ser independente, passe a usar um sapato que não precisa amarrar".

LB: E com relação aos amigos?

FC: "Eles também acabam ficando superprotetores. A grande dica é sempre perguntar. E a convivência vai te dando as respostas".

Tabela sobre Pessoas com Deficiência

Tabela – População residente por tipo de deficiência e cor ou raça

TIPO DE DEFICIÊNCIA	Brasil	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Total	169.872.856	100,00
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	24.600.256	14,48
Deficiência mental permanente	2.844.937	1,67
Deficiência física - tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	937.463	0,55
Deficiência física - falta de membro ou de parte dele (perna, braço, mão, pé ou dedo polegar)	478.597	0,28
Deficiência visual - incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	16.644.842	9,80
Deficiência auditiva - incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	5.735.099	3,38
Deficiência motora - incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	7.939.784	4,67
Nenhuma destas deficiências	143.726.947	84,61
Sem declaração	1.545.653	0,91

- 1- Os dados são da amostra.
- 2- A categoria **Nenhuma das Deficiências** inclui a população sem qualquer tipo de deficiência.
- 3- As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000